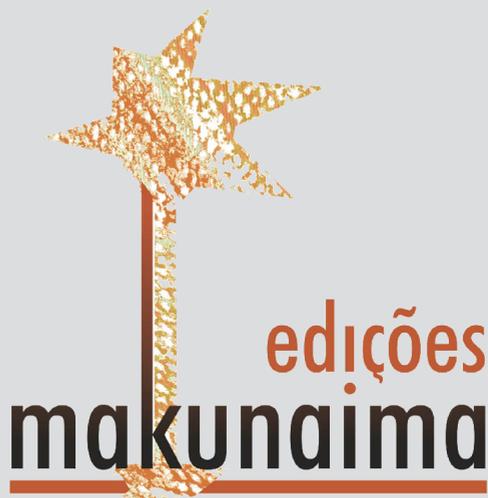




A Literatura e o Discurso de Construção da Identidade Linguística Brasileira no Século XIX

L. M. Gonçalves Trouche



**A Literatura e
o Discurso de
Construção da
Identidade Linguística
Brasileira no Século XIX**

L. M. Gonçalves Trouche

Trouche, L.M. Gonçalves.

A Literatura e o Discurso de Construção da Identidade
Linguística Brasileira no Século XIX / L.M. Gonçalves
Trouche. - Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2012.

174 p.

ISBN 978-85-65130-03-5

Formato World Wide Web

<http://www.edicoesmakunaima.com/catalogo/2-critica-literaria/11-a-literatura-e-discurso-de-construcao>

1. Literatura. 2. construção da identidade. 3. Linguística
brasileira. 4. Século XIX. I Trouche, L.M. Gonçalves. II.
Edições Makunaima. III. Título.

CDU 82.81`27

Na realidade, todo signo ideológico vivo tem, como Jano, duas faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras.

Bakhtin. Marxismo e filosofia da linguagem, p.47

Por sua própria natureza, todas as profundas mudanças na consciência trazem consigo amnésias características. De tais esquecimentos, em circunstâncias históricas específicas, originam-se narrativas.

Benedict Anderson. Memória e esquecimento p. 92

O estudo científico de uma língua é fundamentalmente o estudo da cultura de que ela é a forma e o produto. Estudar o português do Brasil é, pois, em grande parte, estudar a história de nossa formação.

Celso Cunha. Língua, nação, alienação p.13

Ao meu irmão André, pela confiança total na força de sua presença carinhosa, onde nós estivermos.

Sumário

Introdução.....	9
Palavra inicial.....	9
Este trabalho.....	9
A contribuição de Edith Pinto.....	11
Primeiras ideias.....	12
Capítulo 1:	
Caminhos para a discussão.....	19
Capítulo 2:	
O Marquês de Pombal e a implantação da língua portuguesa no Brasil – reflexões sobre a proposta do <i>Diretório</i> de 1757.....	45
Capítulo 3:	
Literatura e identidade lingüística no século XIX.....	67
José de Alencar - o artesão da nacionalidade.....	67
Capítulo 4:	
Estilo, expressão e arte – uma língua e uma literatura para o Brasil do século XIX	93
Capítulo 5:	
O discurso dos homens de letras no Brasil oitocentista – a interdiscursividade exposta.....	105
Capítulo 6:	
Os sentidos da língua do Brasil: a “nova feição da frase”..	157
Referências Bibliográficas.....	167

Introdução

Palavra inicial

Como professora de língua portuguesa, com relativa experiência no ensino de primeiro e de segundo graus (hoje Ensino Fundamental e Médio), e depois, já há alguns anos na universidade, sempre me inquietou a sensação de impotência frente à real situação linguístico-cultural de meus alunos. Sempre me perseguiu a vontade de compreender o meu país, de entender o meu papel em função de tal diversidade linguística e da nítida separação social que os diferentes registros impõem – enfim, procurava estabelecer uma relação possível entre a história, a literatura e o Português do Brasil. Não concebo como professora de língua, a manutenção de uma rígida separação entre os estudos ditos linguísticos e os literários, embora perceba a necessidade de enfoques diferenciados, segundo objetivos específicos, em cada momento. E assim, fui caminhando, encontrando frestas por onde pudesse olhar “com olhos de ver”, meu país, meu povo, minha língua. Não por outro motivo hoje, em 2011, estou vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (UFF) na linha de pesquisa “estudos aplicados de linguagem”.

9

Um dia, a partir de uma feliz conversa com meu colega e logo orientador, professor Dr. José Luís Jobim (que sensivelmente descobriu este meu interesse), surgiu a ideia de procurar e atar as pontas – não as da vida, mas as de minhas preocupações. E parti, então, em busca do entendimento do que sempre esteve a me provocar: a relação língua, nação e poder.

Este trabalho

A literatura e o discurso de construção da identidade linguística brasileira no século XIX - tem, portanto, como objetivo princi-

pal evidenciar e discutir certas ideias de nossos literatos e eruditos oitocentistas sobre questões da língua portuguesa no Brasil recém-independente. Assim, sob a perspectiva de análise do discurso em sua enunciação, nossa proposta é buscar algumas aproximações possíveis entre a implantação da língua portuguesa como língua do poder e de cultura no Brasil e sua estreita vinculação à construção da nacionalidade, no século XIX – momento especialmente fértil para o desenvolvimento desta questão, tanto pela independência política do Brasil como pelo predomínio, durante certo tempo, do pensamento romântico. Naquele momento, cabia aos literatos a descrição dos costumes, das paisagens, a expressão dos sentimentos nacionais, como afirmação do espontâneo, do característico de um povo individualizado.

10 Pensamos que a relevância desta pesquisa está em focalizar, especialmente, as concepções linguísticas de nossos escritores e sua vinculação ao ideal de constituição da identidade nacional. Tradicionalmente, suas obras têm sido analisadas segundo enfoque dos estudos literários, cujas preocupações fundamentais são de outra ordem. Também aqueles que se dedicam ao ensino e à pesquisa da língua portuguesa o fazem sob outras motivações, analisando os textos literários, normalmente, para a descrição de fatos linguísticos, vinculados ou não ao aspecto histórico. Ao centrarmos nosso interesse em discutir os valores que os autores da literatura brasileira do século XIX – com grande destaque para José de Alencar – atribuíram às diferenciações do português do Brasil em relação a Portugal, estaremos perseguindo uma dada filiação de sentidos sobre a relação língua, nação e poder, cujos reflexos se insinuam ainda hoje, no Brasil.

Esperamos ter conseguido traçar um sumário painel ilustrativo da concepção do nacionalismo linguístico do século XIX, com seus antecedentes no XVIII e seus reflexos no pensamento dos literatos e dos eruditos brasileiros dos oitocentos, bem como apre-

sentar, esquematicamente, as teorias sobre “língua e identidade nacional” desde as primeiras manifestações com o Visconde de Pedra Branca, Gonçalves de Magalhães, Varnhagen, João Francisco Lisboa, passando por Gonçalves Dias, Joaquim Norberto de Sousa Silva, Sílvio Romero, José Veríssimo, Machado de Assis, Laudelino Freire, Silva Ramos e, em capítulo especial, José de Alencar.

É interessante observar que a influência africana só muito sutilmente foi mencionada por nossos intelectuais da época como constituinte do português que se desenvolvia no Brasil; com a estética romântica de valorização do índio (entendido como nacional) podem-se encontrar, no entanto, referências importantes, especialmente no que diz respeito ao léxico. Tal atitude já aponta uma estratégia de apagamento da forte influência africana no português, atitude que reflete as questões raciais do século XIX. Como salienta Matos e Silva (2004:20), fatores de história externa, a partir da segunda metade do século XVIII, começam a definir o Brasil como um país “majoritariamente de língua nem indígena nem africana”, mas também não portuguesa, já que o multilinguismo resultante de fatores históricos começa a constituir o que se pode denominar português brasileiro. Tais fatores, como se concebem hoje, não fizeram parte da argumentação sobre as relações da língua portuguesa com a nação independente brasileira no século XIX.

11

A Contribuição de Edith Pinto

A produção intelectual desses autores, refletindo a evolução do pensamento crítico a respeito da língua do Brasil, no século XIX, é vasta e, foi objeto de um trabalho exaustivo e fundamental de Edith Pimentel Pinto (PINTO,1978) cujo interesse explícito foi empreender o “levantamento dos textos mais significativos – aqueles que, por terem voz própria, dispensam exposição teórica por

parte do organizador.” O levantamento de tais textos transformou-se em exemplar fonte de pesquisa para os interessados no assunto. Desta forma, valemo-nos da cuidadosa seleção levada a efeito por Edith P. Pinto, não só pela segurança que seu trabalho nos oferece, mas também como uma espécie de tributo merecido à seriedade em relação à fidedignidade na escolha das edições dos textos. Os textos selecionados pela ilustre pesquisadora recobrem, no volume I, desde as primeiras manifestações sobre o assunto (1820) até 1920, marco consensual para o fim do século.

O momento histórico e político por que passava o Brasil e o mundo configurava-se especial para a discussão dos valores constituintes da identidade nacional e sua relação com a língua portuguesa. A obra citada de Edith Pinto, fonte importante para esta pesquisa, apresenta uma antologia preciosa de textos dessa época.

12 **Primeiras ideias**

Neste contexto, daremos destaque à figura de José de Alencar por sua importância no cenário do Romantismo brasileiro e pelo grande volume de textos em que, de forma direta (nos prefácios, pós-escritos, cartas, notas, polémicas) e indireta (nos romances de fundação), envolveu-se com a delicada relação língua, literatura, nacionalidade.

Vale lembrar que o Brasil não esteve isolado neste processo, mas integrado às circunstâncias semelhantes que prevaleceram, naquele século, em toda a América, com os seus respectivos movimentos de independência e constituição de estados nacionais. Partimos da premissa de que, no Brasil, havia questões bastante específicas aos diversos grupos que, de certa forma, buscavam liderar nesta conjuntura de construção da nacionalidade, em que a língua portuguesa, por ser veículo de cultura e de produção de sentidos, foi o alvo preferido das lutas pelo poder e, portanto, pela hegemomo-

nia de determinadas formas de pensar e de agir. Referimo-nos aos intelectuais e aos escritores; aos gramáticos e suas idiossincrasias na descrição do português; e, finalmente, ao ensino oficial centrado no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, sede do Império, assuntos esses (gramática e ensino) criteriosamente tratados, respectivamente, pelos trabalhos de Ricardo Cavaliere e Roberto Azízelo.¹

Desde sempre esteve presente na consciência humana a importância das línguas como elemento unificador e, paradoxalmente, discriminador dos indivíduos em sociedade. É fundamental lembrar que, no caso da implantação da língua portuguesa no Brasil, por meio das medidas coercitivas do *Directorio* de 1757 – um documento legal da Coroa portuguesa, para a civilização da colônia – temos exemplo de uma política concreta de dominação cultural e econômica.

Também a luta dos românticos em relação à língua portuguesa ilustra bem o conceito de que a diferenciação linguística é 13
passo fundamental para a diferenciação política – luta pelo poder em instâncias externas e internas, isto é, no plano internacional, pela delimitação e afirmação de um espaço físico-cultural brasileiro, e no plano interno, pela valorização do escritor nacional, como modelo em que deve inspirar-se a sociedade.

Em contrapartida, uma etnia mestiça como a que se formou no Brasil – em que a mestiçagem torna-se objeto de profunda rejeição em muitos setores sociais – produz indivíduos que, por razões óbvias de prestígio social, optam por se vincularem à tradição branca, valorizando não só hábitos e visões de mundo da Europa, mas sobretudo o uso do português de Portugal, vendo assim na variante brasileira um uso “errado” do idioma. Daí decorrem as

1 CAVALIERE, Ricardo Stavola. Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira.

Niterói: EdUFF, 2000. SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. O império da eloquência. Rio de Janeiro: EdUERJ; Niterói: EdUFF, 1999

gramáticas cujas descrições linguísticas têm ignorado o português falado e escrito no Brasil, considerando-o como forma deturpada, pela carência cultural implícita da colônia, frente à metrópole. Ainda e principalmente aqui, a força da colonização começa a in-
trojetar nas gentes da terra o conceito de “falta”, de “ausência”, já tão bem discutido pelas ciências sociais e pelos críticos de nossa literatura. Bastante significativa, para a evidência deste tema, é a seguinte passagem de Darcy Ribeiro:²

O primeiro brasileiro consciente de si foi, talvez, o mame-
luco, esse brasilíndio mestiço na carne e no espírito, que não
podendo identificar-se com os que foram seus ancestrais ame-
ricanos – que ele desprezava –, nem com os europeus – que o
desprezavam –, e sendo objeto de mofa dos reinóis e dos luso-
nativos, via-se condenado à pretensão de ser o que não era nem
existia: o brasileiro.

14 A seguinte tabela (Mattos e Silva, 2004:18) sobre a distribui-
ção da população no Brasil de 1538 a 1890 reforça a questão da
invisibilidade da influência da fala de negros e mestiços no portu-
guês que se constituía no país. Realmente, o século XIX engendrou
um discurso criativo e mítico não só sobre a formação do povo mas
também de sua língua, com a valorização do português europeu e
da presença indígena mais aceitável que a de africanos escravos e
mulatos brasileiros.

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
africanos	20%	30%	20%	12%	2%
negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
mulatos	-	10%	19%	34%	42%
brancos brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
europeus	30%	25%	22%	14%	17%
índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Mussa, 1991: 163

2 RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro.

Nosso trabalho pretendeu, pois, discutir os sentidos que, no século XIX, a expressão – português do Brasil – suscitava pela determinação das posições ideológicas em jogo, naquele processo sócio-histórico.

Nas interfaces deste confronto, quase nunca sutil, de posições ideológicas em conflito, queremos surpreender, então, o que subjaz à discussão do estatuto da língua portuguesa no Brasil, no momento histórico assinalado.

A língua herdada deveria, então, ser capaz de produzir uma literatura que traduzisse e caracterizasse a nação, através de sua paisagem física e da valorização dos costumes e feitos do homem da terra.

Assim, está posto um dos impasses com que se defrontaram nossos literatos – a natureza da língua do Brasil. Língua portuguesa? Língua brasileira? Dialeto russo-americano? Português-europeu? Enfim, tais inquietações terminológicas circularam pelo campo discursivo do que se denomina nacionalismo linguístico. As concepções do nacionalismo linguístico defrontaram-se, por sua vez, com as teorias raciais em voga, com os conceitos de civilização e barbárie (longamente introjetados, na antiga colônia), com os complexos que a colonização imprimiu na mentalidade brasileira, com a mestiçagem e com o desejo compartilhado de consolidação de uma identidade para o Brasil, através da emancipação de sua literatura.

15

Pudemos inferir, deste debate, um conjunto de ideias comuns, que vai nortear as posições em “aparente” concorrência: a) defesa de uma modalidade brasileira de língua; b) necessidade de leitura dos clássicos; c) respeito à gramática normativa; d) defesa dos neologismos. Como se conclui, há muitos pontos de convergência, o que talvez implique uma acomodação dos sentidos que, alguns anos mais tarde, levaria o gramático Carlos Eduardo Pereira (1907) a, assim, se pronunciar em sua Gramática histórica:

Segundo a sua trajetória dialetal, o português, no Brasil, vai-se distanciando do de Portugal, como se vê, não só no léxico, mas ainda nos vários domínios da gramática. Sendo a língua o expoente moral de uma raça, a afirmação característica de uma nacionalidade, é natural que essas diferenciações lexicológicas e gramaticais se vão refletindo nas produções literárias. Apesar, porém, dessas evoluções divergentes, a língua portuguesa continuará a ser o vínculo moral entre os dois povos irmãos. No desenvolvimento de sua missão histórica, ela continuará, em Portugal, fluente e enérgica, e no Brasil, clara e eufônica. São índoles diversas em um destino comum. (Eduardo Carlos Pereira, apud PINTO:1978:407)

No “vínculo moral”, nas “índoles diversas em um destino comum” talvez seja lícito identificarmos as sementes do que hoje, em outro quadro teórico e político, chama-se lusofonia.

16

Nessa retomada de aspectos, vale insistir que os trabalhos sobre a língua do Brasil processaram-se, em grande número, sob a forma de polêmicas em que sobraram argumentos de ordem subjetiva, atendendo ora a interesses pessoais, ora aos ideais do nacionalismo corrente. São raras as exceções em que a emoção cede à reflexão.

Outra característica desse universo de discursos é a sensação de que se dirigem sempre, ou quase sempre, a dois interlocutores: aos brasileiros e aos portugueses. No entanto, justamente o tom polêmico cultivado produz a nítida sensação de que o interlocutor real é o português. Isto reforça a ideia de que a história é determinante da orientação discursiva dos textos : o momento impunha a necessidade do confronto explícito com Portugal, que personificava o obstáculo à emancipação do Brasil, mesmo que não estivessem realmente claros os limites do desejo dessa emancipação.

Esses textos do século XIX trazem, na esfera do silêncio, própria às palavras, mas pleno de significados, aquilo que Celso Cunha

chamou de “drama dilacerante” em que se debatiam essas elites no século passado, “com duas pátrias inconciliáveis – a do berço e a do espírito –”, com todos os complexos e frustrações provocados pelo humilhante “sentimento de bastardia.” (CUNHA, 1971:11). O sentimento de “desenraizamento” (inconformação, inferioridade) encontra-se perfeitamente consubstanciado neste pensamento de Joaquim Nabuco:

Estamos assim condenados à mais terrível das instabilidades, e é isto o que explica o fato de tantos sul-americanos preferirem viver na Europa... (...) A instabilidade a que me refiro, provém de que na América falta à paisagem, à vida, ao horizonte, à arquitetura, a tudo que nos cerca, o fundo histórico, a perspectiva humana; e que na Europa nos falta a pátria, isto é, a fôrma em que cada um de nós foi vazado ao nascer. De um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país. (NABUCO, apud CUNHA, 1971:12-13)

17

Faltaram, acima de tudo, as condições de maturidade para a compreensão de uma realidade, assustadoramente, diversa daquela conformada (e confirmada) pelos padrões hegemônicos europeus, com que se gerenciava o mundo; faltou ainda afirmar, na essência, o direito à originalidade e à legitimidade de novas formas de existência e de interpretação da vida. Provavelmente tenha sido menos doloroso levar a questão para as disputas linguísticas e literárias que, como programa de emancipação do poder político do Brasil, produzia a sensação apaziguadora de que se levava a efeito uma ação concreta de afirmação da nacionalidade brasileira, no cenário do mundo.

A luta pela liberdade linguística representou, naquele momento, a consolidação de nossa independência política de Portugal, o que jamais implicou a nossa vontade de independência frente aos valores da civilização branca, europeia, cristã.

Enfatizava-se a forte noção de que o Brasil tinha direito a

usar a língua portuguesa, acrescida de novas formas de dizer, e que o escritor, embora conclamado a ler os clássicos portugueses, deveria ter sua expressão linguística, sua sintaxe e seu vocabulário libertos dos cânones portugueses, de acordo com o “instinto de nacionalidade” brasileira, que deveria cultivar.

Destacamos que os textos do século XIX, ao discutirem as questões de língua, vincularam-nas ao ideal de uma literatura de nítida aspiração nacional. Essa vontade de caracterizar a nação por sua literatura foi definida e intensificada a partir da Independência e, segundo Antonio Cândido (1971:14), precedeu mesmo o movimento romântico.

Naquele momento, problematizar a questão linguística e literária com Portugal evitava um confronto com as contradições provocadas pelo sentimento de “bastardia”, e que um olhar crítico sobre a própria essência de nossa constituição étnica e cultural não
18 conseguiria suportar.

Ao mesmo tempo, as questões nacionais fundamentais, como a organização político-social, a escravidão, a educação, a economia foram desviadas e, a prevalência dada à retórica, em torno da língua, acabou por retirar do cenário de discussão o povo do Brasil.

Assim, esses textos, no reflexo espelhado de suas palavras, nos permitem entender que além, muito além daquela serra em que nasceu Iracema, naquela terra, em que não descende o covarde do forte, e que não se chora em presença da morte, o povo, ainda invisível, continua sua peregrinação junto a Ceci e Peri, sobre a palmeira, que nos leva, pela torrente impetuosa, rumo ao futuro.

Por enquanto, a frase – “Não vamos, voltamos à Europa” – mesmo que reinterpretada, pelos parâmetros da nova globalização, ainda faz sucesso na terra das palmeiras (onde, um dia, cantou o sabiá).

Capítulo 1: Caminhos para a discussão

Este trabalho tem como objetivo principal evidenciar e discutir certas ideias de nossos literatos e eruditos oitocentistas sobre questões da língua portuguesa no Brasil recém-independente. Nossa proposta, portanto, é buscar algumas aproximações possíveis entre a implantação da língua portuguesa como língua de cultura no Brasil e sua estreita vinculação à construção da nacionalidade, no século XIX, momento especialmente fértil para o desenvolvimento desta questão, tanto pela independência política do Brasil como pelo predomínio, durante certo tempo, do pensamento romântico. A passagem da situação de colônia a Império, ainda que estritamente ligado a Portugal, nas figuras de D. Pedro I e de D. Pedro II, suscitou a urgência de se pensar uma nova pátria e, por decorrência, trouxe à tona as inquietações de intelectuais brasileiros que perceberam a necessidade de contribuir para a formação discursiva da nacionalidade. Naquele momento, cabia aos literatos a descrição dos costumes, das paisagens, a expressão dos sentimentos nacionais, como afirmação do espontâneo, do característico de um povo individualizado. 19

A relevância desta pesquisa está em focalizar, especialmente, as concepções linguísticas de nossos escritores e sua vinculação ao ideal de constituição da identidade nacional. Tradicionalmente, suas obras têm sido analisadas segundo enfoque dos estudos literários, cujas preocupações fundamentais são de outra ordem. Também aqueles que se dedicam ao ensino e à pesquisa da língua portuguesa o fazem sob outras motivações, analisando os textos literários, normalmente, para a descrição de fatos linguísticos, vinculados ou não ao aspecto histórico.

Ao centrarmos nosso interesse em discutir os valores que os autores da literatura brasileira do século XIX – com grande desta-

que para José de Alencar – atribuíram às diferenciações do português do Brasil em relação a Portugal, estaremos perseguindo uma dada filiação de sentidos sobre a relação língua, nação e poder, cujos reflexos se insinuam ainda hoje, no Brasil.

Pretendemos que o fio condutor da pesquisa seja traçar um sumário painel ilustrativo da concepção do nacionalismo linguístico do século XIX, com seus antecedentes no XVIII e seus reflexos no pensamento dos literatos e dos eruditos brasileiros do oitocentos, bem como apresentar, esquematicamente, as teorias sobre “língua e identidade nacional” desde as primeiras manifestações com o Visconde de Pedra Branca, Gonçalves de Magalhães, Varnhagen, João Francisco Lisboa, passando por Gonçalves Dias, Joaquim Norberto de Sousa Silva, Sílvio Romero, José Veríssimo, Machado de Assis, Laudelino Freire, Silva Ramos e, em capítulo especial, José de Alencar.

20 Como se pode imaginar, a produção intelectual desses autores, refletindo a evolução do pensamento crítico a respeito da língua do Brasil, no século XIX, é vasta e, foi objeto de um trabalho fundamental de Edith Pimentel Pinto (PINTO,1978)³¹, cujo interesse explícito foi empreender o “levantamento dos textos mais significativos – aqueles que, por terem voz própria, dispensam exposição teórica por parte do organizador.” O levantamento de tais textos transformou-se em exemplar fonte de pesquisa para os interessados no assunto. Desta forma, valendo-nos da cuidadosa seleção levada a efeito por Edith P. Pinto, sentimos nossa tarefa duplamente facilitada – primeiro pela economia valiosa de tempo e, segundo, pela seriedade em relação à fidedignidade na escolha das edições dos textos. Os textos selecionados pela ilustre pesqui-

3 1 PINTO, Edith Pimentel. O português do Brasil: textos críticos e teóricos. V. 1 1820/1920, fontes para a teoria e a história. São Paulo: EDUSP, 1978

sadora recobrem desde as primeiras manifestações sobre o assunto (1820) até 1920, marco consensual para o fim do século.

O critério de ordenação dos textos baseou-se no período, por isso, para manter a unidade em relação ao autor (mesmo que seu pensamento sofresse algum tipo de evolução), os textos foram inseridos pela data do mais antigo, ao qual seguiram-se os demais, em ordem cronológica. Foi, então, a partir desta publicação que fizemos nosso próprio recorte de autores.

O momento histórico político por que passava o Brasil e o mundo configurava-se especial para a discussão dos valores constituintes da identidade nacional e sua relação com a língua portuguesa.

Para Antonio Cândido⁴, a Independência exerceu uma influência decisiva no desenvolvimento das ideias do Romantismo, através:

a) do desejo de exprimir uma nova ordem de sentimentos, agora reputados de primeiro plano, como o orgulho patriótico, extensão do antigo nativismo; b) desejo de criar uma literatura independente, diversa, não apenas uma literatura, de vez que, aparecendo o Classicismo como manifestação do passado colonial, o nacionalismo literário e a busca de modelos novos, nem clássicos nem portugueses, davam um sentimento de libertação relativamente à mãe-pátria; finalmente c) a noção já referida de atividade intelectual não mais apenas como prova de valor do brasileiro e esclarecimento mental do país, mas tarefa patriótica na construção nacional.

21

Neste contexto, daremos destaque à figura de José de Alencar por sua importância no cenário do Romantismo brasileiro e pelo grande volume de textos em que, de forma direta (nos pre-

⁴ CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira. (Momentos decisivos) 2^o volume. São Paulo: Livraria Martins Editora, 4^{ed.}, 1971, p. 11.

fácios, pós-escritos, cartas, notas, polêmicas) e indireta (nos romances de fundação), envolveu-se com a delicada relação língua, literatura, nacionalidade.

Voltaremos nossa atenção aos conceitos de José de Alencar, por vezes bastante contraditórios, sobre o estatuto da língua portuguesa no Brasil. Tal contradição evidencia-se, por exemplo, no fato de que, se Alencar expressa textualmente sua ideia de “cisma gramatical”, seria lícito supor uma gramática do português brasileiro. No entanto, ele nunca deixou de recorrer à gramática tradicional e aos exemplos dos clássicos portugueses em suas célebres defesas relativas às acusações que recebia de incorreção no uso da língua.

22 Segundo Edith P. Pinto⁵, um dos aspectos mais importantes do pensamento de Alencar é a “profunda consciência da missão específica do artista ante o instrumento artesanal que é a língua.” Do ponto de vista sociocultural, Alencar nos apresenta uma boa intuição linguística ao separar a linguagem literária da fala comum. Enfim, os textos teóricos de Alencar são riquíssimos para o levantamento a que desejamos proceder.

Em uma época imediatamente posterior situam-se os textos de Machado de Assis, apresentando uma posição menos contundente no que se refere à exacerbação do nacionalismo, mas igualmente rica para a identificação e análise de sua teoria linguística subjacente.

Recorro ainda a Varnhagen que, nos meados do século XIX, esboça os contornos da língua do Brasil como um interesse nacional. Varnhagen ressalta a diversificação da língua falada, mas parte da afirmação fundamental da unidade da língua escrita do Brasil e de Portugal, para justificar o estudo dos clássicos e a impossibilidade de separar as duas literaturas. As ideias de Varnahgen estarão,

5 PINTO, Edith Pimentel. O português do Brasil: textos críticos e teóricos. V. 1 1820/1920, fontes para a teoria e a história. São Paulo: EDUSP, 1978

pois, no centro dos debates em torno da língua até o final do século XIX, que conduziram a resultados de que são exemplos: a consciência acerca da diferenciação da fala e da unidade da escrita; a predominância das investigações fonológicas e lexicais; o sentimento nacionalista na abordagem dos fatos.

Vale lembrar que o Brasil não esteve isolado neste processo, mas integrado às circunstâncias semelhantes que prevaleceram naquele século em toda a América, com os seus respectivos movimentos de independência e constituição de estados nacionais. Partimos da premissa de que, no Brasil, havia questões bastante específicas aos diversos grupos que, de certa forma, buscavam liderar nesta conjuntura de construção da nacionalidade, em que a língua portuguesa, por ser veículo de cultura e de produção de sentidos, foi o alvo preferido das lutas pelo poder e, portanto, pela hegemonia de determinadas formas de pensar e de agir. Referimo-nos aos intelectuais e aos escritores; aos gramáticos e suas idiossincrasias na descrição do português; e, finalmente, ao ensino oficial centrado no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, sede do Império, assuntos esses (gramática e ensino) criteriosamente tratados pelos trabalhos de Ricardo Cavaliere e Roberto Azícelo.⁶ Temos assim muitos interesses em pauta, muitos sentidos sendo construídos, tantas implicações socioculturais, tantas ideologias, buscando todas a naturalização de suas “verdades” e apontando para o objetivo implícito em cada caso: a tentativa de identificação com o poder. Sabemos perfeitamente que linguagem, discriminação e poder estão na base

23

6 CAVALIERE, Ricardo Stavola. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*.

Niterói: EdUFF, 2000.

SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Niterói:

EdUFF, 1999.

das sociedades até hoje constituídas, tanto quanto concordamos com a seguinte passagem de Maurizio Gnerre⁷:

Uma variedade linguística “vale” o que “valem” na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. Esta afirmação é válida, evidentemente, em termos “internos”, quando confrontamos variedades de uma mesma língua, e em termos “externos” pelo prestígio das línguas no plano internacional.

Desde sempre esteve presente na consciência humana a importância das línguas como elemento unificador e, paradoxalmente, discriminador dos indivíduos em sociedade. No caso da implantação da língua portuguesa no Brasil, através das medidas coercitivas do *Directorio* de 1757 – um documento legal para civilização da colônia – temos exemplo de uma política concreta de dominação cultural e econômica.

Também a defesa incansável que José de Alencar liderou sobre a liberdade de uso da língua pelo escritor, sempre em sintonia com as diferenças que o português vinha adquirindo no Brasil, é um sintoma de uma vontade nascente de que a literatura e a cultura brasileiras fossem aceitas em sua identidade diferenciada da portuguesa. A luta dos românticos em relação à língua portuguesa ilustra bem o conceito de que a diferenciação linguística é passo fundamental para a diferenciação política – luta pelo poder em instâncias externas e internas, isto é, no plano internacional, pela delimitação e afirmação de um espaço físico-cultural brasileiro, e no plano interno, pela valorização do escritor nacional como modelo em que deve inspirar-se a sociedade.

7 GNERRE, Maurizio. Linguagem, escrita e poder. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p.6-7.

Em contrapartida, uma etnia mestiça como a que se formou no Brasil – em que a mestiçagem torna-se objeto de profunda rejeição em muitos setores sociais – produz indivíduos que, por razões óbvias de prestígio social, optam por se vincularem à tradição branca, valorizando não só hábitos e visões de mundo da Europa, mas sobretudo o uso do português de Portugal, vindo assim na variante brasileira um uso “errado” do idioma. Daí decorrem as gramáticas cujas descrições linguísticas ignoraram o português falado e escrito no Brasil, considerando-o como forma deturpada, pela carência cultural implícita da colônia, frente à metrópole. Ainda e principalmente aqui, a força da colonização começa a introjetar nas gentes da terra o conceito de “falta”, de “ausência”, já tão bem discutido pelas ciências sociais e pelos críticos de nossa literatura. Bastante significativa para a evidência deste tema é a seguinte passagem de Darcy Ribeiro:⁸

O primeiro brasileiro consciente de si foi, talvez, o mameluco, esse brasilíndio mestiço na carne e no espírito, que não podendo identificar-se com os que foram seus ancestrais americanos – que ele desprezava –, nem com os europeus – que o desprezavam –, e sendo objeto de mofa dos reinós e dos lusonativos, via-se condenado à pretensão de ser o que não era nem existia: o brasileiro.

25

Ao prosseguir em sua análise, Darcy Ribeiro continua aboanando a ideia da constituição e da formação de nosso povo a partir do sentimento de carências e de negações do que não somos na pureza das essências étnicas, mas das quais hibridamente derivamos. Daí que:

O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carên-

8 RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 128.

cia essencial, para livrar-se da ningüendade de não índios, não europeus e não negros, que eles se veem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira.⁹

Convém lembrar, apesar de ser este um aspecto tantas vezes reiterado, a influência que as teorias raciais, predominantes durante toda a segunda metade do século passado, impuseram aos escritores românticos, realistas e naturalistas. Como espelhar, no discurso, a nação constituída de mestiços, quando a mestiçagem era apresentada com um valor negativo, responsável mesmo pelo “atraso” dos trópicos? Renato Ortiz¹⁰, analisando, em *O Guarani*, o mito da fundação da brasilidade, sugere que:

26

José de Alencar propõe uma outra solução; ele apaga, pura e simplesmente, a relevância do mestiço, que no romance encontra-se como “fora de lugar”, merecendo, com a morte individualizada de Isabel, uma atenção redobrada. (...) Penso que Alencar, ao afastar Isabel, procura literariamente dar conta dos impasses de sua época, mas seu esmero, dando-lhe um tratamento especial, nos revela o próprio tema que buscava encobrir. O futuro de Peri e Ceci mostra que, após o batismo do selvagem e a naturalização da cultura, o Brasil pode nascer como a fusão de duas raças míticas, mas não como mistura de etnias realmente diversas. O pecado de Isabel é pertencer ao presente, sua contemporaneidade introduz um ruído temporal na comunicação mitológica.

Na literatura romântica brasileira, existem inúmeros exemplos de valorização do estado de pureza e de lealdade dos índios, como tentativa de formação de uma imagem positiva de nossa

9 RIBEIRO, Darcy. Op. cit. p. 1316 ORTIZ, Renato. *O Guarani: mito de fundação da brasilidade*. P. 93-4

10 ORTIZ, Renato. *O Guarani: mito de fundação da brasilidade*. P. 93-4

origem. O índio, então, apresenta-se como legítimo representante do homem da terra, em luta de resistência aos colonizadores europeus. Ao analisar a obra de Gonçalves de Magalhães, Sérgio Buarque de Holanda¹¹ afirma:

Para o autor da Confederação dos Tamoios essa ideia de que a luta pela independência do Brasil apenas prolonga até os tempos modernos a resistência do selvagem contra o conquistador luso não surge como simples licença poética. É convicção, que insinua em uma grave memória oferecida ao Instituto Histórico, onde se defende a tese de que os brasileiros descendemos sobretudo dos indígenas do tempo da conquista. (HOLANDA,1986:17)

Gonçalves de Magalhães, no volume 23 da Revista do IHGB (1860:3-66), em artigo intitulado “Os indígenas do Brasil frente a história”, procura reabilitar a figura do índio, desqualificada por referências negativas na História geral do Brasil, escrita por Varnhagen. Magalhães vê o índio como solidário e fraterno em relação aos membros de sua comunidade, justificando, assim, os ataques dos índios contra os agressores:

27

Se pois todos os de uma mesma taba se reúnem para castigar o agressor de um de seus membros, ao espírito de justiça, e não ao de vingança, havemos de atribuir esse procedimento. E porque converteremos em crime nos selvagens o que é virtude nos povos civilizados? (MAGALHÃES, 1860:15)

Também José de Alencar compartilha do mesmo ideal, quando argumenta:

11 HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In; MAGALHÃES, G. de. Suspiros poéticos e saudades.

5.ed. Brasília: INL/UnB, 1986.p.13-33. Apud JOBIM, José Luis. Indianismo, nacionalismo e raça na cultura do romantismo, p. 9.

As nações tupis não viviam em estado perene de guerra, como propalam alguns escritores. A guerra era frequente; mas não constante. As nações faziam a paz e nela se mantinham até que sobrevinha alguma causa de rompimento. Então não começavam as hostilidades senão depois de anunciada a guerra ao inimigo, o que se fazia lançando-lhe uma flecha na taba, ou levando-lhe um guerreiro o desafio.

É uma prova do caráter leal dos selvagens. Foi depois da colonização, que os portugueses assaltando-os como a feras e caçando-lhes a traição que eles não conheciam.¹²

O discurso de valorização do índio, que toma conta do cenário nacional na segunda metade do século XIX, preenche, pois, de modo estratégico o silenciamento preconceituoso da presença negra na formação histórico-social do povo brasileiro. Gonçalves de Magalhães também não foge ao padrão ideológico racista de sua época, que desvalorizava a raça negra, considerando a raça branca (caucasiana) superior às demais. O seguinte trecho caracteriza um bom exemplo deste pensamento:

Se os colonizadores seguissem o exemplo dos padres da companhia, que também dos índios se serviam com muito proveito, se imitassem ao menos aos Franceses, que os tinham por amigos; se não quisessem ávidos enriquecer-se do pé para a mão, teriam dispensado os braços africanos, importados pela sórdida cobiça, e pagos com o sangue indígena; maior quantia de índios se teriam cristianizado sem tanta carnificina; e mais aumentada estaria hoje a nossa população, sem a escura mescla da raça de Cam, cuja maldição como que recai sobre o seu próprio trabalho, em maior dano dos que a escravizam. (MAGALHÃES, 1860:60-61). [O grifo é nosso]

12 ALENCAR, José de. Nota 17, apensa a Ubirajara. In: Obra completa. Rio de Janeiro: José Aguilar, v.

II, 1960, p. 1192.

Ainda citando Magalhães (MAGALHÃES, 1860:62-63), na seção de seu artigo intitulada “Conclusões históricas”, estão claramente enunciadas as razões pelas quais o índio será escolhido como o herói literário, digno representante do homem brasileiro:

Não há hoje a menor razão porque [sic] desconheçamos a importância da parte indígena na população do Brasil; e me- nos ainda para que apaixonados declamemos contra selvagens que por direito natural defendiam a sua liberdade, independência e as terras que ocupavam. Pacíficos e hospitaleiros ao princípio, provocados se enfureceram, e retribuíram o mal com o mal. Assim fazem todos os homens. Seus erros, seus crimes, suas crueldades não nos espantam, se bem a lamentemos: porque a história das nações civilizadas da Europa habituou-nos a maiores horrores, a maiores atrocidades, de que pasmaríamos os nossos selvagens, não atormentados pela sede de cobiça e do mando, que perverte e corrompe o coração do homem. E entre os que matam para escravizar, dominar e enriquecer-se e os que matam e morrem pugnando pela própria vida e liberdade, pende a justiça em favor dos segundos, que mais despertam o sentimento do belo moral, nunca de sobra no afã vulgar da vida.

29

Por isso é que os feitos dos indígenas oferecem argumento simpático à nossa poesia nacional. E como bem notou o Sr. Odorico Mendes: os selvagens, rudes e de costumes quase homéricos, podem prestar belos quadros à epopeia (...)

De mais, a terra é quem dá a nacionalidade a seus filhos, e não as raças adventícias que a povoam; e dessa nacionalidade não são excluídos os que primeiro aqui nasceram antes dos filhos dos seus conquistadores. (MAGALHÃES, 1860:62-63)

Em conclusão destas observações diremos que, se compararmos estes selvagens com os homens eminentes dos povos cultos, e os da classe média, a vantagem é toda destes; mas se os compararmos a essa imensa população ignara e embrutecida da Europa, em que o hábito da miséria, da obediência, da servidão, e do rude trabalho da terra sem descanso, e sem lucro suficiente para matar-lhe a fome, extingue pouco a pouco todos os nobres

sentimentos, e a ideia mesmo de que são homens; a vantagem é toda do selvagem, que na independência de seu caráter, na força da sua vontade, na altivez do seu espírito, e no garbo do seu porte, conserva todos os belos atributos da espécie humana. (MAGALHÃES, 1860: 64-65)

Para registrar, com cuidado, essa corrente ideológica que se formou em torno da representação do índio na constituição da nacionalidade brasileira, vale lembrar as ponderações de José de Alencar, na advertência que antecede a *Ubirajara* :

Quem por desfastio percorrer estas páginas, se não tiver estudado com alma brasileira o berço de nossa nacionalidade, há de estranhar entre outras coisas a magnanimidade que ressumbra no drama selvagem e forma-lhe o vigoroso relevo.

Como admitir que bárbaros, quais nos pintaram os indígenas, brutos e canibais, antes feras que homens fossem suscetíveis desses brios nativos que realçam a dignidade do rei da criação?

30

Os historiadores, cronistas e viajantes da primeira época, senão de todo o período colonial, devem ser lidos à luz de uma crítica severa. É indispensável sobretudo escoimar os fatos comprovados, das fábulas a que serviam de mote, e das apreciações a que os sujeitavam espíritos acanhados, por demais imbuídos de uma intolerância ríspida.

Homens cultos, filhos de uma sociedade velha e curtida por longo trato de séculos, queriam esses forasteiros achar nos indígenas de um mundo novo e segregado da civilização universal uma perfeita conformidade de ideias e costumes. Não se lembravam, ou não sabiam, que eles mesmos provinham de bárbaros ainda mais ferozes e grosseiros do que os selvagens americanos. (ALENCAR, 1960: v. II, 1139).

O elogio ao índio, portanto, em sua contraparte, corresponde à necessidade de amenizar, da forma menos traumática para a

época, a origem mestiça dos brasileiros.

Por outro lado, o plano pedagógico proposto às elites que frequentavam o Colégio Pedro II, foco irradiador de saber, centrava-se em valores europeus, privilegiando o ensino das literaturas europeias, da retórica clássica, e reservando um espaço diminuto à literatura brasileira e aos temas nacionais.

O silenciamento das formas da cultura nacional em favor de valores metropolitanos indica não só o complexo de inferioridade característico da colônia, bem como ilustra a opção por uma dada hegemonia de poder.

A análise, que pretendemos fazer, dos possíveis elos entre os discursos constitutivos da relação língua / identidade nacional e os grupos sociais que os geraram, estará, teoricamente, apoiada em alguns conceitos da Escola Francesa de Análise do Discurso. Por este olhar, nossa leitura implica o pressuposto de que:

Assim como a pragmática questionou a concepção de uma linguagem cuja função seria a de representar um preexistente, da mesma forma a AD [análise do discurso] recusa a concepção que faria da discursividade um suporte de “doutrinas” ou mesmo “visões do mundo”. O discurso, bem menos do que um ponto de vista, é uma organização de restrições que regulam uma atividade específica. A enunciação não é uma cena ilusória onde seriam ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem. À AD cabe não só justificar a produção de determinados enunciados em detrimento de outros, mas deve, igualmente, explicar como eles puderam mobilizar forças e investir em organizações sociais.¹³

31

13 MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. Campinas, SP: Pontes: Editora da UNICAMP, 1989, p. 50.

Nosso trabalho pretende, pois, discutir os sentidos que, no século XIX, a expressão – português do Brasil – suscitava pela determinação das posições ideológicas em jogo, naquele processo sócio-histórico. Identificaremos a formação discursiva – segundo Pêcheux (1995:160), “aquilo que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” – dominante no cenário de gestação das bases de nossa identidade cultural e linguística, levada a efeito pelos escritores do Romantismo, bem como por alguns eruditos da mesma época. Nas interfaces do confronto, quase nunca sutil, de posições ideológicas em conflito, queremos surpreender, então, o que subjaz à discussão do estatuto da língua portuguesa no Brasil, no momento histórico assinalado.

32 Por longo tempo estas questões têm estado em pauta nas discussões acadêmicas e nas posturas de escritores, intelectuais e professores. Hoje, no início do século XXI, o discurso de base sociolinguística sobre a língua portuguesa do Brasil continua, em alguns casos, permeado pela ideia de dominação cultural, e a conseqüente tentativa de apagamento da diversidade diatópica e dos registros diastráticos, em favor de uma suposta unidade linguística, sem consideração à história de nossa formação nacional.

Pensando, pois, nestas diferentes posições discursivas, presentes em nossa sociedade, confirmaremos que:

As palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: retomando os termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes.¹⁴

Façamos um corte no tempo histórico e voltemos ao século XIX, que foi especialmente fértil em relação à constituição de uma identidade nacional brasileira e sua vinculação à língua portuguesa, não fosse o século da independência do Brasil, do estabelecimento dos modernos estados europeus, bem como do cenário romântico dominante no campo intelectual e no projeto criador. Parece-nos bastante difícil tratar a história das ideias fora das condições históricas, fora do “acontecimento” em que se concretizam as práticas humanas. Logo, para abordar a situação da língua portuguesa no Brasil do século XIX, refletindo sobre a constituição deste saber linguístico e discutindo as concepções de intelectuais e literatos da época a respeito destas mesmas questões, torna-se indispensável delinear as condições próprias da história brasileira. É preciso focalizar uma colônia portuguesa na América do Sul, que se torna um Estado independente em 1822, embora ainda se configurando e procurando o espelho em que se auto representasse como nação. Segundo Hobsbawm¹⁵ – um dos teóricos das articulações entre nacionalismo, nação, língua e Estado –, o nacionalismo forma a nação e o Estado, não o contrário.

33

Para a pesquisa que pretendemos desenvolver, trabalharemos com as seguintes categorias propostas por Hobsbawm¹⁶:

a) o nacionalismo significa, fundamentalmente, o princípio de que as unidades política e nacional devem ser congruentes;

b) a nação, historicamente recente, é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado-nação”, e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação;

15 HOBSBAWM, ERIC J. Nações e nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.19.

16 Hobsbawm, op. cit. P.18-19

c) a “questão nacional”, como os velhos marxistas a chamavam, está situada na interseção da política, da tecnologia e da transformação social.

Observamos que as tentativas de estabelecimento de critérios objetivos para a identificação de uma nacionalidade foram feitos com base na língua ou na etnia, ou em uma combinação de critérios como língua comum, território comum, história comum, traços culturais comuns.

34 Para discutirmos as relações entre o Estado brasileiro (1822), a consciência nacional e o estatuto da língua portuguesa neste contexto, convém traçar um brevíssimo quadro histórico. O período compreendido entre o fim do século XVII e o início do século XIX ficou conhecido como a “Era das Revoluções”, devido às grandes transformações históricas ocorridas em todo o mundo. No aspecto econômico, o capitalismo se consolidava com a Revolução Industrial; politicamente, a classe burguesa derrubava os últimos obstáculos ao seu desenvolvimento, assumindo o controle de governos, como aconteceu a partir da Independência dos Estados Unidos, em 1776, e a partir da Revolução Francesa de 1789.

A Revolução Industrial trouxe a mecanização da produção, levando a ordem capitalista ao seu pleno desenvolvimento. A partir de então o capitalismo passou a contestar barreiras mercantilistas e, conseqüentemente, a existência de colônias que só dificultavam o comércio internacional. O desenvolvimento industrial dependia, pois, da ampliação dos mercados, e o pacto colonial era um empecilho a esta nova ordem. A burguesia internacional não podia aceitar a existência de colônias impedidas do livre comércio, submetidas que estavam às metrópoles. Desse modo, a independência brasileira foi favorecida pela necessidade de liberdade comercial das colônias, exigida pela burguesia europeia mais desenvolvida. A independência do Brasil está, pois, inserida na Era das Revoluções, já que, com o fim do pacto colonial, o Brasil se integrou aos

principais centros econômicos do desenvolvimento capitalista do mundo, embora ainda sofrendo as consequências da desvantagem do antigo peso colonial e, internamente, do subdesenvolvimento econômico.

Hobsbawm define o Estado moderno pela integridade de um território separado de outro por fronteiras geográficas definidas, cujo domínio político e administrativo abrangia diretamente a totalidade de seus habitantes.

O Estado assim definido dominava sobre um povo, e seus agentes alcançavam, de forma crescente, os mais humildes no menor de seus vilarejos:

Cada vez mais o Estado detinha informações sobre cada um dos indivíduos e cidadãos através do instrumento representado por seus censos periódicos regulares (que só se tornaram comuns depois da metade do século XIX), através da educação primária teoricamente compulsória e através do serviço militar obrigatório, onde existisse.¹⁷

35

Neste contexto a “língua nacional” não é tratada de maneira objetiva; ao contrário, trata-se de assunto impregnado de subjetivismo e forte conotação emocional, pois para a ideologia do nacionalismo (a partir de 1830) a língua era a “alma da nação” e um critério importante de marca de nacionalidade. A seguinte citação reforça a afirmativa: “as verdadeiras fronteiras naturais não são determinadas por montanhas e rios, mas sim pela língua, pelos costumes, pelas lembranças, por tudo aquilo que distingue uma nação de outra.”¹⁸

A organização de nossa pesquisa inclui, como parte de sua arqueologia, um olhar interessado sobre uma legislação específica de 1757, promulgada pelo Marquês de Pombal, em que a Coroa portuguesa definia as competências, no sentido de se efetivar a co-

17 Hobsbawm, op.cit.p.102

18 Idem.p.118

lonização no Brasil. Trata-se do *Diretório*, que se deve observar nas povoações dos Índios do Pará, e Maranhão (de agora em diante referida por *Diretório*) que, segundo Rita Heloísa de Almeida¹⁹:

exprime uma visão de mundo, propõe uma transformação social, é o instrumento legal que dirige a execução de um projeto de civilização dos índios articulados ao da colonização. Em suma, um objeto de intervenção amplo, que abrange a pretensão de construir uma nova ordem social.

Pela leitura do *Diretório* inferimos as diretrizes para a execução de um programa de governo com vistas a significativas reformulações institucionais no Brasil colônia. Seguindo o texto de Rita Heloísa de Almeida²⁰, complementamos o pano de fundo em que se insere este importante instrumento legal:

36

(...) há no *Diretório* um acento particular, que o torna novo diante dos demais regimentos de mesma natureza. Ou seja, o *Diretório* foi um dos instrumentos de trabalho de um programa de governo que lutou por profundas reformulações nas instituições. A literatura sobre a época das Luzes e do despotismo esclarecido, que aqui ambienta nossos dados, registra um estado de espírito que aspira por mudanças e crê nesta possibilidade, implantando projetos de construção de mundo. A expressão “grande obra” é um dado do discurso do colonizador que revela a convicção dos autores na viabilidade de seus projetos. Exprime uma contemporaneidade de ideias e planos de construção de mundo com a abrangência daqueles levados avante em toda a Europa Ocidental.

¹⁹ ALMEIDA, Rita Heloísa. O diretório dos índios; um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília, Editora da UNB, 1997, p.19.

²⁰ ALMEIDA, Rita Heloísa. (op.cit.p.149)

Em Portugal, esta situação começa a esboçar-se ainda no século XVII, tornando-se realidade no reinado de D. José e de seu ministro, o Marquês de Pombal. Sob o gabinete pombalino são colocadas em prática experiências diversificadas de finalidade reformista a até mesmo criadora.

O *Diretório* foi assinado em 3 de maio de 1757 por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e aprovado por força do Alvará de 17 de agosto de 1758. Aplicou-se, em princípio, às povoações indígenas do norte e, depois, recomendado, como único comportamento do colonizador, aos índios do Brasil. Vigorou como lei geral até sua extinção pela Carta Régia de 12 de maio de 1798.

Portanto, em 1758, o marquês de Pombal assim justificava as medidas coercitivas tomadas pelo *Diretório*, em relação à obrigatoriedade de uso da língua portuguesa:

sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos dos conquistados o seu próprio idioma, por ser indispensável, que este é um meio dos mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes e ter mostrado a experiência que, ao mesmo passo que se introduz neles o uso da língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo Príncipe.²¹

37

Já em 1798, portanto 40 anos após a promulgação do *Diretório*, a língua portuguesa dominava incontestavelmente (exceção à Amazônia) o território do Brasil colônia. A reforma pombalina também instituiu o ensino público em língua portuguesa, dando prioridade à gramática portuguesa em face da latina. Na mesma linha de raciocínio que correlaciona a unidade linguística com o sen-

timento de nação, José Luís Jobim²² ressalta que o nacionalismo compreendido como identidade inata representa o pensamento de Herder, que “imaginava uma comunidade linguística com uma particularidade densamente social, cuja coesão interna a defenderia contra a corrupção externa.”

Para a focalização do alvo de que nos ocupamos – a visão dos literatos e eruditos brasileiros do século XIX sobre a questão da língua portuguesa e a identidade brasileira – a seguinte observação será bastante esclarecedora: ²³

38

Da mesma forma, a noção de espírito do povo circulou amplamente no século XIX, mesmo através de autores que nunca leram Herder e seus epígonos, mas tiveram acesso a outros textos que também tematizaram esta noção. A ideia de uma terra-mãe, gerando sentidos e sentimentos de uma alma coletiva comum foi muito influente, tanto no Romantismo europeu quanto no brasileiro. Por isso, não devemos estranhar que autores como José de Alencar e Walter Scott usem esta cultura para o Brasil e para a Escócia, respectivamente, matrizes de dois povos cujos espíritos se diferenciariam de Portugal e da Inglaterra. Enquanto o Brasil recém-independente procura consolidar traços tipicamente nacionais, a Escócia, depois da perda de liberdade política, com a união dos parlamentos escocês e inglês em 1707, busca valorizar e preservar as tradições escocesas, numa tentativa de impedir seu apagamento.

No centro do problema de identificação de um Estado-nação com uma língua sobrelevam questões de identidade, poder, status,

²² JOBIM, José Luís & HENRIQUES, Ana Lúcia de Souza. A literatura e a identidade nacional linguística: José de Alencar e Walter Scott in: Cadernos pedagógicos e culturais Niterói, Centro Educacional de Niterói, v. 4. Jul./Dez; v.5 jan./Dez1996. P.115.

²³ JOBIM, José Luis. Op.cit. p.117.

política e ideologia. Estas representações, no processo de fixação da língua, ficam evidentes, no Brasil do oitocentos, com a discussão sobre a denominação da língua nacional: língua portuguesa ou língua brasileira? – polêmica que aglutinou intelectuais e escritores brasileiros e portugueses. Tal discussão encerrava duas visões de civilização e de identidade linguística que, difícil e raramente, puderam manter-se fora do debate emocional, subjetivo.

Um dos conceitos fundamentais à coerência do pensamento que vimos desenvolvendo é o de identidade. Sabemos que enveredar pelas diferentes concepções de identidade e de sujeito configuraria uma opção bastante ousada, além dos limites de nossa competência. Estas concepções, como sabemos, estão sendo discutidas em profundidade pela teoria social, que vem acompanhando os desdobramentos do processo de mudança de uma visão coerente e estável de sujeito e de identidade, para a fragmentação e os descentramentos verificáveis na pós-modernidade.²⁴

39

No entanto, não podemos deixar de estabelecer as bases e os limites conceituais com que trabalhamos a noção de identidade nacional. Assim é que, em nosso texto:

Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a “nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são

24 Referimo-nos especialmente a HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

construídas. Como argumentou Benedict Anderson (1983), a identidade nacional é uma ‘comunidade imaginada’.²⁵

Torna-se, pois, relevante assinalar que é no fim do primeiro quartel do século XIX que começa a surgir o assunto da língua do Brasil, ainda não configurado como problema linguístico, mas já apontando para as diferenças do português americano, chamado de língua do Brasil.

Segundo Edith Pinto²⁶, o texto mais antigo “remonta a 1824-25, mas só foi divulgado mais tarde,” em *A língua do Brasil*, de João Ribeiro, cuja primeira edição é de 1921. O texto de 1824-25 deve-se a Pedra Branca e faz parte da Introdução do Atlas Etnográfico do Globo, de Adrien Balbi. Neste documento, a denominação de língua do Brasil não implica conotação nacionalista; trata-se de uma tentativa de caracterização do idioma português em terras brasileiras.

40 A partir de então, outros intelectuais, como José Bonifácio e Varnhagen, começam a caracterizar a língua do Brasil como um português diferenciado até mesmo no próprio território nacional. Edith Pinto (1978) afirma que nos meados do século XIX já estão esboçados em Varnhagen os limites dos debates, em torno da língua, que se prolongarão até o final do século. Sustentam-se, como linhas mestras do pensamento linguístico, a diferenciação da fala brasileira e o sentimento nacionalista na abordagem dos fatos. As investigações que visam a documentar as diferenças da língua do Brasil fixam-se em aspectos fonológicos e lexicais mais facilmente perceptíveis.

25 HALL, Stuart. *Op.cit.* p. 50-51.

26 PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil. Textos críticos e teóricos. V.1 1820/1920.* Fonte para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos e São Paulo: EDUSP, 1978.p.XV

Assim, ainda segundo Edith Pinto (1978), podem-se identificar, nos meados do século XIX, duas claras posições na defesa de uma variante brasileira da língua portuguesa, em termos de fala: a linha de Varnhagen e José Francisco Lisboa, baseada em fatos; e a linha de Junqueira Freire e Montalverne, de cunho emocional. Essas duas linhas de pensamento partem em defesa dos neologismos e galicismos, movidos uns pela consciência das alterações socioculturais do léxico, outros, pelo nacionalismo que destaca a riqueza da língua do Brasil, em face da grandeza do próprio país.

Na pesquisa a que nos propomos, serão analisados (sempre do ponto de vista de sua enunciação) os textos de Varnhagen como o pensamento romântico em formação; os de José de Alencar como o grande defensor da língua brasileira; os de Machado de Assis como o representante do pensamento pós-romântico.

José de Alencar, por sua importância como romancista, pelas polêmicas linguísticas em que se envolveu e pela constante autojustificação que empreendeu, tornou-se o símbolo do pensamento sobre a língua do Brasil.

41

São de Alencar as seguintes palavras:

O autor deste volume e do que o precedeu com o título de *Lucíola* sente a necessidade de confessar um pecado seu: gosta do progresso em tudo, até mesmo na língua que fala.

.....
A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo. Da mesma forma que instituições justas e racionais revelam um povo grande e livre, uma língua pura, nobre e rica, anuncia a raça inteligente e ilustrada.²⁷

Pretendemos encaminhar a pesquisa no sentido de apresen-

27 ALENCAR, José de. *Póscrito* (1865) apud PINTO, Edith Pimentel. Op.cit. p.55

tar o pensamento de Alencar nas suas seguintes vertentes: a consciência da missão específica do artista ante seu instrumento artesanal – a língua; a proposta metalinguística de caracterização de uma língua e de uma literatura para o Brasil do século XIX.

Na sua proposta de caracterizar a língua do Brasil, Alencar viveu um de seus grandes impasses, já que a realidade lhe apresentava uma nação de mestiços, uma intrincada miscigenação na qual a língua portuguesa já aparecia carregada de novas tradições culturais.

Em suas contradições, no entanto, foi sendo escrita a história possível de nossa origem, o marco zero que nos uniria a todos como brasileiros. Parece-nos bastante razoável concordar que a saída mitológica atendeu a esse seu ideal, tão bem delineado na seguinte passagem:²⁸

42

Assim como Walter Scott fascinou a imaginação da Europa com os seus castelos e cavaleiros, Alencar fixou um dos mais caros modelos de sensibilidade brasileira: o do índio ideal, elaborado por Gonçalves Dias, mas lançado por ele na própria vida cotidiana. As Iracemas, Jacis, Ubiratãs, Ubirajaras, Aracis, Peris, que todos os anos, há quase um século, vão semeando em batistérios e registros civis a “mentirada gentil” do indianismo, traduzem a vontade profunda do brasileiro de perpetuar a convenção, que dá a um povo de mestiços o álibi de uma raça heroica, e a uma nação de história curta, a profundidade do tempo lendário.

Do mesmo modo, as ideias de Machado de Assis²⁹ sobre a língua e a literatura brasileiras constituirão outro ponto central deste projeto.

28 CÂNDIDO, Antônio. Os três Alencares. In: Formação da literatura brasileira. (Momento decisivos) São Paulo: Martins, 1971, p. 224.

29 ASSIS, Machado. Crítica. Collecção dos autores célebres da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Livraria Garnier.

Como sabemos, uma das características que marcam este momento histórico-cultural é a preocupação de demonstrar que o português que se falava e escrevia aqui era diferente do de Portugal. O momento, pois, foi pródigo em trabalhos sobre o léxico que, inclusive, fazem parte de gramáticas escritas a partir de 1880, como por exemplo a *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* de Pacheco Silva (1879), sua *Gramática da Língua Portuguesa* com Lameira de Andrade (1887), e a *Gramática Analítica* (1887) e depois *Gramática Descritiva* (1894) de Maximino Maciel.

Este painel que desejamos traçar, muito provavelmente, encaminhará nossa reflexão a uma comparação com o pensamento linguístico contemporâneo sobre questões de identidade e variedade linguística no Brasil atual e seus reflexos no ensino da língua portuguesa em nosso país, às portas do século XXI.

Para a realização de nossa proposta de trabalho, organizamos os capítulos desta pesquisa em três áreas abrangentes: língua e poder – antecedentes setecentistas; literatura e identidade linguística no século XIX; questões de língua e de nacionalidade no Brasil do século XIX. Desse modo, discutiremos os antecedentes setecentistas da questão, especificamente o *Diretório* dos Índios, texto legal com que a Coroa portuguesa traçou as estratégias de imposição da língua portuguesa no Brasil. Referimo-nos especificamente às medidas coercitivas tomadas pelo Marquês de Pombal, em 1757 no documento a que já fizemos alusão. Neste item, verificaremos, também, o grau de abrangência da língua chamada “geral”, em nosso território.

A seguir, vamos dedicar dois itens a José de Alencar, no propósito de identificar-lhe os processos de construção de nossa identidade nacional, através da insistência na legitimidade da língua portuguesa falada e escrita no Brasil, bem como sua outra grande questão, que foi a valorização do estilo, o compromisso do escritor com a abordagem estética da língua.

E, em capítulo à parte, procuramos realizar uma síntese das posições linguístico-ideológicas de nossos literatos e intelectuais que, durante praticamente a metade do século XIX, discutiram o relacionamento entre língua, literatura e nacionalidade brasileira.

Após a exposição de fatos e ideias, tecemos algumas considerações finais sobre essas matrizes culturais, por onde fomos tentando desvelar as filiações de sentido instauradas nos textos tomados como alvo da pesquisa, desvendando um pouco da construção discursiva de nossa representação de nação e da língua que nos constitui como povo.

Capítulo 2: O Marquês De Pombal e a implantação da língua portuguesa no Brasil – reflexões sobre a proposta do *Diretório* de 1757

Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente ? Onde, afinal, está o perigo?³⁰

Michel Foucault

O moinho já não existe; o vento continua todavia.

Van Gogh, cartas a Théo³¹

Para discutirmos questões concernentes à língua portuguesa no Brasil do século XIX, parece-nos inevitável, e até mesmo aconselhável, que façamos uma incursão em nossa história, reveladora da consciência já formada no século XVIII pelos portugueses, em 1757, sobre a importância que a língua exerce na formação cultural de um povo, bem como sua função de aglutinar comunidades sob uma forma de poder. 45

Referimo-nos às medidas coercitivas tomadas pelo Marquês de Pombal no documento *Diretório*, já referido no capítulo anterior.

A presente reflexão tem como propósitos:

1º Comentar, exemplificando, a hegemonia da língua geral no Brasil do século XVIII até a promulgação da lei *Diretório* que se deve observar na povoação dos índios do Pará e Maranhão , de 1757;

30 FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996,p.8

31 Apud GALEANO, Eduardo. A canção de nossa gente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

2º Apresentar, em termos gerais, o *Diretório* como uma proposta civilizatória para o Brasil;

3º Encontrar relações de sentido entre a ideologia do colonialismo e a implantação da língua portuguesa no Brasil;

4º Discutir alguns parágrafos específicos do *Diretório*, referentes à ação civilizatória dos portugueses e à implantação da língua portuguesa;

5º Refletir sobre o português do Brasil, em estreita vinculação histórica com nossa formação linguístico-cultural.

46 Assim, parece-nos claro e plenamente justificado este diálogo com o século XVIII para, no espaço das matrizes culturais, irmos desvelando filiações de sentido e, através da História, trazeremos à luz da análise a ideologia com que vimos construindo a representação de nação (brasileira) e de língua (portuguesa). O século XIX foi um dos momentos relevantes desta discussão, mas, enquanto forma discursiva sobre o relacionamento entre língua e nação, não se encontra isolado de outros momentos também significativos deste diálogo ainda inacabado.

Nosso propósito, portanto, é o de apresentar um panorama da política linguística conduzida por Portugal para o Brasil colonial, culminando com a promulgação, em 1757, do *Diretório*. Trata-se, como já vimos, de documento jurídico com a finalidade de regulamentar as ações colonizadoras em terras brasileiras.

A atitude de Portugal em relação à questão linguística no Brasil colonial reflete uma preocupação com a estreita ligação entre língua e domínio imperial, entre língua e espaço português, entendido este último como uma identidade cuja coesão interna o defenderia contra a corrupção externa.

No estudo da proposta linguística do *Diretório*, trabalharemos com alguns conceitos, tais como ideologia, sujeito, história, interpretação, memória.

Assim, a análise da proposta linguística do *Diretório* em relação ao Brasil colônia busca compreender e evidenciar como os sentidos foram produzidos. Se partimos dos pressupostos de que sujeito e sentido se constituem mutuamente, e de que o lugar de onde se fala constitui o dizer, as diretrizes da política linguística contidas no *Diretório* estarão baseadas nas concepções do século XVIII de civilização, barbárie e religião.

Logo de início, registramos o silêncio simbólico de nossos mais ilustres pesquisadores em relação a este documento, nas diferentes obras em que tratam da história da língua portuguesa no Brasil. Este silêncio cria, além de um constrangimento perturbador, um inequívoco mal-estar com sua constatação. Seria uma espécie de “trauma” no sentido freudiano ou de filiação ideológica de nossa academia? Será possível ignorar a história? Fazemos exceção a trabalhos do professor Celso Ferreira da Cunha, que, em *Língua, Nação, Alienação* transcreve em notas (CUNHA, 1980:29) os parágrafos do *Diretório* referentes à obrigatoriedade do uso do português, e discute o assunto em pequeno capítulo intitulado “O *Diretório* e a Reforma Pombalina” de seu livro *A Questão da Norma Culta*. Sobre o modo como Celso Cunha cita determinado trecho do *Diretório*, inserindo-o em seu próprio texto, há um cuidadoso artigo da professora Bethânia S. C. Mariani (1997:241) – “A citação na produção textual” – em que se discute o componente ideológico na relação textualidade e citação. Ainda de Bethânia S. C. Mariani, podemos citar os seguintes trabalhos: *As tensões jurídico-religiosas do século XVIII e o imaginário da língua*. (MARIANI, 1997); *L’institutionalisation de la langue, de la mémoire et de la citoyenneté au Brésil durant le XVIII siècle: le rôle des académies littéraires et de la politique du Marquis de Pombal*. (MARIANI, 1998) bem como a orientação da dissertação de mestrado de Gileade Godói Pereira, intitulada *Calar e dizer: injunções relativas às línguas geral e portuguesa no século XVII*, defendida em 1998, na

Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFF.

Também mencionamos outro importantíssimo trabalho de natureza ecdótica - Língua e inquisição no Brasil de Pombal - do professor José Pereira da Silva, que fixou documento de extrema importância para a história da língua portuguesa e para a história política e religiosa da Amazônia. Trata-se das *Questões Apologéticas*, texto em que o padre Manuel da Penha do Rosário se defende perante o Tribunal da Inquisição por evangelizar os índios em sua língua vulgar e não na portuguesa, contrariando assim a ordem da Coroa. A defesa do padre é uma prova incontestada do predomínio da língua dita geral e do desconhecimento da língua portuguesa pelas populações indígenas. É, portanto, documento indispensável para a história da imposição da língua e da cultura portuguesa em terras do Brasil. Por exemplo, destacamos esta resposta à primeira questão do padre em sua defesa: “Em que língua deve o pároco instruir
48 aos índios que a sua direção espiritual estão cometidos?”

Temos a seguinte resposta, no item 3:

“Bastaria ter dito e mandado assim neste lugar o referido concílio, torno a dizer, para o pároco se obrigar a instruir aos índios, suas ovelhas e fregueses, em a sua língua vulgar, porque, se diz o Sagrado Concílio que se instruem segundo a capacidade deles, [se] só capazes são de se instruírem na dita língua, pois só a ela sabem e entendem de presente, e não outra, ao menos em as povoações que tenho corrido, logo, segundo esta capacidade os deve o pároco instruir.”(José Pereira da Silva, op.cit. p.5).

Outro estudo importante é uma tese de doutoramento na área da antropologia, publicada em 1997, pela editora da UNB, de Rita Heloísa de Almeida, intitulada: *O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Trata-se da leitura

e interpretação da lei colonial em toda a sua abrangência, situada no contexto da tradição de conquista dos povos europeus e, em particular, de Portugal.

Lembramos, também, os trabalhos contemporâneos no campo da análise do discurso, na UNICAMP, que tem desenvolvido o projeto denominado “História das ideias linguísticas: construção de um saber metalinguístico e a constituição da língua nacional.”

A partir deste pequeno quadro de informações, pudemos situar a influência e o lugar que a discussão tem tomado no campo do saber das Letras, atualmente no Brasil.

Creemos ser valiosa esta referência a nossa história não só para entendermos a situação linguística no Brasil do século XVIII, bem como para contrastarmos esse período com o século XIX, cujos impasses e problemas serão bastante diversos. Enfim, estaremos procurando vinculações de sentido e possíveis relações entre os movimentos de imposição da língua portuguesa e os movimentos de insurreição nativa, já após a independência brasileira, enunciados no confronto com Portugal sobre a representação da língua do Brasil.

49

Podemos partir de uma conclusão óbvia, mas fundamental: se houve a necessidade de uma legislação sobre as formas de implantação da língua portuguesa, é porque esta não era a língua corrente no Brasil.

A preocupação de Portugal com a questão linguística e cultural no Brasil colonial não está desvinculada de uma ideologia marcante na época, e, segundo Rita Heloísa de Almeida³²:

é a partir das missões, principalmente na gestão do *Diretório*, que se verifica o surgimento de um conceito de civilização

cada vez mais associado a uma ação a realizar-se em espaços planejados. Nestes, os índios são instruídos na religião cristã, aprendem ofícios, integram atividades econômicas e estabelecem formas de convívio por meio do comércio, do trabalho e do casamento com os brancos. Nestes espaços, chamados, conforme cada época, ‘missão’, ‘povoação’, ‘aldeamento’, ou ‘posto indígena’, transcorre uma mesma ação que coetaneamente seria compreendida como sendo uma obra religiosa, uma empresa colonial, um serviço assistencial.

É bastante conhecida a passagem de Pero de Magalhães Gandavo – um dos primeiros cronistas da colonização portuguesa – onde se afirma que os índios do litoral do Brasil não conheciam as letras “F, nem L, nem R”, não possuindo “Fé, nem Lei, nem Rei”, portanto, vivendo desordenadamente.

50 Esta suposição da ausência de uma organização social e religiosa, a que se soma a inquietação dos colonizadores pelo predomínio da língua geral, constituiu motivação suficiente para a concretização de um projeto colonizador para o Brasil. Logo, a língua e a instrução deviam desenvolver-se sob a égide de um Rei (o de Portugal), de uma Fé (a da Igreja Católica) e de uma Lei (norma jurídicas fixadas pelo Estado e pela Igreja da Contra-Reforma).

A imposição da língua portuguesa foi uma questão fundamental para Portugal, no sentido da preservação da colônia, contudo a concorrência do português com a língua geral ainda perdurou até a segunda metade do século XVIII, quando o discurso das autoridades portuguesas objetivou-se numa política de difusão e obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa.

Nas décadas iniciais do século XVI, predominavam as vozes indígenas, com a indianização do colonizador e a ameaça constante de outras línguas europeias trazidas, notadamente, por franceses, espanhóis e holandeses. Como se sabe, a grande luta travada pelos

colonizadores portugueses, nos primeiros tempos da colonização do Brasil, não foi contra os indígenas, mas contra europeus em suas constantes incursões à nova terra americana.

Conforme avançava a colonização, o processo de indianização de europeus perdeu força; no entanto, era muito difícil que os portugueses não se rendessem à miscigenação e às chamadas línguas gerais de origem tupi. Segundo Luiz Carlos Villalta³³.

A geografia e o tempo das 'línguas gerais' são bastante matizados, variando em conformidade com as diferenças numéricas entre as populações indígenas (Tupi e não literário), africanas e portuguesas; o peso das atividades econômicas voltadas para o mercado externo; a força dos interesses missionários; o grau de desenvolvimento urbano; e o empenho das autoridades laicas em difundir o português.

A língua geral era hegemônica, sendo usada por todas as camadas sociais, passando do domínio privado para o público e, apenas aí, encontrando alguma resistência da língua portuguesa. No espaço doméstico, as índias, unindo-se a portuguesas e mame-lucos, transmitiam por sucessivas gerações não só a língua, mas os costumes, enfim, uma cultura. Como exemplos, Sérgio Buarque de Holanda³⁴ menciona alguns depoimentos da época:

51

Um deles é o inventário de Brás Esteves Leme, publicado pelo Arquivo do Estado de São Paulo. Ao fazer-se o referido inventário, o juiz de órfãos precisou dar juramento a Álvaro

33 SOUZA, Laura de Mello (org.) História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa.v.1, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 336

34 HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976. P.90

Neto, prático na língua da terra, a fim de poder compreender as declarações de Luzia Esteves, filha do defunto, 'por não saber falar bem a língua portuguesa'.

Ainda há inúmeros exemplos sobre a prevalência da língua geral em São Paulo, como neste passo:

A textos semelhantes junte-se ainda o significativo testemunho do biógrafo, do Padre Belchior de Pontes. Este, segundo nos afiança Manuel da Fonseca, dominava perfeitamente o 'idioma que aquela gentilidade professava, porque era, naqueles tempos, comum a toda a Comarca .(HOLANDA,1976:93)

Fator importante de reforço da *língua geral* no espaço doméstico era a escravidão indígena. O português estava restrito aos documentos oficiais que, contudo, deveriam ser comunicados à população em *língua geral* para que pudessem ser entendidos. Não por outro motivo, sabemos que foram frequentes os pedidos das autoridades portuguesas para que se enviassem à capitania vigários versados na língua dos índios.

Nestas circunstâncias, o *Diretório* foi um projeto colonizador para o Brasil, já que se propunha a instaurar uma nova ordem social, a que corresponderia um novo discurso, tornando claras as relações entre a colônia e a metrópole, que a língua geral, incentivada pelo poder jesuítico, diluía.

Segundo a antropóloga Ruth Heloísa de Almeida³⁵,

(...) o *Diretório* pertence ao gênero de criação que dá vazão ao desejo de mudança inspirado em modelos ideais e na

35 ALMEIDA, Ruth Heloísa de. O diretório dos índios. Um projeto de 'civilização' no Brasil do século XVIII. Brasília: UNB, 1997.p.152

vontade de torná-los realidade. Há duas grandes razões para sentir desta maneira o objeto: a primeira, por sua própria natureza de projeto de construção social e a segunda, pela demolição que implicava, ou que julgava ser preciso fazer para instalar a mudança.

O *Diretório* vigorou entre 1757 e 1798 com a finalidade de instruir o comportamento do colonizador no que se refere às populações indígenas, à definição da fronteira norte do Brasil e seu povoamento. Orientado por tais finalidades, o governo português buscou a construção de uma nova ordem social, com a incorporação à colonização não só dos índios, mas de todos os habitantes da colônia.

Uma tônica do processo de colonização foi a ideia de civilizar os índios. Aqui estão inter-relacionados conceitos de civilização e colonização. Norbert Elias em *O processo civilizador* (ELIAS,1990:23) define civilização como “um conceito que expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo.” E Rita Heloísa de Almeida em *O diretório dos índios* (ALMEIDA,1997:24) entende civilização “como uma ação deliberada sobre os índios do Brasil, no sentido de sua conversão aos valores e comportamentos dos colonizadores portugueses.” Evidentemente, o *Diretório* está inserido numa lógica ou ideologia dominante no século XVIII, partilhada por franceses, espanhóis, ingleses, em seu caráter de povos conquistadores de terras fora da Europa – colônias americanas e africanas. Sobre a base em que se sustenta o imperialismo, cabe a precisa análise de Edward W. Said³⁶ :

Nem o imperialismo, nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos são sustentados e tal-

36 SAID, Edward W. *Imperialismo e cultura..* São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P. 40

vez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiadas à dominação: o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica está repleto de palavras e conceitos como ‘raças servis’ ou ‘inferiores’, ‘povos subordinados’, ‘dependência’, ‘expansão’ e autoridade. E as ideias sobre a cultura eram explicitadas, reforçadas, criticadas ou rejeitadas a partir das experiências imperiais.

No estudo da proposta do *Diretório* tomamos o termo ideologia em seu sentido amplo, como interpretação de sentido em certa direção; a ideologia não é ocultação, é a naturalização do que é produzido pelo histórico.³⁷

54 A ideologia é uma saturação de sentido que gera expectativas da sociedade em relação aos comportamentos individuais e coletivos; gera, ainda, um processo sobre o qual não há controle, daí dizer-se que o sujeito é interpelado pela ideologia.

Assim, na leitura do *Diretório* buscamos a compreensão de como os sentidos foram produzidos e reproduzidos. Lembramos que, se o lugar de onde se fala constitui o dizer, então o sujeito da enunciação do *Diretório* se constitui nas concepções filosófico-políticas do século XVIII.

O processo de civilização que a Coroa portuguesa deseja implantar implica, necessariamente, a ideia do ‘outro’ (o não eu), e o confronto indisfarçável entre posições de sujeito, com suas redes de sentidos e seus universos semanticamente estabilizados. Nossa inserção no mundo se dá pela linguagem; logo, o enfrentamento dessas duas linguagens – a da “barbárie” e a da “civilização” – haverá de produzir graves crises nas redes de sentido a que se vinculavam. O encontro de europeus e ameríndios caracteriza um

37 ORLANDI, Eni. Interpretações. Petrópolis: Vozes. 1996. P, 31

acontecimento que, como tal, retira os sujeitos das malhas de sentido a que estavam acostumados. Não nos esqueçamos de que esta rede de sentidos compõe um universo semanticamente estabilizado. Europeus e ameríndios viviam em mundos diferenciados, com seus sentidos já dados, naturalizados, como vimos, pela ideologia. O acontecimento do encontro desses dois mundos provocou uma ruptura nas cadeias dos sentidos e a decorrente necessidade de (re)organização e (re)significação da realidade. Nesse embate inevitável, a prevalência da força do mundo europeu começa a criar uma nova realidade a que o outro – o índio – deverá submeter-se, pois, ainda segundo Edward Said ³⁸, “essa luta é complexa e interessante porque não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também ideias, formas, imagens, representações”.

O termo civilização, atravessado por vários significados, no documento de que nos ocupamos – o *Directório* – implica uma intenção educadora, pois pretende uma transformação do outro que resultaria no brasileiro submisso a Deus e ao Rei.

55

Como o sujeito se constrói pela linguagem e as filiações ideológicas vão sendo definidas a partir de um encontro entre a memória e a história, um processo de civilização assim entendido, com uma enérgica ação pedagógica com vistas à mudança, só se pode definir de forma autoritária, em relações assimétricas de poder.

Assim, Rita Heloísa de Almeida em *O Directório* (ALMEIDA, 1996:29), ao comentar a colonização portuguesa, deixa vir à tona sentidos do mundo europeu, com a seguinte observação:

Com o propósito de preservação, a longo prazo uma conquista completa estará assegurada mediante um processo gradual do qual fazem parte a guerra justa, a anexação de terras, a escravização dos vencidos e seu adestramento por meio da catequese e do trabalho devido ao conquistador. O que, em

38 SAID, Edward W. op.cit.p.38

verdade, estamos visualizando são graduações de um processo de aniquilamento da soberania do vencido dentro de uma lógica em que seu conquistador tem um propósito de preservação física.

O *Diretório*, com 95 parágrafos, dadas as suas características de uma carta de princípios e de ações trata da civilização dos índios; da demarcação de fronteiras; do povoamento; da produção e do comércio de espécies nativas; distribuição de terras para o cultivo; formas de tributação; relações de trabalho dos índios com os colonos (moradores); edificação de vilas; regras de convívio social entre brancos e índios; casamento e da figura do ‘Diretor’- personagem central que vinha substituir o missionário.

56 Do 1º parágrafo ao 16º trata-se da questão da civilização dos índios – a função do tutor e o ideal de civilização que se deseja transmitir aos índios. Do parágrafo 17 ao 73 trata-se de assuntos diversos relacionados à economia – agricultura, fiscalização e tributação, comércio, distribuição e regulamentação da força de trabalho representada pelo índio. Por fim, do 74 ao 95, trata-se da adoção de medidas e providências para a consecução do ideal de civilização que constitui o discurso em que se insere o *Diretório*.

A análise da orientação linguística que, presentemente, nos interessa recobre do 6º ao 8º parágrafos inclusive; no entanto, parece impossível deixar de tecer alguns comentários sobre os cinco parágrafos introdutórios.

Na primeira frase – “*Diretório* que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrário” – o uso do verbo ‘mandar’ e a referência a ‘sua majestade’ deixam transparecer uma das verdades (ou ideologia) inquestionáveis naquele momento: a autoridade real, bem como seu correlato, que é o da obediência incondicional ao poder que dela emana.

Segundo o texto, há uma espécie de justificativa da nomeação de um Diretor a quem caberá indicar o Governador e o Capitão General do Estado, “o qual deve ser dotado de bons costumes, zelo, prudência, verdade, ciência da língua, e de todos os mais requisitos necessários para poder dirigir com acerto os referidos índios debaixo das ordens, e determinações seguintes, que inviolavelmente se observarão enquanto Sua Majestade o houver assim por bem, e não mandar o contrário.” A materialidade da língua mal disfarça a distância entre o Governador e seus bons costumes para dirigir os índios “debaixo” e “inviolavelmente”; a escolha dos advérbios não é imotivada, bem como a repetição do sema contido em “ordens e determinações”. Depreende-se claramente o julgamento da Coroa portuguesa sobre a inaptidão dos índios para se autogovernarem, baseado na seguinte justificativa: “estes (os índios) pela lastimosa rusticidade, e ignorância, com que até agora foram educados, não tenham a necessária aptidão, que se requer para o Governo, sem que haja quem os possa dirigir, propondo-lhes não só os meios da civilidade, mas da conveniência, e persuadindo-lhes os próprios ditames da racionalidade, de que viviam privados.” A expressão “até agora” enfatiza a fronteira entre a barbárie e a civilização, representada esta última pela ação pedagógica dos futuros Governador e Capitão General. Observe-se, ainda, a reafirmação da vontade suprema do rei português expressa por sintagmas de sentido semelhante, mas de efeito intensificador - “enquanto Sua Majestade o houver assim por bem, e não mandar o contrário”, como também, merecem destaque as qualidades ou características concernentes a índios e portugueses. Assim temos para os índios: inaptidão para se autogovernarem, rusticidade lastimosa, ignorância ; e, para os portugueses: bons costumes, zelo, prudência, verdade, ciência da língua. Neste trecho, como em tantos outros, nem sequer se cogita de que os índios viviam em sociedade, se autodeterminavam e que possuíam uma língua. Mas, em compensação, os europeus, ainda

que desejando manter “ os referidos índios debaixo das ordens, e determinações seguintes, que inviolavelmente se observarão enquanto Sua Majestade o houver assim por bem”, tudo isto faziam em nome de uma ideologia que, plenamente, justificava-lhes a atitude, “propondo-lhes [aos índios] não só os meios da civilidade, mas da conveniência, e persuadindo-lhes os próprios ditames da racionalidade, de que viviam privados.”

O parágrafo 3º do *Diretório* constitui um magnífico exemplo do conceito de ideologia com que vimos trabalhando - interpretação de sentido em certa direção, ideologia não como ocultação, mas como a naturalização do que é produzido pelo histórico. Deste modo, o colonialismo, da mesma forma pela qual o império, no século XIX, se concebia sem nenhum constrangimento, em perfeita consonância com a circulação das ideias e da cultura da época; a ação concreta da colonização se apoiava em um ideário plenamente justificado e, portanto, só na perspectiva de valores de nosso século podemos ajuizar a violência extrema de tais ações civilizatórias. Mais uma vez, Said 3910 pode referendar esta afirmação:

Na expansão dos grandes impérios ocidentais, o lucro e a perspectiva de mais lucro foram, evidentemente, de enorme importância, como provam amplamente os atrativos das especiarias, açúcar, escravos, borracha, algodão, ópio, estanho, ouro e prata ao longo dos séculos. Também havia a inércia, o investimento em negócios já existentes, a tradição e o mercado ou forças institucionais que mantinham os empreendimentos em atividade. Mas, para o imperialismo e o colonialismo, não é só isso. Havia um comprometimento por causa do lucro, e que ia além dele, um comprometimento na circulação e recirculação constantes, o qual, por um lado, permitia que pessoas decentes aceitassem a ideia de que territórios distantes e respectivos po-

vos deviam ser subjugados e, por outro, revigorava as energias metropolitanas, de maneira que essas pessoas decentes pudessem pensar no imperium como um dever planejado, quase metafísico de governar povos subordinados, inferiores ou menos avançados.

Um outro aspecto altamente perturbador não pode deixar de ser trazido à consideração, e que se revestiu de grande importância na consolidação e *referendum* ético para os processos da colonização – a evangelização dos povos rudes. O parágrafo 4º trata desta questão, e de modo incisivo conclama os Diretores a agirem exemplarmente:

para se conseguir pois o primeiro fim, qual é o cristianizar os índios, deixando esta matéria, por ser meramente espiritual, à exemplar vigilância do Prelado desta Diocese; recomendando unicamente aos Diretores, que da sua parte deem todo o favor, e auxílio, para que as determinações do dito Prelado respectivas à direção das almas tenham a sua devida execução; e que os índios tratem aos seus párocos com aquela veneração, e respeito, que se deve ao seu alto caráter, sendo os mesmos Diretores os primeiros, que com as exemplares ações da sua vida lhes persuadam a observância deste parágrafo.

59

No parágrafo 5º, o texto legal, ao retomar o propósito geral da obrigação dos Diretores, reforça um pré-construído – cuidar da civilidade dos índios; logo, o significado não é dado somente no momento da fala, mas em relação a outros significantes já dados, naturalizando a ideologia da função messiânica da colonização e, por inclusão, a respeitabilidade e a conduta exemplar que a Coroa espera dos Diretores – o óbvio mais uma vez reafirmado. Como bem nos mostram os estudos na área da Análise do Discurso, a ide-

ologia está sempre presente, como resultado das relações de produção entre os sujeitos. Segundo Eni Orlandi ⁴⁰11,

A ideologia, por sua vez, é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários. A ideologia não é, pois, ocultação mas função da relação necessária entre a linguagem e o mundo.

Sob esta perspectiva, continuamos a ler no texto do *Diretório*, todo o processo linguístico de dissimulação das formas de assujeitamento do outro, para que as evidências do caráter messiânico civilizatório apaguem a relação assimétrica entre os sujeitos. Dessa forma estamos tentando a explicitação do modo como o discurso produz sentidos.

60 Os parágrafos seguintes referem-se à imposição da língua portuguesa no Brasil e suas justificativas. Observemos alguns aspectos relevantes dos parágrafos 6^o ao 8^o :

sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indispensável, que este é um meio dos mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes e ter mostrado a experiência que, ao mesmo passo que se introduz neles o uso da língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, veneração e a obediência ao mesmo Príncipe.

Mais uma vez vem à tona a questão da nobre função civilizatória, a começar pela língua, como fator de identidade , de afeto,

40 ORLANDI, Eni P. Interpretações. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 31

veneração e obediência ao mesmo Príncipe.

Em uma palavra : aculturação “consentida”. E revalidação de atitude colonial reafirmada pela tradição ‘inalteravelmente praticada’ por todas as conquistas – a imposição do idioma do conquistador, como instrumento de apagamento das culturas locais, bem como de obediência e de adesão dos povos conquistados a novos padrões de comportamento, a novas formas simbólicas de construção do mundo.

Segue-se um combate veemente ao uso da língua geral, que, segundo a perspectiva do império, “era uma invenção verdadeiramente abominável e diabólica, para que privados os índios de todos aqueles meios que os podiam civilizar, permanecessem na rústica e bárbara sujeição, em que até agora se conservam.”

Daí decorre a necessidade óbvia, como um corolário das afirmações anteriores, de que

para desterrar este perniciosíssimo abuso será um dos principais cuidados dos Diretores estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentindo por modo algum que os Meninos e Meninas, que pertencem às escolas, e todos aqueles índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas nações ou da chamada geral, mas unicamente da Portuguesa, na forma que S. M. tem recomendado em repetidas ordens, que até agora não se observaram, com total ruína Espiritual e Temporal do Estado.’

61

Nos parágrafos 7º e 8º temos , ainda, uma retomada de um já-dito – a justificativa da determinação, com base na urgência, de trazer aos índios a civilidade, bem como a especificação dos mecanismos práticos para que se efetivem os objetivos de ensino da língua portuguesa, com a criação de escolas públicas, “uma para os Meninos, na qual lhes ensine a Doutrina Cristã, a ler, a escrever e contar na forma, que se pratica em todas as escolas das nações

civilizadas; e outra para as Meninas, na qual, além de serem instruídas na Doutrina Cristã, se lhes ensinará a ler, escrever, fiar, fazer renda, costura, e todos os mais ministérios próprios daquele sexo.”

É interessante notar como no 8º parágrafo, a seguir, se ressaltam as qualidades positivas dos mestres e mestras, sua alta destinação social, como que a encobrir o que vem logo adiante: o descompromisso da Coroa com o custeio da educação dos índios, cabendo aos pais das crianças esta obrigação, mas sempre de acordo com a situação de miséria em que se encontravam. Quer dizer, a ideologia não se representa por um conteúdo, mas por um mecanismo de produzi-lo (e de reproduzi-lo conforme as instâncias de poder):

62

8º Para a subsistência das sobreditas Escolas, e de um Mestre, e uma Mestra, que devem ser pessoas dotadas de bons costumes, prudência, e capacidade, de sorte que possam desempenhar as importantes obrigações de seus empregos; se destinarão ordenados suficientes, pagos pelos Pais dos meninos índios, ou pelas pessoas, em cujo poder eles viverem, concorrendo cada um deles com a porção, que se lhes arbitrar, ou em dinheiro, ou em efeitos, que será sempre com atenção à grande miséria, e pobreza, a que eles presentemente se acham reduzidos. No caso porém de não haver nas Povoações pessoa alguma, que possa ser Mestra de Meninas, poderão estas até a idade de dez anos serem instruídas na Escola dos Meninos, onde aprenderão a Doutrina Cristã, a ler, e escrever, para que juntamente com as infalíveis verdades de nossa Sagrada Religião adquiram com maior facilidade o uso da Língua Portuguesa.

Nesta linha de raciocínio, que enfatiza a pertinência da relação entre a linguagem e o mundo, Bethânia Mariani⁴¹, em análise

41 MARIANNI, Bethânia Sampaio Corrêa. Século XVIII no Brasil: línguas, política e religião.

se do *Diretório*, coloca em evidência seu alcance histórico:

O que o *Diretório* traz para a discussão, com suas afirmações categóricas e silenciamentos, é a raiz histórica da formação linguístico-discursiva da sociedade brasileira. Nela encontra-se de fato uma diferença linguística entre o mundo português e a colônia brasileira que instala uma diferença simbólica. E, tal diferença, o *Diretório* de Pombal ordena que deva ser eliminada através do uso obrigatório e único da língua portuguesa.

Não pode restar dúvida de que as medidas do *Diretório* obtiveram um resultado prático, pois, em 1798, quando foi abolido, a língua portuguesa dominava, incontestavelmente, (exceção da Amazônia) as regiões brasileiras, onde há quarenta anos havia predominado a influência Tupi.

Segundo o testemunho de Celso Cunha,⁴²

a Reforma Pombalina instituiu o ensino público, tornou violentamente obrigatório o ensino elementar da língua portuguesa, destruindo línguas e culturas indígenas; em nível secundário, fez preceder a gramática portuguesa à gramática latina, que passaria a ser ministrada por compêndios em metalinguagem portuguesa, como nos únicos autorizados - os de Antônio Félix Mendes e Antônio Pereira de Figueiredo.

É interessante notar, ainda, que “o *Diretório*, constituindo um intertexto⁴³ não previsto, atuando na instabilidade da formação discursiva dos (“nossos”) gramáticos, (MARIANI,

42 CUNHA, Celso. A questão da norma brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985, p.80-81

43 Por intertexto, entende-se os fragmentos de texto citados por uma formação discursiva, já a intertextualidade designa os tipos de citação que esta formação discursiva aceita. (MARIANI, 1997: 247)

1997: 247) acaba desestabilizando os sentidos aparentemente sedimentados sobre a natural predominância da língua portuguesa no Brasil, com pouquíssimas referências de nossos gramáticos e filólogos à vitalidade da língua geral, até 1757. Ainda, tomando como referencial a análise de Bethânia Mariani⁴⁴,

Pode-se dizer, então, que os textos de Cunha apontam na direção do rompimento com uma memória discursiva sobre as relações de força entre o português e a língua geral. Ao trazer novos sentidos, Cunha dimensiona o édito de Pombal enquanto discurso fundador, ou seja, enquanto ‘referência básica no imaginário constitutivo desse país (Orlandi, 1993:7) a respeito da língua. A referência ao édito, no entanto, não rompe totalmente com uma memória da supremacia da língua portuguesa.

64 Para finalizar estas nossas reflexões, pensamos na complexidade com que estes movimentos de confronto, de assimilação, de oposição, de aceitação produzem e produziram sentidos na relação língua-nação em nosso país, língua imposta pelo colonizador, trazendo todo um referencial simbólico a que se somou também uma cultura, que, embora assimilada, não deixou de marcar o encontro do europeu com o americano. Assim, pensamos que somente na relação histórica entre a língua e seus falantes, entre a língua portuguesa e os brasileiros poderemos começar a penetrar no instigante mistério da compreensão dos processos de formação da identidade nacional brasileira.

Não podemos deixar de mencionar um momento de nossa literatura – o Romantismo – em que esteve agudamente em

44 MARIANNI, Bethânia Sampaio Corrêa. “A citação na produção textual. O Diretório dos Índios.” In: PEREIRA, Maria Teresa G.(org.) Língua e linguagem em questão. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997, p.252.

questão a relação entre língua e nacionalidade. O escritor de maior participação neste debate foi, sem dúvida, José de Alencar. Alencar vincula língua e literatura à nacionalidade, qualificando e valorizando as diferenças que o português vinha adquirindo no Brasil e as diversificações raciais que operaram, em nossa terra, a formação do povo brasileiro.

Além do projeto de Alencar, um outro momento significativo de nossa literatura – o Modernismo – retoma o discurso através da reafirmação de um imaginário nacional e, como consequência, a valorização de uma língua liberta dos cânones portugueses, que, reproduzindo e criando cultura, identifica um modo de ser específico, fazendo representar o pensamento brasileiro.

Percebemos hoje reflexos destes conflitos entre a língua da terra e a língua transposta já redimensionados no tempo, sob outras perspectivas e injunções sociais. No entanto, nossa tradição cultural ainda vem oscilando entre a ambiguidade dos românticos e a atitude vanguardista dos modernistas em relação à língua portuguesa do Brasil, influenciando nossa identidade linguística, especificamente no que se refere à norma culta escrita do português, cujo padrão prescritivo ainda se assemelha ao português, com a consequente intensificação da distância entre a língua falada e a escrita no Brasil. Em outras palavras, verifica-se em nossa norma culta escrita a concomitância de alguns usos, caracterizando variações ainda não fixadas.

O português culto padrão do Brasil (tanto quanto nossa identidade?) é uma construção se fazendo, não sem alguma polêmica. Ainda estamos hoje, apesar dos dois séculos que nos separam do *Directorio*, construindo discursivamente o mundo brasileiro, através de uma língua representativa da cultura lusofônica, à que também pertencemos, sem negligenciar, contudo, nossa grande contribuição americana, que somada à participação africana, compõe o mundo da lusofonia. A questão fundamental deve concentrar-se,

hoje, no ensino e divulgação da língua portuguesa do Brasil, como uma língua de cultura, no sentido de que é capaz de produzir, guardar e difundir conhecimentos, de todas as áreas do saber. Trata-se, pois, da necessidade de uma política linguística que propicie a todos os brasileiros sua inserção no mundo da escrita e da cidadania.

Capítulo 3. Literatura e identidade linguística no século XIX

José de Alencar - o artesanato da nacionalidade

Brasil, minha pátria, por que com tantas riquezas que possuis em teu seio não dás ao gênio de um dos teus filhos todo o reflexo de tua luz e de tua beleza? ⁴⁵

Nosso objetivo neste capítulo é discutir, a construção, por José de Alencar, de argumentos para legitimar a língua portuguesa falada e escrita no Brasil, como parte de nossa identidade nacional. Observaremos como Alencar equaciona a nacionalidade brasileira, valorizando as diferenças da língua portuguesa do Brasil e as diversificações raciais que se operaram em nossa terra. Portanto, a língua e o povo do Brasil seriam fruto do amálgama racial e linguístico único que nos constituiria como nação e nos distinguiria de outras nações: “os operários da transformação das nossas línguas são esses representantes de tantas raças, desde a saxônia até a africana, que fazem neste solo exuberante amálgama do sangue, das tradições e das línguas.”⁴⁶

67

Estaria aqui presumida a comunidade imaginada chamada Brasil? Em que medida esta afirmativa poderia ser relacionada com as propostas nacionalistas de língua(gem) para uma literatura brasileira no Romantismo?

Nesta nossa reflexão, será preciso passar a fronteira entre

45 ALENCAR, José de. Benção paterna, prefácio a Sonhos d'Ouro. Obra completa.. v I Rio de Janeiro:

José Aguilar, 1960, p.498

46 ALENCAR, José de. Iracema. Obra completa. V.II, Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960, p.1130

a praia e o mar alto, numa aventura que projeta um porto de chegada, estabelecendo relações com a forma como também José de Alencar conduziu seu projeto de construção da nacionalidade brasileira, idealizando a nação através de uma imaginário poético linguístico. Este é o espaço privilegiado de uma fronteira, de um lugar pouco definido que, se ainda não é o novo instaurado, também já não pode ser o mesmo. Pensamos que neste limite José de Alencar adotou uma representação – o Brasil, nação independente, com uma língua de estilo próprio. São esclarecedoras de seu ponto de vista as seguintes palavras:

Nós, os escritores nacionais, se quisermos ser entendidos de nosso povo, havemos de falar-lhe em sua língua, com os termos ou locuções que ele entende, e que lhe traduz os usos e sentimentos.

68

Não é somente no vocabulário mas também na sintaxe da língua que o nosso povo exerce o seu inauferível direito de imprimir o cunho de sua individualidade, abasileirando o instrumento das idéias.⁴⁷

Será sob a perspectiva do abasileiramento do “instrumento das idéias” que conduziremos, no momento, nosso olhar sobre as questões de língua portuguesa levantadas por Alencar - idealização da língua como meio de constituição de nova forma de observar, descrever e viver uma outra visão de mundo. Em Alencar, não se deve procurar o rigor de conceitos linguísticos, mas o artesanato da imaginação nacional.

Nossa análise deverá buscar, então, entender e explicitar as relações entre língua e nação no Brasil do século XIX, trazendo à

⁴⁷ ALENCAR, José de. O nosso cancioneiro. Obra completa .v .II, Rio de Janeiro: José Aguilar,1960, p.966.

tona as estratégias de representação que foram sendo ativadas na construção de um senso comum nacional brasileiro.

Para isso , vamos seguir o percurso de Alencar com seu discurso pedagógico, tentando fazer coincidir seu leitor (ouvinte) real com a virtualidade de uma pátria criada pela linguagem. O discurso da cultura nacional se caracteriza por construir identidades desde o passado (mesmo mítico) até o futuro, em processo contínuo. Stuart Hall em seu já citado livro (Hall, 2000), mostra que a narrativa de uma cultura nacional pode ser desenvolvida de várias maneiras: nas histórias e nas literaturas nacionais; na ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade; na invenção de uma tradição; no mito fundacional; na ideia de um povo original. Portanto, a ideia de uma cultura nacional congrega inúmeros significados no sistema de representação de uma dada identificação. No caso brasileiro de José de Alencar, parece-nos de capital importância o conceito de mito fundacional⁴⁸, para uma análise produtiva de seus romances indianistas : 69

Uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem na bruma do tempo, não do tempo “real”, mas de um tempo “mítico”. Tradições inventadas tornam as confusões e os desastres da história inteligíveis, transformando a desordem em “comunidade” (por exemplo, a Blitz ou a evacuação durante a II Grande Guerra) e desastres em triunfos (por exemplo, Dunquerque). Mitos de origem também ajudam povos desprivilegiados a “conceberem e expressarem seu ressentimento e sua satisfação em termos inteligíveis.”

Voltemos às origens da representação através de roteiro

48 HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p.54-55

poético e, pelo mar bravio das metáforas por onde começamos a viagem, esperamos chegar a uma leitura do imaginário de Alencar, imaginário que não designa sonho, nem vazio, mas apenas a construção de uma ficção que tem força de verdade e potência de semente, semente de origem da cultura nacional brasileira.

O imaginário não se nutre da natureza, mas da cultura. O homem também não se constitui na natureza, mas na cultura. A busca, portanto, da compreensão das formas de produção de sentido em dada sociedade – no caso, o Brasil do século XIX – baseada na concepção da natureza interdiscursiva da palavra e, por extensão, da linguagem, nos impele a entender a constituição da significação como um processo cultural que se dá entre os indivíduos, isto é, no compartilhar de uma ideologia. Dessa forma, o seguinte trecho de Bakhtin⁴⁹ será esclarecedor de nossa argumentação:

70

Nenhum signo cultural, quando compreendido e dotado de um sentido, permanece isolado: torna-se parte da unidade de consciência verbalmente constituída. A consciência tem o poder de abordá-lo verbalmente. Assim, ondas crescentes de ecos e ressonâncias verbais, como as ondulações concêntricas à superfície das águas, moldam, por assim dizer, cada um dos signos ideológicos. Toda refração ideológica do ser em processo de formação, seja qual for a natureza de seu material significante, é acompanhado de uma refração ideológica verbal, como fenômeno obrigatoriamente concomitante. A palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação.

Lembramos a seguinte passagem do próprio Alencar, em que a ideia de interação e de pertencimento sociocultural do homem estão, de forma magnífica, postos na metáfora: “o povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba pode falar uma

49 5 BAKHTIN, Mikhail.(Volochinov). Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo:HUCITEC, 1995, p.38.

língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspêra?”⁵⁰

Observemos as duas representações: chupar – extrair com a boca, ir direto, de forma sensual, e sorver – haurir ou beber aspirando, lentamente, de modo mais distante.

Que faz então um recém-nascido se tornar brasileiro?

Primeiro, nascer num local chamado Brasil. Alencar nos imaginou esse lugar, essa pátria, mas não nosso rosto. Apenas nos indicou como Moacir, que, na língua indígena, significa “filhos da dor”⁵¹. Já é um começo bastante semantizado, já é o sintoma de que seu discurso vai arquitetar, na sombra ou à meia-luz, a nação referindo-se à representação que ele criou. E, talvez, a de buscar o rosto que ele não pôde ou não quis perceber: esse rosto do brasileiro, herdeiro de índios, europeus e africanos em relações sociais sempre assimétricas; o vermelho, o branco e o negro ; o caboclo, o mameluco, o pardo, o moreno, o mulato – o crioulo dos trópicos; esse herdeiro de uma pátria também , ainda, fora de lugar, dividida por um oceano de contradições. Há uma diferença entre a existência – passada, presente ou futura – de uma coisa, de um acontecimento, e a formação de uma atitude em relação a esta coisa ou a este acontecimento em ausência. Neste processo está pensar ou relacionar-se com esta representação. Seria Moacir o signo da falta essencial que nos constitui como povo ?

71

Aquele que fala (re) produz, no discurso, uma dada realidade representada. Faz nascer o acontecimento e sua experiência do acontecimento. Pelo exercício da linguagem se faz a troca e o diálogo, estabelecendo para o discurso uma função dupla : para o locutor , a possível representação de uma dada realidade e, para

50 ALENCAR, José de. Bênção paterna, prefácio a Sonhos dourado. Obra completa.v.I, Rio de Janeiro: JoséAguilar, 1960, p. 498.

51 Moacir, nome indígena dado ao primeiro brasileiro, filho de Martim e de Iracema, significa ‘filho da dor’.

o ouvinte (leitor), a possível recriação dessa representação enunciada. Então, língua, sociedade e cultura são solidárias. Da língua participam a História e a cultura que a constituem e de que ela é ao mesmo tempo produtora. A seguinte passagem de Benveniste consolida o pensamento que vimos desenvolvendo:

De fato é dentro da, e pela língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente. O homem sentiu sempre – e os poetas frequentemente cantaram - o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu. É por isso que tantas mitologias, tendo de explicar que no início dos tempos alguma coisa pôde nascer do nada, propusera como princípio criador do mundo essa essência imaterial e soberana , a Palavra.⁵²

72 A linguagem, instaurando o diálogo permanente entre o indivíduo e a sociedade, mobiliza sentidos já dados e os transforma, conforme a prevalência de determinadas injunções sócio-históricas.

Vamos caminhar pelo projeto de Alencar, através de sua formulação de um imaginário para a nação e, como consequência, de uma língua que, reproduzindo e criando cultura, aspira a identificar um modo de ser específico.

Nosso olhar de hoje pretende acompanhar, em retrospectiva, a evolução dos sentidos produzidos pelo discurso de Alencar em relação à língua portuguesa do Brasil. Esta análise toma como um de seus pressupostos a seguinte ideia desenvolvida por Pêcheux:⁵³

52 BENVENISTE, Émile. Problemas de lingüística geral São Paulo: Ed. Nacional, Ed. da

Universidade de São Paulo, 1976, p. 27

53 Apud BRANDÃO, Helena H Nagamine. Introdução à análise do discurso. Campinas, SP: UNICAMP, 1993, p. 62.

o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

E, segundo a ideologia do nacionalismo, a língua era a “alma da nação” e um critério importante de marca de nacionalidade. A seguinte citação reforça a afirmativa:

Mas em 1842 a *Revue des Deux Mondes* já observava que as verdadeiras fronteiras naturais não são determinadas por montanhas e rios, mas sim pela língua, pelos costumes, pelas lembranças, por tudo aquilo que distingue uma nação de outra (...) ⁵⁴10

73

Vale destacar, em Alencar, o escritor em consonância com as discussões teóricas, os movimentos e avanços intelectuais da Europa de seu tempo. Como bem ilustra Benedict Anderson⁵⁵11,

O término do período de movimentos de libertação nacional bem-sucedidos na América coincidiu quase que exatamente com o início da época do nacionalismo na Europa. Se considerarmos o caráter desses novos nacionalismos que, entre 1820 e 1920, alteraram a fisionomia do Velho Mundo, dois traços notáveis os distinguem de seus precursores. Em primeiro lugar, em quase todos, as “línguas impressas nacionais” foram de fundamental importância ideológica e política, enquanto o

54 HOBBSAWM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1870. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.118

55 ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo: Ática, 1989, p.77.

espanhol e o inglês jamais foram temas na América revolucionária. Em segundo lugar, todos tiveram condições de atuar a partir de modelos disponíveis propiciados por seus predecessores remotos e, após as convulsões da Revolução Francesa, não tão remotos. A “nação” tornou-se, assim, algo a que se podia aspirar desde o início, e não que se fosse definindo gradativamente. Na verdade, como veremos, a “nação” mostrou ser uma invenção que era possível patentear.

Embora Benedict Anderson não tenha feito alusão à língua portuguesa, concordamos com a ideia, e achamos que ela é aplicável também ao caso brasileiro, pois a questão lingüística na América portuguesa não tomou as mesmas proporções de que se revestiu na Europa. No entanto, Alencar em suas polêmicas com a crítica, sobretudo a portuguesa, valeu-se do argumento da liberdade de o escritor brasileiro escrever em português, com estilo brasileiro.

74 Isto é, como um brasileiro culturalmente definido em sua forma de ser. Além disso seus textos, em perfeito diálogo com o de outros intelectuais de sua época, marcavam-se pela tarefa de libertar a língua portuguesa no Brasil dos modelos clássicos portugueses, como afirmação de nossa nacionalidade – mais uma vez a linguagem como condição privilegiada da interdiscursividade.

No centro do problema de identificação de um Estado-nação com uma língua estão as questões de poder, status, política e ideologia. Este elemento político-ideológico do processo de fixação da língua fica evidente, no Brasil do oitocentos, com as polêmicas em que se envolveu Alencar sobre aspectos lingüísticos e com sua preocupação pedagógica de explicitar a nação. A denominação da língua nacional - língua portuguesa ou língua brasileira - aglutinou intelectuais e escritores brasileiros e portugueses em debates entusiasmados e ressentidos pela recente emancipação política do Brasil. Duas visões que difícil e raramente puderam manter-se fora

do debate emocional, subjetivo, “cordial”.

Em momento especialmente propício devido à recente independência do Brasil, irrompe a necessidade de expressão desta nova ordem com orgulho patriótico, como uma urgência de marcar, pois, a diferença da nova pátria. A nação seria também resultante de uma construção discursiva.

Sobre esta questão, observa Lúcia Helena:⁵⁶

A riqueza e ambiguidade da narrativa romanesca de fundação, em Alencar, reside justamente em abrir-se, simultaneamente, para estas duas hipóteses de leitura do projeto de nacionalidade. Tanto a que se apresenta como busca de tematizar a diferença cultural, ou seja, a percepção de que o paisagismo não é fruto de uma atividade mimética que reproduz uma natureza pré-dada (Bhabha, 1994,34-40), quanto a que se apresenta apenas como diversidade cultural, identificando espaço-trama textual e empiria, e permitindo interpretações nativistas do nacional.

75

São de Alencar as seguintes palavras, em sua primeira carta sobre a *Confederação dos Tamoios*:

Parece-me que o gênio de um poeta em luta com a inspiração
 devia arrancar do seio d’alma algum canto celeste, alguma
 Harmonia original, nunca
 ca sonhada pela velha literatura de um
 velho mundo.⁵⁷

Aí está enunciada a busca de uma fala original, primeira,

56 HELENA, Lúcia. Alencar, o discurso fundador e os pactos da nacionalidade. p. 8

56 ALENCAR. Obra completa. V. IV, Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960, p. 864-865

nova, diferente porque oposta à do mundo civilizado (velho). Com que padrões o escritor poderia construir o imaginário brasileiro, senão com os da terra e de sua cultura tão fantasticamente diversas da europeia? O modelo, a que a nova ordem se opõe, gera ele mesmo em sua contraface o modelo da nova terra, das novas gentes, do novo mundo. Há que se delimitar uma identidade e um espaço brasileiros que, para serem enunciados, precisam de uma língua capaz de permitir a expressão de uma diversa experiência de vida. Também aqui estamos trabalhando na fronteira, no jogo de luz e sombra, que ilumina a memória de uma pátria imaginada para construí-la, e que apaga, na sombra do esquecimento, a história de uma morte enunciada como metáfora. Assim, na pátria harmonicamente imaginada estaria a possibilidade do nascimento de uma subjetividade brasileira em simetria com uma subjetividade portuguesa, ambas constituídas por uma língua portuguesa com estilos diversos. A subjetividade a que nos referimos é a capacidade
76 que o locutor adquire de se propor como “sujeito”, consciente de si mesmo através do contraste com o outro.

Desta forma, estão postas as ideias de nação e língua para o Brasil, com base numa ideologia, responsável por uma ilusão de consenso; e na história, como construção de sentidos que se vão tornando naturais e hegemônicos em nossa cultura.

O final de século XX – em que paralelamente às culturas nacionais, gera-se uma cultura “mundial” derivada da intensificação e instantaneidade dos contatos entre povos – nos remete à necessidade de saber quem somos como brasileiros, para que possamos reconhecer o “outro” (que não somos) e com que(m) interagimos. É natural, pois, que nosso olhar se volte para 100 anos atrás, para um dos momentos decisivos⁵⁷ da literatura brasileira, na busca de um entendimento da construção de nossa identidade cultural.

⁵⁷ CÂNDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira. 1º vol. p.23-24

Para tanto,

a memória rodeia, roça e penetra os materiais de cultura, neles se apoiando, neles se agarrando e se arraigando, compondo o campo de uma economia, de uma geografia e de uma arquitetura intrinsecamente existenciais: aí onde a paisagem humana convida não ao olhar insolente, desdenhoso, dos vínculos consumistas, em que as coisas todas, intercambiáveis, reduzidas, ao espectro de uma mercadoria, perderam sua intimidade, sua atmosfera; mas aí onde a paisagem humana convida à fruição de um olhar semiológico, comovido e distanciado, que toma as coisas em seu valor distintivo.⁵⁸

Talvez, esse também tenha sido o “olhar comovido” de Alencar, quando se volta para trás em busca de uma nação a ser (re) construída:

O livro é cearense. Foi imaginado aí, na limpidez desse céu de cristalino azul, e depois vazado no coração cheio de recordações vivazes de uma imaginação virgem. Escrevi-o para ser lido lá, na varanda da casa rústica ou na fresca sombra do pomar, ao doce embalo da rede, entre os múrmuros do vento que crepita na areia ou farfalha nas palmas dos coqueiros.⁵⁹

77

Olhar e memória são fatores essenciais quando se busca entender a construção do imaginário brasileiro levado a efeito por José de Alencar. Embora saibamos o quanto é fluida a concepção de memória, pois envolve diversos campos intelectuais como a filosofia, a psicologia, a literatura, a história etc., trabalharemos justamente na interseção destas áreas, enquanto linguagem capaz de constituir discursivamente a nação.

58 GONÇALVES FILHO. Olhar e memória. In: NOVAES, Aduino [et. al.] O olhar. São Paulo: Brasiliense, 1983, p.107

59 ALENCAR, José de. Prólogo de Iracema. Obra completa. V.II, Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960. p.1063

O ato de olhar pressupõe uma escolha, uma atenção, uma dada percepção, um corte intencional. Este ato pessoal, sempre construção de linguagem, pode transmutar-se em memória, quando se deseja tornar presente uma imagem ausente. Como atitude pessoal, a memória nos apresenta o passado como um modo de ver este passado. A recordação e o sujeito ficam indissociáveis – Alencar e a construção de uma imagem do nacional ficam indissociáveis. Porque sabemos que este ato de linguagem implica um lugar de conflito, em que a significação se mostra em sua complexidade, podemos dizer que:

A recordação traz a marca dos padrões e valores mais ou menos ideológicos do sujeito, a marca dos seus sentimentos, a colorir eticamente e afetivamente a lembrança, traz a marca de sua inteligência, a encontrar razões do passado - e a recordação traz ao mesmo tempo, as determinações do passado na urdidura daqueles padrões, daqueles valores, daqueles sentimentos, daquela inteligência.⁶⁰

78

Com que lingua(gem) , pois, José de Alencar escreveu o Brasil ?

Para enfrentar esta discussão será conveniente percorrer-mos os caminhos traçados por Lúcia Helena em vários momentos distintos em que trata de Alencar e de seu discurso fundador da nacionalidade brasileira.

Lúcia Helena⁶¹ tem por objetivo rever três juízos críticos importantes sobre a obra de Alencar: “Um mito sacrificial: o indianismo em Alencar”, de Alfredo Bosi; “A importação do romance e suas contradições em Alencar”, de Roberto Schwarz; “A literatu-

60 GONÇALVES FILHO, Olhar e Memória, in; NOVAES, Adauto [et al.], O olhar. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.99

61 HELENA, Lúcia. Narrando o Brasil: configuração do nacional na ficção. In: Letras de Hoje. Porto Alegre: v. 31, n.4., p. 99-110, dezembro, 1996

ra como cartografia” e “Siga meus pés, desfazendo meus passos”, de Flora Süssekind. Sua revisão crítica realiza-se a partir de três pressupostos:

1º - o de que a implantação romanesca das versões sobre o nacional implica, no Romantismo, a utilização de um discurso fundador;

2º - o de que a concepção do nacional emerge, em Alencar, de um tenso cruzamento entre a casa (de Mariz), a LEI (o latifúndio, o Estado e a Igreja) e a selva selvagem;

3º - o de que a relação deste espaço de territorialização das instituições vincula-se a uma generalização da cultura, mediante a qual o indígena, considerado imaginariamente como um termo neutro, só a partir do batismo (católico) pode deslocar-se da natureza para a cultura, do que resultam tanto o recalque da floresta, confundida com o indiferenciado e o útero, quanto sua desqualificação como espaço capaz de engendrar e nutrir a formação do Estado-Nação , na feição anglo-francesa por ele assumido na confluência dos séculos XVIII e XIX.”⁶²

79

Ainda, segundo a leitura de Lúcia Helena, Alfredo Bosi aponta matriz conservadora tanto do indianismo, quanto da concepção de nacionalidade em Alencar. Roberto Schwarz vê a combinatória na narrativa de Alencar entre o romance europeu (forma importada) e a cor local (o “tamanho fluminense”) como produtora de uma forma ampliada de usar o localismo paisagista , se comparado à obra de Machado de Assis. Schwarz cobra de Alencar a ausência de um modelo romanesco brasileiro, mas considera que esta falta (ou defeito) estaria mimetizando o “contra-senso” ideológico da sociedade brasileira do Império. Já Flora Süssekind propõe que os românticos, e dentre eles Alencar, se impuseram a

62 HELENA, Lúcia. op.cit p.100

busca de uma origem, de identidades e continuidades definidoras de brasilidade. Esta tarefa de imposição acabaria por estabelecer uma simetria entre cor local e nacionalidade. Ainda segundo Flora, em contraponto à narrativa alencariana, um novo tipo de narrador, machadiano, se vai aprofundando, distanciando de uma coleção de paisagens e tipos.

Continuando seu juízo crítico, Lúcia Helena descarta este tipo de comparação entre Alencar e Machado por ver aí um traço positivista, ao se considerar a narrativa de Machado um estágio “mais evoluído” do que a de Alencar; e, apresenta a hipótese de se poder entender o romance de Alencar inserido no século XIX, como forma importada, em dialética com o imperialismo, chamando a atenção para o fato de que as relações interculturais internas e externas das ex-colônias continuam a ser imperialistas, apesar da independência e da formação dos Estados-Nação. Citando Said, Lúcia Helena traz à reflexão a ideia de que, sem império, não existiria nem o romance europeu tal como o conhecemos, nem o romance das Américas, na versão que assumiu enquanto narrativa de fundação do Estado-Nação.

A impossibilidade de absorção do indígena pela sociedade dominada pelo etnocentrismo europeu e encenada no final de O Guarani e pela morte da Virgem do lábios de mel pode ser lida segundo Lúcia Helena⁶³, dentre outras interpretações, em dois níveis: de um lado, o narrador indica a consciência da extensão dos problemas dessa integração do autóctone e, conseqüentemente, da apregoadada aceitabilidade da mestiçagem da raça brasileira; por outro lado, pode-se ler a identificação entre o personagem e o espaço como uma interpretação vitalista dos elos entre cor local e nacionalidade – o que pode significar um risco de identificar-se nacionalidade com sua redução ideológica mais arriscada, o nativismo.

63 HELENA, Lúcia. Alencar, o discurso fundador e os pactos da nacionalidade, p.7,8

O discurso fundador⁶⁴ de Alencar, também estruturado na memória, recorda, através da construção do imaginário necessário, os contornos de uma nação em formação (o que implica a invenção de uma língua); observemos um exemplo desta atitude na “Carta ao Dr. Jaguaribe” (apensa no final de Iracema):

O conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura. Ele nos dá não só o verdadeiro estilo, como as imagens poéticas do selvagem, os modos de seu pensamento, as tendências de seu espírito, e até as menores particularidades de sua vida. É nessa fonte que deve beber o poeta brasileiro; é dela que há de vir o verdadeiro poema nacional, tal como eu o imagino.

.....
Este livro é, pois, um ensaio ou antes mostra. Verá realizadas nele minhas ideias a respeito da literatura nacional; e achará aí poesia inteiramente brasileira, haurida na língua dos selvagens. A etimologia dos nomes das diversas localidades e certos modos de dizer, tirados da composição das palavras, são de cunho original.⁶⁵

81

Destaca-se aqui uma das contradições da forte imaginação de Alencar. Enfim, ele escreve em português tentando assumir o

64 E concluímos que é discurso fundador o que instala as condições de formação de outros, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade. ORLANDI, Eni P. (org.) Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 1993, p.24

65 ALENCAR, José de. Op.cit. v. II, p. 1123-1125

discurso do índio - do outro que ele não é. Eni Orlandi⁶⁶23 discute a contradição inerente à noção de sujeito que resulta da relação entre identidade e alteridade. Essa contraditoriedade, na análise do discurso, é pensada: “a) pela ilusão do sujeito de que ele é a fonte de seu dizer quando, na verdade, o seu dizer nasce em outros; b) pela relação existente entre a formação discursiva e a formação ideológica.” Na linha de raciocínio de Orlandi, há um questionamento do indivíduo como sujeito pela ideologia: “ser sujeito, em termos de discurso, é ser fora-de-si, é partilha.”⁶⁷24

A vontade de representar a identidade nacional, ideologia dominante nos romances americanos do século XIX, fez com que Alencar falasse de um lugar em que ele, como porta-voz, tem seu dizer sujeitado pelo tema que, segundo Bakhtin, é a expressão de uma dada situação histórica em que se pronuncia um enunciado. E essa situação histórica no Brasil, como sabemos, promovia diá-
82 logos cujo tema é a nacionalidade brasileira vinculada à questão lingüística.

Esta vontade de ser nação e a encenação da origem estão muito bem colocadas neste texto (1943) de Simone Weil⁶⁸ sobre a necessidade do ser humano de buscar raízes:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser

66 ORLANDI, Eni P. A linguagem e seu funcionamento. São Paulo: Brasiliense, 1983. P.175

67 idem, p.175

68 GONÇALVES FILHO, Olhar e Memória, in : NOVAES, Aauto [et al.], O olhar. São Paulo: Companhia das Letras,1988. p.101

humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente.

Alencar entra no mundo de um simbólico saturado de significados e, ao tentar dar forma a uma das mais fortes metáforas do imaginário brasileiro – a harmonização racial no Brasil – , produz um deslizamento de sentidos, deixando, na fresta da interpretação, a leitura da impossibilidade de tal harmonia, por exemplo, pela morte emblemática de Iracema. Observemos estas passagens do capítulo final de Iracema:⁶⁹

O cajueiro floresceu quatro vezes depois que Martim partiu das praias do Ceará, levando no frágil barco o filho e o cão fiel. A jandaia não quis deixar a terra onde repousava sua amiga e senhora.

O primeiro cearense, ainda no berço, emigrava da terra da pátria. Havia aí a predestinação de uma raça? 83

.....
Afinal volta Martim de novo às terras que foram de sua felicidade e são agora de amarga saudade.

A mairi que Martim erguera à margem do rio, nas praias do Ceará, medrou. Germinou a palavra do Deus verdadeiro na terra selvagem e o bronze sagrado ressoou nos vales onde rugia o maracá.

Ou poderíamos também ler em Alencar sua vontade de que a nação pudesse ter sua possibilidade de emergência, porque conseguiria a auto-referencialidade no mosaico de subjetividades enraizadas no plural ?

Seja como for, os brasileiros “sabem” que “além, muito

69 ALENCAR, José de. Iracema. Obra completa .v. II, Rio de Janeiro, José Aguilar, 1960, p. 1115-1116

além daquela serra, que ainda azul no horizonte, nasceu Itace-
ma.” O mito repetido como verdade engendra, no imaginário de
um povo, uma nação, uma história, uma raiz – mesmo que o bron-
ze dos sinos tenha silenciado os maracás.

A questão de Alencar parece ser a de colocar em causa a ade-
quação entre a língua e um modo de ser da língua, isto é, um estilo
que torne visível o caráter brasileiro, que formule, no discurso, a
nação. Ele possui o senso agudo de que a palavra mantém uma re-
lação especular com a cultura (tomada aqui em seu sentido amplo,
como o modo de fazer as coisas, de sentir e agir da comunidade),
sendo o local ideal para a construção do imaginário nacional bra-
sileiro.

84 Em carta endereçada ao Sr.J.Serra , publicada em O Globo
(1874), ao discutir a relação de um modo de pensar americano dife-
rente do europeu, assim se expressa: “não é somente no vocabulá-
rio, mas também na sintaxe da língua, que o nosso povo exerce o
seu inauferível direito de imprimir o cunho de sua individualidade,
abrasileirando o instrumento das ideias”.⁷⁰

Realmente não é possível tratar das ideias fora do contexto
histórico em que os “acontecimentos” se deram. José de Alencar,
em seus textos não literários (cartas, pós-escritos, notas apenas
aos romances), através de um discurso pedagógico, teceu juízos de
caráter linguístico (por exemplo, ortografia, etimologia, neologis-
mo, sintaxe etc.), forneceu explicações sobre a fauna e a flora brasi-
leiras, fez comentários antropológicos acerca dos índios, bem como
manteve acesas várias polêmicas, tão ao gosto de seu tempo, sobre
o uso da língua portuguesa no Brasil.

Todo esse esforço intelectual teve por objetivo vincular sua

70 ALENCAR, O nosso cancionero. Obra completa .v. IV, Rio de
Janeiro: José Aguilar, 1960, p. 966

reflexão à questão da autonomia de nossa literatura e de uma identidade nacional brasileira, como bem aponta Lúcia Helena⁷¹:

o projeto fundador de Alencar pauta-se numa vertente de reflexão sobre a historicidade do nacional e da nacionalidade, o que nos leva a formular que em seu texto a identidade da cor local não esgota a identidade do indivíduo ou do povo. O projeto de Alencar se insere numa perspectiva de resistência cultural que reivindica o renomear e o reabitar da terra, no corpo da escritura, com isto trazendo à tona outras recuperações e identificações.

São bastante ilustrativos os trechos a seguir retirados de “O Nosso Cancioneiro” - coletânea de cartas que José de Alencar dirigiu a Joaquim Serra, sobre a naturalização da literatura brasileira e um estudo sobre a poesia popular. Estas cartas foram publicadas em *O Globo*, no ano de 1874. A citação necessariamente longa 85 permite-nos bem avaliar as concepções de Alencar.

A) Trechos retirados de *O nosso cancioneiro* ⁷²

Carta I

a) “É também comum entre o nosso vulgo o aumentativo em ama, como oirama, poeirama, de que vários exemplos se encontram na língua portuguesa. Com o instinto gramatical de que é dotado, vai o povo criando aqueles de que precisa para exprimir suas ideias.” (op.cit.963).

71 HELENA, Lúcia. Nação, narração, fundação: José de Alencar e Machado de Assis. in: *Cânones e contextos*. 5º Congresso da ABRALIC, Anais, v.1, p. 496

72 ALENCAR, O nosso cancioneiro. in: *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960, p. 961 - 982.

b) “Uns certos profundíssimos filólogos negam-nos, a nós brasileiros, o direito de legislar sobre a língua que falamos. Parece que os cânones desse idioma ficaram de uma vez decretados em algum concílio celebrado aí pelo século XV.

Esses cânones só têm o direito de infringi-los quem nasce da outra banda, e goza a fortuna de escrever nas ribas históricas do Tejo e Douro ou nos amenos prados do Lima e do Mondego.

Nós os brasileiros, apesar de orçarmos já por mais de dez milhões de habitantes havemos de receber a senha de nossos irmãos, que não passam de um terço daquele algarismo.

Nossa imaginação americana, por força que terá de acomodar-se aos moldes europeus, sem que lhe seja permitido revestir suas formas originais. Sem nos emaranharmos agora em abstrusas investigações filológicas, podemos afirmar que é este o caso, em que a realidade insurge-se contra a teoria. O fato existe, como há poucos dias escreveu o meu distinto colega em uma apreciação por demais benévola.

É vã, senão ridícula a pretensão de o aniquilar. Não se junte a possante individualidade de um povo jovem a expandir-se ao influxo da civilização, com as teias de umas regrinhas mofentas.

Desde a primeira ocupação que os povoadores do Brasil, e após eles seus descendentes, estão criando por todo este vasto império um vocabulário novo, à proporção das necessidades de sua vida americana, tão outra da vida europeia.

Nós, os escritores nacionais, se quisermos ser entendidos de nosso povo, havemos de falar-lhe em sua língua, com os termos ou locuções que ele entende, e que lhe traduz os usos e sentimentos.

Podemos inferir, entre outras coisas, que subjaz à fala de Alencar a ideia de que a língua portuguesa, no Brasil, é identificada no mesmo espaço em que se configura uma imagem romântica, do que seria a ‘natureza’ brasileira. O modo de ser e o de exprimir a

“alma” do povo brasileiro apresentam-se em consonância com o contexto sociocultural americano. Se atentarmos para o intercurso, como memória do dizer, identificamos a noção tantas vezes reiterada de “civilização” (já um século depois de o *Diretório* do Marquês de Pombal) com o apagamento de toda violência do projeto colonizador e o esquecimento da contraparte do conceito de barbárie. Agora, nosso povo jovem e possante caminha determinado rumo ao influxo da civilização. Também o império brasileiro, com imperador português, se harmoniza placidamente com a escrita emocionada da nacionalidade.

Da carta IV⁷³29, transcrevo os seguintes trechos que continuam exemplificando as considerações sobre a relação língua e nação em Alencar:

c) Agora que já satisfiz o desejo de dar a lume, sob seu patrocínio, essa rapsódia cearense, podia aproveitar o ensejo para deduzir dela considerações mui cabidas na questão da nacionalidade da nossa literatura, que em meu conceito envolve necessariamente a da modificação da língua. 87

d) Estas questões filológicas [sobre a evolução das línguas] andam já de presente tão estudadas e discutidas, que realmente é para encher-nos de pasmo, como há quem seriamente constes a revolução fatal que a língua portuguesa tem de sofrer no solo americano para onde foi transplantada: revolução da qual já se notam os primeiros e vivos traços, no que se pode chamar o dialeto brasileiro.

Como um intelectual de sua época, quais eram as fontes em que Alencar se baseava para apresentar seus raciocínios linguísticos? Por várias vezes, ele mesmo responde a esta questão, como no

seguinte passo: “ a transformação contínua que se opera na história filológica e que Müller compara à vegetação, cessou de todo para o português de que se pretende fazer uma múmia clássica ?”⁷⁴30

Alencar defendeu-se dos ataques de seus acusadores e expôs o seu ponto de vista com referência à língua e ao estilo no Pós-Escrito de *Diva*, 2ª edição (1865), no Prefácio de *Sonhos d’Ouro* (1872), no Pós-Escrito de *Iracema*, 2ª edição (1870), em um ensaio inacabado, inédito até 1919 e publicado na revista *América Latina*⁷⁵31, chamado *Questão Filológica* (1874 e publicada no número 3, em out.nov.1919) e nos artigos publicados no jornal *O Globo* (Rio de Janeiro) em 1874, sob o título de *O Nosso Cancioneiro*.

88 Nestes textos, afirmou convictamente que a língua não poderia ficar estacionada e que era necessário ajustá-la, como instrumento dócil, às novas condições de vida, aos gostos, enfim, ao novo povo e à nação brasileira. Defende a ideia de um “abrasileiramento” da língua portuguesa e explica o plano que presidiu à elaboração dos seus romances, em que, segundo sua própria ótica, tratou dos momentos mais significativos da formação nacional brasileira.

No Pós-Escrito de *Iracema*, é interessante notar como Alencar trata de um assunto tematizado por Whitney, professor de Sânscrito e Filologia Comparada em Yale⁷⁶32, cuja obra se encontra na biblioteca Machado de Assis, na Biblioteca Nacional e na coleção de Ismael Coutinho, na Biblioteca Central do Gragoatá, UFF, em 3ª edição de 1880. Whitney defende a ideia de que ninguém escapa às influências das particularidades locais e pessoais

74 idem, p.980

75 Apud MELO, Gladstone Chaves de. Alencar e a língua brasileira. Conselho Federal de Cultura, 1972

76 La vie du langage. Paris: Librairie Germer-Bailliè-re, 1880

de pronúncia e de fraseologia, e de que é conveniente não exagerar a uniformidade das línguas existentes:

Porque é evidente que ninguém pensa exatamente da mesma forma e que cada um possui uma individualidade formada pelo caráter, pela educação, pelos conhecimentos, pela maneira de sentir etc. Não há pessoa que escape à influência das particularidades locais de pronúncia, de fraseologia que, sendo muito faladas [repetidas], tomam o nome de dialetos.⁷⁷

Alencar insiste na ‘transformação profunda do idioma de Portugal’ no Brasil, enfatizando a diferença entre os dois países, resultado do ‘espírito popular’ e não da ação dos escritores. Observe, ainda, como fator de mudança do idioma a distância geográfica relativa ao centro de origem da língua⁷⁸:

A revolução é irresistível e fatal, como a que transformou o persa em grego e céltico, o etrusco em latim, e o romano em francês, italiano, etc.; há de ser larga e profunda, como a imensidade dos mares que separa os dois mundos a que pertencemos.

89

Quando povos de uma raça habitam a mesma região, a independência política só por si forma sua individualidade.

77 La vie du langage, p. 128 “Car, il est évident que personne ne pense exactement de même et que cahcun possède une individualité, formée du caractère, de l’éducation, des connaissances, de la façon de sentir, etc. Il n’est personne, non plus, qui échappe à l’influence des particularités locales et personnelles de prononciation, de phraseologie qui, lorsqu’elles deviennent très- prononcées, prennent le nom de dialectales.”

78 ALENCAR, José de. Pós-escrito de Iracema. Obra completa. Rio de Janeiro: José Aguilar, v.II.1960. p.1130

Mas se esses povos vivem em continentes distintos, sob climas diferentes, não se rompem unicamente os vínculos políticos; opera-se também a separação nas ideias, nos sentimentos, nos costumes, e portanto na língua, que é a expressão desses fatos morais e sociais.

E Alencar, continuando sua argumentação, se vale do pensamento de N. Webster:

Logo depois que duas raças de homens de estirpe comum separam-se e se colocam em regiões distantes, a linguagem de cada uma começa a divergir por vários modos. Dic. ingl. Introdução sobre a origem das línguas⁷⁹

Alencar, ainda no Pós-escrito de Iracema, em sua polêmica com Pinheiro Chagas, continua sua defesa da língua do Brasil, trazendo à tona a diferença da realidade de vida europeia e americana, e enfatizando que o homem do Novo Mundo recebeu o influxo das tradições indígenas e do contato com imigrantes de várias raças que vieram aventurar-se nessas novas terras. Apesar do tom impressionista com que a questão lingüística é tratada, vale a transcrição: ⁸⁰

Se a transformação por que o Português está passando no Brasil importa uma decadência, como pretende o Sr. Pinheiro Chagas, ou se importa, como eu penso, uma elaboração para a sua florescência, questão é que o futuro decidirá e que eu me proponho tratar largamente na obra a que já aludi. Sempre direi que seria uma aberração de todas as leis morais que a pujante civilização brasileira, com todos os elementos de força e grandeza, não aperfeiçoasse o instrumento das ideias, a língua.

Todos os povos de gênio musical possuem uma língua sono-

79 ALENCAR, op.cit. p, 1130, v.II

80 36 ALENCAR, José de. Pós-escrito de Iracema. Obra completa. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960,v.II, p.1131.

ra e abundante. O Brasil está nestas condições; a influência nacional já se faz sentir na pronúncia muito mais suave do nosso dialeto.

Alencar valoriza o trabalho do escritor como modelador da língua –e não como mero anotador da fala popular –, mas não propõe o respeito à “língua dos ancestrais” e, quando configura sua versão de “culto ao passado”, é na forma de invenção de uma tradição e origens nacionais, que se expressam claramente em seus romances indianistas.

Lembremo-nos de que, segundo Hobsbawn (1991), no processo de consolidação da nacionalidade, é natural que se estabeleça um traço de coesão protonacional que ilumine a nação. A língua, a etnicidade e a religião têm desempenhado essa tarefa.

Tarefa também a que José de Alencar, vigorosamente, se lançou:

91

A linguagem literária, escolhida, limada e grave, não é por certo a linguagem cediça e comum, que se fala diariamente e basta para a rápida permuta das ideias: a primeira é uma arte, a segunda é simples mister. Mas essa diferença se dá unicamente na forma e expressão; na substância a linguagem há de ser a mesma, para que o escritor possa exprimir as ideias de seu tempo, e o público possa compreender o livro que se oferece.⁸¹

81 _____ Pós-Escrito de Diva, Obra completa.. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960, v.I, p.400

Capítulo 4. Estilo, expressão e arte – uma língua e uma literatura para o Brasil do século XIX.

A língua é a nacionalidade do pensamento, como a pátria é a nacionalidade do povo⁸².

Em muitos momentos de sua obra, em tom pedagógico harmonizador, Alencar reitera sua convicção de que a língua portuguesa transplantada para nossa terra e usada por nossa gente haveria de acolher também os novos ritmos, inflexões, novas realidades em novo vocabulário, enfim, o espírito americano.

Vejamos alguns exemplos:⁸³

Assim, não obstante os clamores de gente retrógrada, que a pretexto de classismo aparece em todos os tempos e entre todos os povos defendendo o passado contra o presente; não obstante a força incontestável dos velhos hábitos, a língua rompe as cadeias que lhe querem impor, e vai se enriquecendo, já de novas palavras, já de outros modos diversos de locução.

93

Logo adiante:

Quanto à frase ou estilo, também se não pode imobilizar quando o espírito, de que é ela a expressão, varia com os séculos de aspirações e de hábitos. Sem o arremedo vil da locução alheia e a imitação torpe dos idiotismos estrangeiros, devem as línguas aceitar algumas novas maneiras de dizer, graciosas e elegantes, que não repugnem ao seu gênio e organismo.⁸⁴

82 Pós-Escrito de Diva, op.cit.p.400, v.I

83 ALENCAR, José de. Iracema. Obra completa. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960, p.1130, v. II.

84 Idem, p. 400

Pode-se inferir destas pequenas passagens um discurso comprometido com a elaboração de um estatuto novo para a língua portuguesa no Brasil, que, além de legitimar um compromisso com a civilização, incorpora valores essencialmente brasileiros. Há mesmo uma negação da cópia simples de uma fala alheia – a do povo português – em clara contraposição à ideia de uma fala nacional brasileira. O esforço intelectual de Alencar se dirige para associar o surgimento do sentimento nacional brasileiro a uma também nascente literatura, além de valorizar os escritores que, como depuradores e modeladores da língua, “talham e pulem o grosseiro dialeto do vulgo.”⁸⁵

94 Alencar mostra-se em sintonia com sua época, com a efervescência cultural americana em decorrência dos movimentos de independência e da eclosão das novas nações. Bastante significativa, como emblema de toda uma época, e bastante explicativa em relação às posições linguístico-literárias de Alencar, é a seguinte observação de Daniel Boorstin⁸⁶ sobre a literatura norte-americana do século XIX:

Em grande parte, essa literatura, em seu melhor e mais característico aspecto, seria a palavra falada tornada impressa. Era uma literatura consciente de si, da impressão que causava – consciente de si no sentido de que era ciente de sua sonoridade, de sua audiência, de seu efeito como um ativador de sentimentos comuns entre um emissor falante (mais do que um escritor) e um ouvinte (mais do que um leitor). Era uma literatura declamatória.

85 ALENCAR, José de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965, VII, p 1129

86 “Uma literatura declamatória” in: ROUANET, Maria Helena.(org.) *Nacionalidade em questão*, Cadernos da Pós/Letras, Rio de Janeiro:UERJ/IL, 1997.p. 98

Podemos buscar uma filiação de sentido entre esta “literatura declamatória” e os vários aspectos da obra de Alencar: a) o movimento de invenção de uma tradição e origens nacionais brasileiras em seus romances indianistas; b) suas inúmeras polêmicas com a crítica literária; c) os textos teóricos centrados na relação língua, literatura e nacionalidade. Principalmente em suas polêmicas e nos textos metalinguísticos, sobressai o autor cearense como um “ativador de sentimentos comuns”, como aquele que traça os contornos das tradições comuns, do sentimento de pertencimento, desenhando com as palavras a nacionalidade de forma especular, para que cada um se perceba em todos, como um todo.

Sobre a discussão da autonomia literária e linguística do Brasil, a edição da obra completa de José de Alencar, pela Aguilar, v. IV, 1960, publicou “duas páginas inéditas do escritor, manuscritas e não datadas, acerca do problema, um esquema de estudo da literatura brasileira e outro da língua portuguesa no Brasil.”

95

Do plano esboçado por Alencar podemos inferir (e conferir a partir de seus inúmeros textos literários ou não) algumas das preocupações e conclusões do autor sobre este seu projeto de preencher, semântica e simbolicamente, nossa independência de Portugal em 1822.

Este opúsculo é fragmento de um livro que havia de ser. Há anos que gizei uma obra a respeito da literatura brasileira, reservando para tempos mais folgados desempenhar-me da tarefa.

Era meu plano desenhar as feições de nossa poesia, e mais especialmente esboçar o molde em que há de vazar-se um dia o tipo da nacionalidade literária do Brasil.

Entrava nesse desígnio o estudo da língua, como instrumento da literatura.

Mero veículo de ideias no trato da vida, e estudo da ciência, a palavra tem na poesia cunho artístico. É o buril e o pincel do escritor, senão a forma e a cor do pensamento.⁸⁷

Sua proposta de plano para a literatura brasileira compreende apontamentos, na verdade um sumário quase lembrete para posterior desenvolvimento. Destacamos alguns tópicos, escolhendo os mais significativos para esta discussão:⁸⁸

96

1- II- Literatura Brasileira: arte brasileira, aspecto geral, aspiração - Começou com o Império, mas não está ainda formada; não se forma uma literatura em anos, mas por séculos. A nossa com 40 anos está em embrião, em elaboração - Seu processo deve levá-la a separar-se cada vez mais da portuguesa donde deriva - Examine-se o que a literatura brasileira já tem de seu e próprio, e qual a tendência que manifesta - Encare-se sob os três aspectos: gênio, forma, língua. Gênio - Identidade de raça, mas o solo, o clima e a natureza é outro. Três elementos: americano, europeu, africano; país novo que mais atrai. Influência, amálgama, ainda a fusão não se fez; está em ebulição. Virilidade do país. Os que estudam a literatura pátria, em vez de se enterrar nas antiguidades da literatura portuguesa, examinem esses elementos. Digam como têm sido aproveitados e tratados pelos escritores atuais.

Nesta tentativa de caracterizar a “nossa” literatura como brasileira, resultante da expressão de uma “alma” brasileira, notam-se algumas contradições:

87 ALENCAR, José de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960, v.IV, p.9. Também citada por MELO, Gladstone Chaves de. *Alencar e a “língua brasileira”*. Conselho Federal de Cultura, 1972

88 ALENCAR, op.cit. v.IV, p. 10

a) o começo da literatura se dá no Império (ainda com Imperador português); também é interessante notar a filiação da literatura brasileira à portuguesa, embora em perspectiva de separação nítida ;

b) a identidade de raça (com qual ? a portuguesa ?) se opõe ao clima e à natureza, no entanto, os três elementos – índio , branco e negro – são referidos na amálgama que ainda não se fez, mas já se enuncia.

Alencar se vê como resultante desse amálgama? Ele fala em nome deste povo de que lugar ? Não estará já esboçado aqui o tema da impossibilidade real da fusão, presente nos finais míticos de seus romances indianistas ? – tese defendida por alguns críticos e estudiosos de sua obra.⁸⁹

Tais questionamentos surgem naturalmente, pois Alencar apenas nos apresenta tópicos, sem uma forma discursiva capaz de conduzir a uma direção definida de sentido. Os tópicos nos permitem, então, a incursão em várias áreas possíveis de interpretação.

97 Talvez possamos creditar essa visão europeizada e “branca” de Alencar a uma ideologia que, naturalizando alguns dados do real, impedia racional e culturalmente seu questionamento. Esses dados, em relação a toda América, segundo Benedict Anderson ⁹⁰, resumem-se ao interesse dos povos colonizados do novo mundo em redistribuir as instâncias de poder em solo americano, sem nenhuma pretensão de domínio sobre as metrópoles, acrescido da

89 HELENA, Lúcia. “Escrevendo a nação”, In: Anais do IV Congresso Abralic- Literatura e diferença.

São Paulo: EDUSP, 1996.

90 ANDERSON, Benedict. Memória e esquecimento in: ROUANET, Maria Helena (org.) Cadernos da Pós/Letras. UERJ: Rio de Janeiro, 1997.p, 68-69

auto-referenciação como brancos, cristãos, falantes de uma língua europeia de civilização e conscientes de sua importância, sob o ponto de vista econômico, para a riqueza da Europa.

Observemos que Alencar, ao mencionar o americano, o europeu, e o africano, sugere que “os que estudam a literatura pátria em vez de se enterrar nas antiguidades da literatura portuguesa, examinem esses elementos. Digam como têm sido aproveitados e tratados pelos escritores atuais.” Esse “aproveitamento” nos remete a Michelet⁹¹, historiador a quem se credita o nascimento da imaginação nacional, pois foi quem primeiro escreveu de forma consciente em nome dos mortos. Por extensão, podemos entender, no caso americano, pelos sem voz, calados, quer pela violência da colonização, quer pela violência da escravidão, e com os quais, no Brasil, era impossível estabelecer alguma vinculação através da língua. Uma impossibilidade bem-vinda e desejada, já que tais vozes de nossa origem representavam a barbárie. Seguindo o raciocínio de memória e esquecimento na constituição e na formulação escrita de uma nação, vamos ao encontro do pensamento de Renan⁹²: “ora, a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muito em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas.”

Esquecer a tragédia da colonização, redimensionando o povo da terra no espaço mítico do paraíso e do bom selvagem será, muito provavelmente, um meio de criar uma genealogia nacional tranquilizadora da memória.

Dos apontamentos de Alencar, retiramos:

II- Forma-forma clássica e romântica: mistura. O geral das formas da literatura dos países civilizados, herdada da portuguesa.

91 idem.. p 80-81

92 RENAN, Ernest. O que é uma nação ? in: ROUANET, Maria Helena (org.) op.cit. p.21-22

Os indígenas não tinham literatura para nos transmitir suas formas. Entretanto: a prosa numerosa, metrificada; imitação bíblica.

Aqui há a reiteração das formas da literatura dos países civilizados, em especial a herança da literatura portuguesa da qual a nossa deseja emancipação de assuntos, de formas de dizer, inaugurando o estilo brasileiro, em uma língua culturalmente enriquecida. À afirmativa : “os indígenas não tinham literatura”, segue-se um operador de contrajunção (conjunção adversativa - entretanto) que nos permitiria perceber a força de uma literatura nascente em nossa terra, valorizando, pois, a figura do escritor brasileiro.

No entanto, apesar das latências de interpretação, a leitura destes apontamentos nos conduz a uma primeira conclusão sobre a função da literatura para José de Alencar: representar, pela arte da escrita tão valorizada por ele – “poucos darão mais, se não tanta importância à forma do que eu; pois entendo que o estilo é, também, uma arte plástica, porventura muito superior a qualquer das outras destinadas à revelação do belo”⁹³ –, a alma brasileira, nossa sensibilidade, nosso modo de interpretar a vida, nossa geografia tão diversa da europeia, nosso tropicalismo, em uma língua totalmente dócil ao gênio e ao estilo do autor.

Sobre esse assunto, valho-me da opinião de Machado de Assis:⁹⁴¹³

Nenhum escritor teve em mais alto grau a alma brasileira. E não é só porque houvesse tratado assuntos nossos. Há um modo de ver e de sentir que dá a nota íntima da nacionalidade, independente da face externa das coisas. O mais francês dos trágicos franceses é Racine, que só fez falar a antigos. Shiller

93 ALENCAR, Pós-Escrito de Iracema, Obra completa,, v.II, Rio de Janeiro: Aguilar, p. 1129

94 ASSIS, Machado. Páginas recolhidas. Rio de Janeiro: Garnier, s/d, p.129

é sempre alemão, quando recompõe Filipe II e Joana d'Arc. O nosso Alencar juntava a esse Dom a natureza dos assuntos, tirados da vida ambiente e da história local. Outros o fizeram também; mas a expressão do seu gênio era mais vigorosa e mais íntima. A imaginação sobrepujava nele o espírito de análise, dava a tudo o calor dos trópicos e as galas viçosas de nossa terra.

Em relação às questões de língua, quase uma proposta de gramática para o português falado e escrito por brasileiros, convém destacar muitos aspectos bastante ilustrativos das concepções linguísticas de Alencar.

100

IV- A Língua – Língua portuguesa – neste ponto confundem-se as duas literaturas; mas assim como o solo e o clima influem na ideia, também influem no sentimento dela. O dialeto brasileiro já se distingue do dialeto português; cada vez essa distinção deve ser mais profunda. Vivacidade- maior liberdade. Não falta quem censure essa tendência do dialeto brasileiro de afastar-se de sua língua mãe, e pretenda descobrir nisso uma aberração, decadência, desvio. Aplicam-lhe então cataplasmas de B. Ribeiro, J. de Barros, Azurara.

Advirta-se que não se negam as belezas desses escritores, como não se negam as belezas dos trágicos gregos e romanos e da idade média - mas elas são beleza da reminiscência. Em segundo lugar não se pretende que toda inovação seja boa - defende-se a ideia do progresso da língua, não o abuso que a acompanha.

Para bem examinar esta questão, e saber se o dialeto brasileiro é um progresso ou uma decadência da língua, é preciso examinar o que é a língua portuguesa. Longo estudo, mas necessário. Nada de erudição, bom senso, e o fruto de algumas observações.⁹⁵

Em seu plano, além desta primeira parte de introdução à

95 ALENCAR, op.cit. v. IV, p.11

discussão da existência de um dialeto brasileiro, Alencar delinea um estudo diacrônico, baseado no comparativismo histórico – a ciência linguística de sua época – , buscando as origens da língua portuguesa, questões de etimologia, de sintaxe, de formação de palavras, de emprego de vogais e consoantes. Seguem-se a esta parte outros itens sobre o valor da palavra, seu emprego em português no Brasil em contraposição a outras línguas neolatinas. Já um esboço de linguística comparativa ?

Na introdução, estão postas algumas das ideias linguísticas de Alencar em consonância com os avanços de sua época, principalmente no que se refere à ideia de evolução das línguas (método histórico-comparativo) e , em especial, às modificações da língua portuguesa no Brasil, pelo contato com novas gentes, novo clima, novo sentir, originando mesmo o que ele chama de dialeto brasileiro, que ele percebe tão pródigo em neologismos, indicando a maior riqueza da língua portuguesa em nossa terra. Aqui vale ressaltar que Alencar, ao designar a língua do Brasil e a de Portugal, vale-se da denominação de dialeto para ambas, renunciando, não sem alguma impropriedade, (mas com grande vitalidade e intuição) o atual pensamento linguístico de tratar as diferentes variantes da língua portuguesa na Europa, na América e na África – não como dialetos – mas como variantes nacionais, sem cunho de hierarquia ou padrão a ser seguido.

101

Quer dizer, Alencar, embora não dispusesse, no sistema cultural de sua época, de uma teoria linguística onde apoiar suas intuições sobre as diferenças entre a língua portuguesa em Portugal e no Brasil, de certo modo, antecipa a distinção que o século XX vai estabelecer entre dialeto e variante nacional. Então, como se classificava o português do Brasil no século XIX ? A voz de autoridade sedimentada na tradição dos estudos linguísticos, representada especialmente pelo filólogo Leite de Vasconcelos⁹⁶14, classifica

a modalidade americana do português de dialeto, orientada que estava no parentesco linguístico entre o português europeu e suas formas ultramarinas. Esta classificação genética estava em perfeita consonância com a ciência da época, que se interessava pelos fatos linguísticos em sua história. Por isso, a posição de Alencar merece destaque naquilo que, mesmo com imprecisões, se assemelha à nova orientação da ciência linguística do século XX, em relação à autonomia com que a modalidade americana do português vem forjando suas próprias normas e desenvolvendo sua expressão literária

A inadequação do emprego do termo “dialeto brasileiro” pode ser explicitada hoje, pois, o conceito com que Alencar operava mantém vinculações de sentido com a noção atual de variantes nacionais, emprestando tanto ao português europeu, quanto ao americano a mesma liberdade, sem hierarquia de usos. E, como sabemos, o termo “dialeto” evoca a ideia de dependência, de modalidade linguística inferior frente a um idioma nacional.

Para referendar esta discussão, julgamos apropriado o seguinte trecho de Celso Cunha⁹⁷

A esse novo objeto sociolinguístico subsistema de um arqui-sistema – o exímio linguista russo Gueorgi Stepanov dá o nome de variante nacional. Para ele, ‘a diferença básica do valor metodológico entre o dialeto e a variante nacional consiste em distintos modos de funcionamento social: o primeiro (o dialeto) é utilizável só por uma parte da comunidade humana no seio de uma nação; a segunda (a variante) é um instrumento usado pela nação inteira.

Sob este aspecto, todas as variantes são paritárias, e as particularidades da variante peninsular podem também qualificar-

97 CUNHA, Celso. A questão da norma culta brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.p.65

se como “desvios” (iberismos) em comparação com as particularidades linguísticas americanas (americanismos).

Convém continuarmos a análise de alguns itens (apesar de longa a transcrição) da proposta sobre a língua portuguesa⁹⁸16 que Alencar desenvolve no seu “livro que havia de ser”, e, que, mesmo sem ter sido, ilumina sua fina e lúcida capacidade de pensar as questões linguísticas no contexto do nacional.

V- Língua- sua individualidade – Divisão geral das línguas, ramo semítico, ramo jafético, afinidade entre ambos – Português, base latina; subsidiários: o grego, o árabe, o celta; modernos, o espanhol, o francês, italiano, inglês, alemão. (...) A individualidade da língua manifesta-se em duas relações: a palavra, isto é, seu valor, sua origem, sua escritura, sua pronúncia – As palavras de uma língua; poucas são próprias, as outras são introduzidas / Contudo tem cada língua um padrão especial a que submete as palavras ou próprias ou emprestadas, e é isto que forma o seu cunho ou padrão especial, sua etimologia privativa.(...)

103

VI- Valor das palavras – Gramática geral- Lógica-Operação do espírito comum- Nome, adjetivo, artigo – Preposição e advérbio – Diferença entre o latim e o português – Proposições, casos – Inglês – Diferença do francês– Pronome oculto- Uso das preposições, especial do português- Advérbio, facilidade de adverbizar qualquer nome, de adjetivar, substantivar. (...)

Ortografia- Ortografia natural e radical; meio-termo, racional. Uniformidade da ortografia, pelos sons. Tentativa no inglês. Pesos, medidas; a bolsa antes das letras. Ortografia portuguesa atual, diferença da latina, espanhola, francesa.

Prosódia – Propriedade do som de cada letra. Vogal, som puro. Consoantes, sua diferença italiana, latina, francesa, cas-

98 ALENCAR. Obra completa. Rio de Janeiro: Aguilar, v. IV, 1960.p.11

telhana. Palavras que entrem na língua devem sujeitar-se a este padrão. Exemplo: *prêt, bonnet*.

VII – Sintaxe- Abrange: 1º formação da oração, sua união, sua ordem, sua variedade. Formação: concisão, flexibilidade, ausência dos pronomes, verbos neutros, transposição. *Decadente o império – Decaindo o império- Ao decair- Quando decair- Em decadência- Com a decadência- Na decadência- Decaiu o império*. 2º , união, conjunção demais, flexibilidade dos verbos que se prestam a ligação e finalmente a extensão e influência do nome sobre muitos verbos. *Se eu fosse à cidade faria isto – Indo à cidade, eu faria – Quando fosse à cidade - Acontecendo ir `a cidade .* Ordens – natural, transporte, inversa, mais que o latim. *O homem goza a vida placidamente neste belo clima- Neste belo clima etc. Goza o homem etc. – Vida plácida goza etc. –Placidamente a vida etc.* Variedade.

104

VIII- As línguas progridem como os instrumentos se aperfeiçoam – As modificações e alterações, pois, podem dar-se para a decadência e progresso: decadência, quando a língua se empobrece, barbariza, perde a beleza pela má pronúncia; sua ortografia – Quando enfim altera a sua individualidade – Progredir, quando se enriquece , enobrece, suaviza, sem alterar a sua individualidade, porque não deixa de ser a mesma- Introdução de novas palavras; novas orações, nova sintaxe- Classismo, rotina, monotonia - Vícios do classismo – Arcaísmo – Barbarismo – Neologismo- Vocabulo velho, saturado – estrangeiro e novo – O que é o portuguesismo- O brasileiro- Necessidade, beleza e propriedade – Diferença e superioridade do dialeto brasileiro na invenção das palavras, nas orações – Ortografia, a mesma – O *b* por *v*- Superioridade do estilo brasileiro; cunho de ambos.

Esta brevíssima incursão pelos tópicos da obra que Alencar apenas indicou – “este opúsculo é fragmento de um livro que havia

de ser”- (e da qual transcrevemos apenas alguns itens) é suficiente para percebermos a defesa da constituição de uma literatura que reflete, por sua língua, o modo de ser brasileiro, muito mais como ênfase na caracterização de um povo que deve tornar-se nação, para construir um Estado. Talvez seja a certidão de nascimento de uma resistência ao etnocentrismo europeu que marcou por várias décadas (e ainda hoje, sob outro aspecto), de modo mais ou menos intenso, a questão do português do (ou no) Brasil. O etnocentrismo atual se faz sentir, por exemplo, na tradição do silêncio de grande parte de nossos filólogos e linguistas em relação ao *Directorio* (documento de imposição da língua portuguesa no Brasil, 1757), pelas discussões subjetivas sobre a influência tupi e africana no português do Brasil, pela tentativa de apagamento da consciência da diversidade linguística brasileira (e em consequência de seus usuários), em função do mito da unidade da língua portuguesa no Brasil.

105

Ontem como hoje, enfatizar as dessemelhanças ou o mito da uniformidade da língua portuguesa (no Brasil e/ou na comunidade lusófona) é uma decisão político-ideológica, já que, do ponto de vista estritamente linguístico, o século XX resolveu este problema. Em termos linguísticos, não vacilamos, como Alencar, em expressões como “língua portuguesa do ou no Brasil”, pois o estado atual de nossos estudos nos permite falar em língua portuguesa do Brasil, uma variante plenamente caracterizável em suas idiossincrasias.

A reflexão sobre a representação da língua na identidade nacional brasileira suscita questões fundamentais pertinentes ao tema, ainda hoje.

Primeiro: em relação ao amálgama de raças e a emergência de uma língua nacional uniforme no século XX, é preferível pensar-se num produto híbrido, já que a mestiçagem sugere harmonização, numa mistura sem hierarquias, e os elementos que formam

nossa cultura – o índio, o branco e o negro – estão presentes numa articulação assimétrica e conflituosa. A língua também produz e reproduz a assimetria social através da diversidade de registros socioculturais, tendo como consequência a valorização do indivíduo pelo uso que faz do português na esfera pública.

Segundo: o próprio Alencar defende uma ideia de difícil aceitação pelos parâmetros da linguística (sociolinguística) atual. Referimo-nos à seguinte opinião: a contribuição do escritor não é reduplicar a “mera rotina ou usança confiada à ignorância do vulgo”, mas elaborar esteticamente a língua. São os bons escritores que “talham e pulem o grosseiro dialeto do vulgo, como o escultor cinzela o rudo troço de mármore e dele extrai o fino lavor.”⁹⁹¹⁷

106 Mais do que exaltar a função estética da literatura, a citação é problemática em face da representação que Alencar faz da relação língua e nação (povo). Apesar de defender a legitimidade das diferenças do português do Brasil, Alencar exprime a posição contraditória de que o povo fala um dialeto grosseiro. Realmente, seu interesse parece estar fixado na liberdade da criação estética e do estilo brasileiro que defende para sua própria criação literária e para a literatura brasileira como um todo. Sob a perspectiva atual, diríamos que Alencar defende uma posição tradicional ao estigmatizar as formações populares, embora percebesse claramente a distinção entre linguagem literária e fala comum. Edith P. Pinto¹⁰⁰¹⁸, em seu consagrado trabalho sobre o português do Brasil, assim comenta: “do ângulo de abordagem sociocultural, Alencar chegou, no entanto, a uma visão de boa intuição linguística, ao frisar que uma coisa é a linguagem literária e outra a fala comum: “a primeira é uma arte, a segunda um mister.”

99 ALENCAR, Pós-escrito de Iracema,, op.cit. p.1129.

100 PINTO, Edith P. O português do Brasil Textos críticos e teóricos. São Paulo: Editora da USP, 1978,v.1, p.XXVII.

Terceiro: fica latente no esboço de sua obra sobre a língua, a existência implícita de uma gramática de base popular – “o corpo de uma língua, a sua substância material, que se compõe de sons e vozes peculiares, esta só a pode modificar a soberania do povo, que nestes assuntos legisla diretamente pelo uso”¹⁰¹19 - gramática essa de que Alencar não se valeu para justificar, em seus textos, usos diferentes dos prescritos pela gramática portuguesa (nos moldes de Portugal). Nesses casos, a posição de Alencar, embora mantenha a constante da legitimidade do português do Brasil, demonstrando uma interpretação bem pessoal sobre o uso da língua, é, por vezes, contraditória, sobretudo quando, ao defender-se de críticas à sua linguagem, abona seus usos com exemplos dos clássicos portugueses, indo constantemente às origens latinas e aos mais credenciados dicionários, para explicar etimologia. Confirmam esta afirmativa os seguintes exemplos retirados, entre tantos outros, do Pós-escrito de Diva¹⁰²20:

107

Núbil- É o adjetivo latino *nubilis*, tão eufônico e elegante como o seu equivalente púber. Nenhum dicionário do meu conhecimento faz dele menção; mas talvez já fosse alguma vez usado por escritores portugueses.

Frondes – A palavra latina *frons*, *ondis*, que significa propriamente a folha superior e recente, o renovo-germe, *arborum*, *hervarum* et *frorum*. Introduzida na linguagem científica por Lineu, foi logo adotada, como merecia, pela linguagem literária e artística, onde ela vem aumentar a família de vocábulos que receberam do latim os nossos clássicos, *frondear*, *frondejar*, *frondente*, *frondoso*, *frondífero*, etc. Para exprimir os renovos das palmeiras ela é sobretudo de grande beleza, porque acrescenta a ideia de elevação.

101 ALENCAR, op.cit, p. 1130

102 ALENCAR, op. cit., v.I, p. 402-405-406

Quarto: podemos perceber também que a defesa de Alencar era muito mais sobre a liberdade do escritor como artista da língua do que a explicitação, através de exemplos, de uma variante brasileira independente da língua portuguesa. A importância que confere ao estilo está presente nesta passagem: ¹⁰³

Se nós, os brasileiros, escrevêssemos livros no mesmo estilo e com o mesmo sabor dos melhores que nos envia Portugal, não passaríamos de uns autores emprestados; renegaríamos nossa pátria, e não só ela, como a nossa natureza, que é o berço dessa pátria.

108 Quinto: nossa tradição cultural vem reproduzindo a mesma atitude ambígua de Alencar em relação à língua portuguesa do Brasil, influenciando nossa identidade linguística, especificamente no que se refere à norma culta escrita do português, cujo padrão em nossas gramáticas escolares ainda se mantém num patamar ideal, bastante defasado em relação ao uso real em situações de comunicação escrita por falantes cultos. Em outras palavras, verifica-se em nossa norma culta escrita a concomitância de alguns usos (padrão real e ideal) que apontam as mudanças ainda não abonadas pela nossa tradição de descrição gramatical.

O português culto padrão do Brasil (tanto quanto a consciência de nossa identidade?) é uma construção se fazendo, não sem alguma polêmica. Reforça esta ideia a observação de Celso Cunha (CUNHA,1981):

Acontece, porém - e são ainda palavras de Stepanov -, que o prestígio da protovariante peninsular condiciona uma situação especial entre as variantes paritárias e leva ao dualismo das normas utilizáveis e à realização assimétrica destas na variante americana .

Capítulo 5: O discurso dos homens de letras no Brasil oitocentista – a interdiscursividade exposta

A leitura dos textos dos literatos do Romantismo, bem como de alguns estudiosos de diversas áreas do saber, no século XIX, nos impõe algumas perguntas: que interesses estavam, então, em conflito, no Brasil ? ; existiria, subjacente aos textos, um sentido novo, ainda em elaboração, referente à concepção da sociedade brasileira? ; por que a questão linguística do Brasil era um assunto, que se desejava problematizar ?

Se pensarmos em termos da Análise do Discurso, poderemos buscar, através da interdiscursividade –relação de um discurso com outros – ,entender,

no jogo sutil da linguagem, os sentidos que vão sendo construídos, a partir da instância de enunciação que, como lugar social, conferia autoridade aos escritores e intelectuais da época, para promoverem uma espécie de ajuste entre a língua herdada e a nação independente. Assim é que tomaram a palavra em defesa do uso da língua portuguesa no Brasil, enriquecida de termos e de formas de dizer diferentes, para caracterizar a cultura de um novo mundo, implicando, quase sempre, uma conotação nacionalista. Implicando, ainda, nas frestas de tais discursos, no equívoco involuntário, nos silenciamentos conscientes e inconscientes, outros significados que só uma leitura atenta e um olhar distanciado, no tempo, poderão desvendar. Essa é a nossa intenção: perseguir os significados que vão sendo construídos por estes textos.

109

A relação entre política e língua tornou-se, cada vez mais áspera, a partir da independência do Brasil em 1822, sendo interessante ressaltar que a questão da identidade nacional , no século XIX, desenvolvia-se no âmbito dos estudos literários. Segun-

do Roberto Acízelo de Souza¹⁰⁴, em texto apresentado no “Colóquio Identidades”, (UERJ, 1999), “mais precisamente, o problema da identidade nacional absorvia então as atenções de uma disciplina emergente, a história da literatura.” (SOUZA, 1999: 09). Neste mesmo artigo, em notas, Roberto Acízelo de Souza acrescenta:

Maria Consuelo Cunha de Campos, durante o debate, lembrou que o problema da identidade nacional não absorvia então apenas a história literária, mas também a história geral, a corografia e a etnografia, citando as contribuições de Abreu e Lima, Pereira da Silva, Aires Cabral, Melo Moraes, Inácio Acíoli, Joaquim Manuel de Macedo, Gonçalves Dias, Varnhagen. (SOUZA, 1999:18)

110 Edith P. Pinto, a cuja obra já fizemos referência no item “Considerações Iniciais”, nos apresenta, de forma didática, uma antologia sobre a evolução do pensamento crítico a respeito da relação língua, literatura e nacionalidade, assim organizada: a) as primeiras manifestações sobre a natureza da língua do Brasil; b) o pensamento romântico em formação; c) a posição romântica: separatistas e dialetistas;

d) o pensamento pós-romântico: definição dos legitimistas; e) o vernaculismo: apogeu e contestação; f) definição da vanguarda renovadora. A partir deste material selecionado, fizemos nosso próprio recorte, aliando à ordenação cronológica a escolha de textos e autores que julgamos mais significativos (pela vitalidade de suas ideias na tradição dos estudos brasileiros), para a composição de um painel representativo do pensamento do século XIX. Ao efe-

104 SOUZA, Roberto Acízelo. Identidade nacional e história da literatura: a contribuição de Joaquim Norberto. In: JOBIM, José Luís. (org.) Literatura e identidades. Rio de Janeiro: J.L.J.S.Fonseca, 1999, p.09-23

tuarmos esse recorte, assumimos a responsabilidade pela opção, abrindo mão do concurso de outros autores, mas não das concepções que os moviam, pois os escritores escolhidos são, em grande medida, representantes dos demais, nas formações discursivas de que participam.

Um dos primeiros a manifestar-se a respeito da língua do Brasil (1824-25) foi o Visconde de Pedra Branca que, em francês, ressalta a influência do clima e do caráter dos habitantes da terra, sobre a língua portuguesa transplantada para a América:

“mais cette langue, transportée au BRÉSIL, se ressent de la douceur du climat et du caractère de ses habitants; elle a gagné pour l’emploi et pour les expressions des sentiments tendres, et, tout en conservant son énergie, elle a plus aménité.”
(PINTO, 1978:05).

Sua intuição perspicaz o faz perceber as mudanças de significação que algumas palavras sofreram no Brasil – “des mots qui ont changé tout-à-fait d’acception”, como também refere-se às palavras de origem indígena e africana que enriqueceram o léxico do português do Brasil – “plusieurs autres expressions qui n’existent point dans la langue portugaise, et qui ont été empruntées aux indigènes, ou qui ont été importées au Brésil par les habitants des différentes colonies portugaises d’outr-mer.”

111

Gonçalves de Magalhães, no prefácio aos Suspiros poéticos e saudades, livro considerado marco do Romantismo brasileiro, também intuindo as mudanças da língua portuguesa e seu enriquecimento lexical no Brasil, assim se exprime:

Algumas palavras acharão neste Livro que nos Dicionários Portugueses se não encontram: mas as línguas vivas se enriquecem com o progresso da civilização, e das ciências, e uma nova ideia pede um novo termo. (PINTO,1978:15)

Hoje, distanciados no tempo e reeducados pelo desenvolvimento da ciência da literatura e pela linguística, os temas que nos afligem são de outra ordem, mas pensamos que nosso olhar pode contemplar as lutas e sentimentos de outra geração, valendo-nos de um exemplo de Junqueira Freire, sobre o intenso nacionalismo que se imbricava no âmbito da literatura, sentida como uma das mais verdadeiras expressões do sentimento do povo:

Não contamos senão trinta anos [o autor escrevia em 1852] de existência, porque somos brasileiros, não desde que Pedro Álvares Cabral descobriu por acaso as costas do Brasil, mas somente desde que o Brasil gritou nas margens do Ipiranga: – Independência ou morte !

Os verdadeiros gênios, porém, de antes desse tempo são nossos, porque também encararam emancipar desde então a literatura brasileira. Quereis provas da minha asserção? Dar-vos-ei três nomes somente – Cláudio Manuel da Costa, José Basílio da Gama, e Antônio José.

São três nomes dessas eras bastardas, mas são três nomes, que completam a literatura inteira do meu país (o primeiro é o nosso lírico, o segundo nosso épico, o terceiro o nosso dramático) E Portugal estrangulou-nos o primeiro, queimou-nos o terceiro ! O segundo, para salvar-se foi um renegado.(PINTO,1978:25)

112

Edith P. Pinto, em sua obra indispensável e sempre referida (PINTO, 1978: XVI), assinala que:

A reivindicação da liberdade de expressão , relativamente a Portugal, começava apenas a delinear-se como implicação nacionalista, pois o direito de criar neologismos cultos ainda se fundamentava apenas no imperativo da civilização, “que também é obra de Deus.” Ideias semelhantes, apesar das suas preocupações intencionalmente renovadoras, manifestará, dez anos mais tarde, Gonçalves de Magalhães: “... as línguas vivas se enriquecem com o progresso da civilização e uma ideia nova

pede um novo termo.”

Para que possamos entender as diferentes formações discursivas, em sua relação com diferentes formações ideológicas, torna-se necessário desvendar as filiações de sentido entre os vários textos que tecem as bases das interpretações sobre a língua do Brasil. Chamá-la de língua portuguesa ou de língua brasileira pressupunha pontos de vista político-ideológicos conflitantes, em busca de hegemonia. A situação da língua do Brasil passa a constituir problema de interesse nacional, quando a própria realidade brasileira, já documentável, apresenta-se como um espaço ponderável de luta pelo poder.

Em 1847, Varnhagen, como um dos precursores a manifestar-se sobre a natureza da língua do Brasil, defendia a unidade do português (relativamente a Brasil e a Portugal), justificando, pois, o estudo dos clássicos, já que também não separava as literaturas dos dois países. No entanto, assinalava a diversificação da língua falada (especialmente no léxico e na prosódia), atribuída, segundo sua visão, ao acastelhanamento do português americano.

113

Observemos algumas de suas ideias:

Longe de nós consignar a ideia de que no Brasil não se deve, e muito estudar os clássicos portugueses e a gramática. Pelo contrário, reputamos essa necessidade urgentíssima, ao vermos que os nossos melhores escritores, - os que mais agradam ao Brasil, foram os que mais os folhearam.

.....

O português de hoje é o mais legítimo representante do antigo castelhano, e do domínio romano na Espanha: e o castelhano moderno serve a comprovar quanto o domínio de uma nação estrangeira pode fazer variar o idioma já bastante formado. (Apud PINTO, 1978: 20-21)

O seguinte trecho de Varnhagen constitui um marco inicial da ideia de um português diferenciado do de Portugal e, também, no próprio território brasileiro:

Antes de passarmos adiante, diremos em poucas palavras as nossas opiniões acerca do acento do Brasil, que não obstante variar em algumas entoações e cacoetes segundo as províncias, tem sempre certo amaneirado, diferente do acento de Portugal, pelo qual as duas nações se conhecem logo reciprocamente: a não ser que os nascidos em uma passassem a outra em tenra idade, sobretudo desde os oito aos dezesseis anos. Alguma observação a este respeito nos chegou a convencer, que as diferenças principais que se notam na pronúncia brasileira procedem de que a língua portuguesa no Brasil, desde o princípio se acastelhanou muito.

(...) esta alteração na pronúncia, que se estende até a alguns modismos e usos, procedeu não só de que os primeiros descobrimentos e colonização foram feitos com a ajuda de castelhanos, como de que para a recuperação da Bahia contra os holandeses passaram outros muitos, que aí ficaram estabelecidos: além disso no interior da província do Rio Grande fala-se hoje pelo menos tanto espanhol como português, e o contato dos negociantes de gados e tropeiros com estes países, fez que se adoptasse deles quase tudo quanto é nomenclatura da gineta, por exemplo lombilho etc. (Apud PINTO, 1978: 22)

114

Portanto, desde a metade do século XIX, com Varnhagen, estão esboçadas as diretrizes de uma das formações discursivas que alimentarão o debate em torno do português até o final daquele século. Eis o conjunto de ideias, que vai nortear a posição daqueles que defendem a vigência da língua portuguesa no Brasil, com respeito às normas gramaticais, sem que isso constituísse impedimento para a autonomia nacional: a) diferenciação na fala; b) unidade da língua escrita; c) necessidade de leitura dos clássicos;

d) predomínio da investigação léxica e fonológica; e) preocupação em documentar fatos notórios da realidade linguística brasileira; f) predominância do instinto nacionalista na avaliação dos fatos linguísticos; g) desvalorização da contribuição das línguas indígenas e africanas à língua portuguesa.

João Francisco Lisboa (1854), ao comentar a História geral de Varnhagen, concorda e aplaude seu empenho em demonstrar que o elemento europeu constitui, de forma essencial e principal, a nacionalidade brasileira. Lisboa afirma que uma “razão superior” ilumina a eloquência de Varnhagen, destacando-lhe o argumento, especificamente, no seguinte trecho :

Receais acaso o predomínio dessa origem, e só por isso vos julgais ainda avassalados à influência da antiga metrópole ? pois se o verdadeiro e real brasileirismo é isso mesmo, continua porventura sob o pátrio poder o filho emancipado só porque assemelha o pai na índole e nas feições, tem os mesmos hábitos, fala a mesma língua, professa a mesma religião, e obedece às mesmas leis que ele? (Apud PINTO,1978: 29-30)

115

Ainda em seu comentário sobre as ideias de Varnhagen, João Francisco Lisboa traz à cena seu apoio à descaracterização da contribuição tupi à língua portuguesa e à formação cultural brasileira. Esta linha de pensamento fez escola numa certa tradição de estudos linguístico-literárias no Brasil, não de forma neutra, pois traz, em sua essência, fatores historicamente determinados por injunções político-ideológicas. A veemência do discurso ilustra nossa afirmação:

O autor [Varnhagen] mostra-se ilustrado, justo e verdadeiramente filosófico quando, revolvendo as questões que estabelece, julga os índios sem direito exclusivo ao território que percorriam na época do descobrimento: e incapazes, sem o

auxílio externo do europeu, de se emanciparem do estado social em que vegetavam, miserável sob todos os aspectos, e indigno de despertar a admiração e a inveja de qualquer espírito judicioso ou desprevenido.

.....
Como consequência dessa grande verdade o autor estabelece igualmente que é com o elemento europeu, cristão e civilizador, que devem andar abraçadas as antigas glórias da pátria, e portanto a história nacional, cujas fontes não podem remontar mais longe.

E com efeito, os mitos das tribos indígenas, as lendas dos seus tempos sem monumentos escritos, o mesmo estudo da sua língua só pode servir de meio de comunicação com as tribos restantes, para esquadrihar algumas etimologias, ou finalmente para averiguar um ou outro ponto obscuro, e certamente mais curioso que instrutivo. (Apud PINTO, 1978:29-30).

116

Parece-nos razoável estabelecer uma correlação de sentido entre o texto de Lisboa e o 8º parágrafo do *Diretório* (documento já discutido em item anterior), em que se valoriza a nobre função civilizatória da colonização, a necessidade da imposição da língua portuguesa como fator de construção de identidade, e de afeto, veneração e obediência ao mesmo Príncipe. A obediência ao Príncipe pode-se entender também como adesão à representação simbólica de um dado real, ideologicamente estruturado, promovendo, desta forma, um estreitamento de possibilidades de interpretação, fora do que vem sendo perpetuado – obediência à supremacia dos valores europeus.

Paul Ricoeur (1977), discutindo o conceito de ideologia, alerta para uma interpretação redutora que define o fenômeno ideológico, restringindo-o, à luz das classes sociais. Assim, limitar-se-ia a ideologia a sua função de justificação de determinados interesses. Ricoeur aponta a necessidade de entender-se uma função anterior

básica que concerne à ideologia em geral. Propõe a análise do conceito em três instâncias : a) função geral da ideologia; b) função de dominação; c) função de deformação. Poderemos ler o trecho seguinte de Lisboa, em sua avaliação do livro de Varnhagen, baseados no conceito de ideologia de Ricoeur. Vejamos, pois, o juízo de Lisboa e a argumentação de Varnhagen:

Uma razão superior o ilumina, e as suas palavras tornam-se eloquentes quando trata de demonstrar que o elemento europeu é quem constitui, principal e essencialmente, a nossa nacionalidade atual.

Percorrei, diz ele [Varnhagen], as cidades e os campos, penetrai no seio das famílias, dirigi-vos ao pai, à mãe, aos filhos, aos servos. Falai-lhes na língua geral ou no guarani, e ninguém vos entenderá. Pronunciai ao acaso uma ou outra palavra africana, e apenas alguns dos escravos menos ladinos vos prestará tal qual atenção. Mas falai o português, e todos vos compreenderão e responderão. Trazem todos os nomes de um santo do calendário; e a língua, os apelidos, os costumes, a religião, e as leis, tudo indica a nossa origem europeia. (Apud PINTO, 1978: 29)

117

O empenho em valorizar a supremacia do elemento europeu na formação brasileira traz, em sua contrapartida, igual empenho em minimizar (se possível apagar) a influência indígena e africana. As questões raciais do século XIX, em seu preconceito contra raças tidas como inferiores (negros e índios), aqui estão subjacentes – o papel da ideologia não é apenas o de difundir e converter uma convicção “num credo de todo grupo, mas também o de perpetuar a energia inicial para além do período de efervescência”(RICOEUR, 1977: 68). O mesmo afã de apresentar fatos que, por si sós, tornar-se-iam argumentos, leva Lisboa ao engano (seria disfarce ?) de sugerir que se procure o entendimento com os habitantes da terra

em outra língua, que não a portuguesa. Tal atitude está assentada numa falsa ideia, já que desde 1757, com o *Directorio*, a língua portuguesa foi imposta ao Brasil, com o conseqüente enfraquecimento (esquecimento) da língua geral. A falácia do raciocínio fica mais evidente, se pensarmos que o cerne da questão não foi colocado: primeiro, não se cogita de que até 1757 (e nos anos subsequentes necessários à imposição da língua portuguesa) predominava a língua geral; segundo, trata-se de saber qual o vigor da influência indígena e africana no “português diferenciado” do Brasil e na nossa formação cultural e étnica. Assim, legitimar a autoridade da afirmação de uma hegemonia europeia cristã e civilizadora resulta de uma ideologia, que tenta naturalizar um certo mecanismo de dominação social. Enfim, como também sabemos, linguagem e ideologia são noções estreitamente vinculadas , inviabilizando a existência de discursos que não sejam todos, em sentido amplo, ideológicos.

Eni Orlandi¹⁰⁵ discute a dificuldade de se fazer um estudo sobre as línguas indígenas, sem cair no preconceito de achá-las “extravagantes” ou de projetarmos sobre essas línguas nossos modelos de sistematização, que, por sua vez, refletem o modelo de uma língua ideal – no caso, em princípio o português e, finalmente, o latim, tratando-se de línguas naturais. Este seu trabalho tem por objetivo “o estudo da produção de uma forma de língua imaginária, ou melhor, de duas, mas que estão materialmente ligadas: o tupi-jesuítico e o português-brasileiro. Na perspectiva do que se tem chamado apagamento da cultura indígena da identidade nacional – pelo cientista, pelo missionário, pelo indigenista – é que vamos tratar dessa questão.” (ORLANDI, 1988:28). Adiante, observando a tradição dos estudos no Brasil, afirma:

105 ORLANDI, Eni P. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: Política lingüístico-cultural na América Latina. Campinas, SP: Pontes, 1988, p, 27-40.

Aí se observa que o que restou do contato do tupi com o português são meras listas de palavras. Nega-se uma influência de fato do tupi sobre o português. Ou melhor, nega-se a historicidade, primeiramente para o próprio tupi e, depois, para a evolução do contato. Nesse processo de “aculturação”, não se reconhece a evolução histórica das identidades.

É como se o período de contato dessas duas línguas fosse algo fugaz e passageiro, tão passageiro que as marcas desse contato, com o passar do tempo, tenderiam a desaparecer, cristalizando-se em forma de listas de termos exóticos (que passaram a fazer parte do folclore), oriundos de um povo que um dia existiu (?) aqui, mas que não deixou legado. Primitivo aqui significa “passado” e de “baixa qualidade”. (ORLANDI, 1988:36)

Gonçalves Dias¹⁰⁶, em carta de 1857, ao Dr. Pedro Nunes Leal, também se manifesta a respeito das questões polêmicas, referentes ao português do Brasil.

119

Gonçalves Dias defende o enriquecimento do léxico e de outras maneiras de dizer, que a língua portuguesa vem adquirindo no Brasil, em virtude de sua adaptação à nova cultura, a novas gentes, à nova geografia, ao novo clima.

Trata-se mesmo de um senso de maioria do português do Brasil frente ao português europeu, no sentido de uma libertação dos estímulos moldes portugueses.

Sua pergunta retórica inclui sua visão sobre o assunto:

Os 8 ou 9 milhões de brasileiros terão o direito de aumentar e enriquecer a língua portuguesa e de acomodá-la às suas necessidades como os 4 milhões de habitantes que povoam Portugal ? Pois se queremos introduzir qualquer indústria no

106 DIAS, Gonçalves. Poesia completa e prosa escolhida. Rio de Janeiro: José Aguilar Ltda., 1959, p.836-826

Brasil, havemos de esperar que daqui nos batizem as mil ideias que ela suscita ?

A pergunta já em si envolve a resposta: mas porque lhe podem dar mais latitude que a justa, lá vai a minha profissão de fé.

O conhecimento da própria língua é sem dúvida de uma grande vantagem: escrevê-la bem, qualquer que ela seja, só é dado aos grandes engenhos. (GONÇALVES DIAS, 1959:823)

Nesse aspecto, podemos perceber a filiação do pensamento de Gonçalves Dias a uma formação discursiva , isto é, aos textos que remetem a uma mesma formação ideológica: o português do Brasil (em termos de hoje) é apenas uma variante do português de Portugal , garantindo-se, portanto, na essência, a valorização da civilização europeia na formação cultural brasileira.

120 Seguindo em sua “profissão de fé”, Gonçalves Dias (DIAS, 1959:823), afinado com José de Alencar, valoriza o estilo do escritor, como resultado de seu incansável trabalho com as formas da língua:

Convençam-se, pois, aqueles que aspiram à imortalidade das letras, que não há obra alguma, que se recomende à imaginação sem o estilo.

E isso sempre foi, e é, e há de ser por séculos dos séculos, porque a língua é a parte material, mas indispensável das concepções do espírito. E assim como o operário não fará nem uma obra perfeita, se não tem os instrumentos ou se mal sabe manejar os que possui, o escritor não atingirá nunca o belo da forma, se não tiver preparado de antemão com o estudo e com o exercício da mais rebelde, do mais intratável de todos os instrumentos – a língua.

Enfatizando a necessidade do estudo constante da língua, assim se expressa:

Longe de me opor a semelhante estudo, sou de opinião que se atenda mais e que os literatos se dediquem mais profundamente aos bons autores, gregos e latinos, como complemento da língua pátria: – sou de opinião que o Governo do Brasil, seguindo os princípios da nossa Constituição, tão liberal em matérias de ensino, devia mandar reimprimir e vender pelo custo da impressão os bons autores portugueses – pô-los ao alcance de todos, espalhá-los por todos os recantos do Império, de modo que Vieira, Fernão Mendes e o Padre Godinho e outros fossem por esses centros substituir os exemplares surrados e puídos de Carlos Magno.

(GONÇALVES DIAS, 1959: 824)

Mais uma vez, somos alertados para a relação que este discurso mantém com outros de nossa tradição cultural, presentes e, de certa forma atuantes, ainda hoje no ensino de língua escrita em nossa escola: a necessidade da leitura de “bons” autores como modelos de texto a serem apreendidos por nossos alunos. Aqui já começa a se delinear um outro sentido de grande influência no imaginário brasileiro: a dificuldade que o aprendizado da língua portuguesa nos impõe. Isto porque, entre outras causas, a nossa Escola ainda não conseguiu resolver, de modo abrangente, a questão da nítida separação, existente no Brasil, entre a língua escrita e a língua falada, resultante da imensa distância entre educação e natureza ou, dito de outra forma: o Brasil não resolveu a falta de democracia no acesso aos bens culturais.

121

No século XIX, a questão linguística, como sabemos, possuía outros recortes, já que predominava a luta pelo reconhecimento de um Brasil independente, resultante de uma cultura enriquecida e diferenciada da de Portugal pela influência indígena e africana, com a respectiva repercussão na vida brasileira e na língua portuguesa para aqui transplantada. Sempre é bom lembrar que essa in-

fluência indígena e africana era valorizada e arguida, notadamente, quando era de interesse sublinhar a diferença com Portugal.

A este respeito , Gonçalves Dias é bastante claro:

Bom ou mau grado, a língua tupi lançou profundíssimas raízes no português que falamos e nós não podemos, nem devemos atirá-las para um canto a pretexto de que a outros parecem bárbaras e mal soantes. Contra isso protestaria a nossa Flora, a nossa Zoologia, a nossa Topografia. Clássico ou não clássico – Pernambuco é Pernambuco, cajá, paca e outros semelhantes, não têm outro nome. Se isto desagrada a Portugal, é grande pena, mas não tem remédio.

.....
Independente da Botânica, Geografia e Zoologia (o que todavia já não é mau contingente) temos uma imensa quantidade de termos indígenas ou sejam africanos, que até nos dicionários se introduziram, mas que na maior parte só aparecem na conversação – nomes de comidas, termos de pesca, de lavoura etc., que não são clássicos, mas indispensáveis. (GONÇALVES DIAS, 1959:825).

122

Outro ponto relevante no discurso de Gonçalves Dias é a sua sensibilidade em relação às diferenças diatópicas no português do Brasil. Há um reconhecimento, em tese, da existência de variantes regionais:

Acontece também que em distâncias tão consideráveis como são as do Brasil, o teor da vida muda: e os homens que adotam esta ou aquela maneira de viver formaram uma linguagem própria sua, mas expressiva e variada.

Os vaqueiros, os mineiros, os pescadores, os homens da navegação fluvial estão neste caso. Pois o romance brasileiro não há de poder desenhar nenhum destes tipos, porque lhe faltam os termos próprios no português clássico ?

Pelo contrário, escrevam tudo, que tudo é bom – e quando vier outro Moraes tudo isso ficará clássico. (DIAS, 1959:825-826)

Gonçalves Dias, tanto quanto José de Alencar, Silvio Romero e José Veríssimo, procurou destacar a força do povo em matéria de uso da língua e de suas modificações ao longo do tempo e do espaço, só que, como todos de sua época, não conseguiu definir, com clareza, a amplitude do conceito de povo. Povo, no caso, parece servir de abonação, quando se apresenta como sinônimo de brasileiros, em contraposição a portugueses. Com esta defesa de uma liberdade de uso da língua, nossos autores, colocando-se no lugar de autoridade, como representantes intelectuais da nova pátria, levaram em frente a luta pela emancipação político-literária do Brasil. O objetivo era mais de enfrentamento com Portugal, do que mesmo de valorização de uma fala popular que pudesse, de alguma forma, ser a semente de uma proposta de língua brasileira, totalmente desvinculada da portuguesa. Mesmo a percepção do português diferenciado não conduziu à visualização da realidade do homem brasileiro.

123

O trecho, que passamos a transcrever, poderia ser creditado a qualquer outro dos literatos e intelectuais citados, tal a recorrência da ideologia presente:

Vês tu o nosso Macedo ? o seu merecimento não é ser clássico, mas ser brasileiro: e ele não seria tão estimado, tão popular, se andasse alambicando frases, que os poucos conhecedores da língua mal compreenderiam a sopro de dicionário. O que o simples bom senso diz é que se não repreenda de leve num povo o que geralmente agrada a todos. Nem se diga que o nosso ouvido é pouco musical, e a prova é que não há brasileiro, nem mesmo surdo, que tolere a rima de mãe com também, como aqui fazem rimadores, ou que admitisse um também impossível, como a gente culta de Lisboa.(GONÇALVES DIAS,

1959:826)

124 A carta de Gonçalves Dias termina por um resumo didático de suas principais ideias desenvolvidas ao longo de todo o texto. O resumo condensa algumas linhas de raciocínio que vemos plenamente influentes em nossa tradição filológico-gramatical, bem como na de ensino. Assim é que Gonçalves Dias prevê as modificações que a língua portuguesa sofrerá no Brasil, mas que a “gramática” e o “gênio” da língua serão respeitados (não estaria aqui já a noção de variante e também a de unidade na diversidade ?); conclama ao estudo dos clássicos como preservação da herança cultural (também podemos ver, nesta ideia, uma antecipação do movimento de preservação da lusofonia); e, por fim, aponta o natural enriquecimento do léxico , em função das necessidades e das novas criações culturais, em sentido bem amplo. Também deseja estabelecer um marco definitivo, uma fronteira de delimite os espaços culturais entre Portugal e Brasil, sem, contudo, criar impedimentos à livre circulação de ideias entre as duas nações: “e que enfim o que é brasileiro é brasileiro, e que cuia virá a ser tão clássico como porcelana ,ainda que a não achem tão bonita.” (GONÇALVES DIAS,1959:826).

Joaquim Norberto Sousa Silva, um dos primeiros historiadores de nossa literatura¹⁰⁷, como um homem de letras de sua época, também se pronunciou sobre a língua do Brasil. Segundo Roberto Acízelo de Souza (SOUZA,1999:11), Joaquim Norberto, um dos intelectuais da primeira geração romântica, publicou uma obra heterogênea e que permanece dispersa em periódicos, intro-

107 4 Ler SOUZA, Roberto Acízelo de. Identidade nacional e história da literatura: a contribuição de Joaquim Norberto. In: JOBIM, José Luís. (org.) Literatura e identidades. Rio de Janeiro: J.L.J.S.Fonseca, 1999, p.9-23

duções e notas a edições de poetas. Além dos trabalhos referentes à história da literatura (alguns concluídos, outros não), Joaquim Norberto publicou na revista *O Guanabara* (1855) o ensaio “A língua brasileira”¹⁰⁸. Neste ensaio, o discurso se filia a um tom declamatório, pleno de remissões a argumentos da época, tais como a influência do clima, da geografia, da flora e dos costumes nas modificações da língua portuguesa, e na caracterização de uma literatura nacional, concebida reflexo da paisagem física e social do Brasil.

Em sua frágil argumentação nacionalista, confunde-se ao tentar nomear nossa literatura:

Já alguém nos lançou em rosto, que não temos literatura nacional, porque não temos língua; ficou porém provado a toda a luz que a literatura de povo é a voz de sua inteligência, e que a influência do nosso clima, da configuração do nosso terreno, da fisionomia de nossos vegetais, do aspecto da natureza do nosso país, ou risonha ou selvagem, de nossos usos e costumes, tudo tão [sic] dissimilhante de Portugal, devia resultar numa tal ou qual modificação nessa literatura, embora portuguesa mas produzida por brasileiros: e consentisse então que a essa modificação se chamasse sem impropriedade alguma literatura brasileira. (SILVA,1855:99)

125

Compreendemos o esforço dele para marcar a origem e a naturalização da literatura escrita por brasileiros, embora não estivesse conseguindo especificar, teoricamente, o caráter nacional

108 A cópia deste ensaio nos foi gentilmente cedida por Roberto Acízelo de Souza. SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. A língua brasileira. *O Guanabara*; revista mensal artística, científica e literária publicada por uma associação de literatos e dirigida por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, Manuel de Araújo Porto Alegre, Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Empresa Tip. Dous de Dezembro, de Paula Brito, 3: 99-104, 1855

brasileiro desta literatura. Estende à língua seu propósito de nomear a literatura como brasileira, pois :

O que se tem dado com a literatura é o que ainda se não deu com a língua, porque ainda ninguém se lembrou que não é ela perfeitamente a língua portuguesa, e que estando no mesmo caso que a nossa literatura, erro é chamá-la ainda portuguesa. (SILVA,1855:99).

Norberto, em situação semelhante a muitos de seus contemporâneos, consegue intuir o português diferenciado do Brasil, sem contudo, poder manejar princípios linguísticos em favor da suposta língua brasileira: “quando disser língua portuguesa, entenderão por tal o idioma de que se usa na velha metrópole, e quando disser língua brasileira, tomarão por tal a que falamos, que é quase aquela mesma, mas com muitas mudanças”. [O grifo é nosso]. (SILVA,1855:99).

126

Assim, a língua brasileira, “ quase aquela mesma portuguesa” fica bastante indefinida, num cenário em que se procuram construir identidades, em processo, quase sempre, ambivalente.

Prosseguindo em seu ensaio, de caráter emotivo-nacionalista, Joaquim Norberto assim se pronuncia:

Ora, não há dúvida que nós trazemos no peito a cruz de Afonso Henriques, e temos nos lábios a língua de Camões, como tão poeticamente disse o meu Porto Alegre, e que bem traduzido e em termos de prosa quer dizer que somos cristãos e falamos português. Porém será essa língua tal e qual a que se usa na antiga mãe pátria ? Tenho uma tal ou qual tentaçãozinha de responder: qualquer resposta, porém, da minha parte poderá ser averbada de suspeita, e pois serão dous portugueses os que far-me-hão esse favor, deixando aqui estampado o sentido de suas palavras (...) (SILVA, 1855:101)

Como acabamos de notar, nosso autor não esconde (ou a traição da linguagem o obriga a declarar) que sua interpretação personalíssima, sobre a natureza da língua do Brasil, poderia parecer tendenciosa, já que concede ser sua resposta “averbada de suspeita” – como se a caracterização de uma língua, em determinado território, pudesse ser feita por critérios outros que não os estritamente linguísticos. E, acrescenta-se que, para referendar sua visão de que a língua no Brasil vinha sofrendo modificações, procurou a abonação de um português:

O Sr. José Silvestre Ribeiro diz que não se pode deixar de fazer sentir a diferença que o clima, o caráter dos povos, e outras muitas circunstâncias devem ter produzido sobre o idioma português no Brasil. Que é incontestável que a língua portuguesa tem continuado a ser comum aos habitantes dos dous mundos, como permanecendo essencialmente; mas que também se não pode duvidar de que transportada ao Brasil, modificou algum tanto a sua índole, por efeito da poderosa influência do clima, do caráter dos naturais, da mistura das raças, etc., etc. Que além dessa diferença, que abrange a generalidade do idioma, há também a considerar a introdução de um grande número de vocábulos e costumes dos indígenas ou mesmo dos colonos do ultramar, que sucessivamente foram passando ao Brasil. (SILVA,1855:101).

127

Joaquim Norberto demonstrou acompanhar o debate de sua época, citando o Visconde de Cayru que, em defesa de Santa Rita Durão, criticado pelos portugueses em relação ao excesso de vogais dos nomes brasileiros, assim reagiu:

Por isso, e não por outra cousa, saiu o Visconde Cayru em defesa do nosso poeta ! Que maganão; tocava-lhe por casa! Em Portugal, disse ele, não foi aceita a obra por se cantar um

país rude e conter nomes e frutos de mato virgem. A língua portuguesa tem taful e paul: e a língua brasileira não terá Paraguaçu, tatu ? Em Portugal não arranham aos ouvidos os termos bolotas, medronhos e alfarrobas: e no Brasil darão arrepio os de mangarás e batatas? (SILVA,1855: 102)

128 Como se pode observar, os termos da defesa de Cayru, referendados por Joaquim Norberto, são ingênuos, ou , pensados sob outro aspecto, finamente irônicos, com o objetivo de realçar a diferença cultural entre Brasil e Portugal, a partir da diferenciação lexicalex, demonstrando, contudo, que a língua, na imotivação de seus signos, apresenta, igualmente, palavras consideradas estranhas nas duas nações. Nessas intervenções sobressai o gosto da polêmica em torno de alguns pontos-chave que permitem a efetivação do debate, “ela [a polêmica] supõe um contrato entre os adversários e, com ele, a ideia de que existe um código transcendente, reconhecido pelos membros do campo (os protagonistas do debate com o público), o que permite decidir entre o justo e o injusto. (MAIN-GUENEAU, 1989: 125).

Um desses pontos-chave , que já prenuncia um interminável debate entre Brasil e Portugal, (envolvendo ainda hoje, também os países africanos de língua portuguesa) é a questão ortográfica, preocupação manifesta por Joaquim Norberto, ao fazer o seguinte comentário:

Sinto porém cá dentro n’alma que o Sr. Coruja não escrevesse em vez de uma Ortografia portuguesa, uma que por aí corre, Ortografia brasileira; assim, por exemplo, em vez de nos ensinar a escrever cousa, doudo, ouro, thesouro, nos diria que no Brasil se pronuncia coisa, doido, oiro, thesoiro; e assim escreveram Basílio da Gama, e outros poetas brasileiros. (SILVA,1855:103)

Ao concluir seu ensaio, Joaquim Norberto pretendeu ter demonstrado, através de diferenças no plano lexical, a existência de uma língua brasileira, assim batizada pelo Visconde de Cayru (mesmo referendando que “temos no peito a cruz de Afonso Henriques, e temos nos lábios a língua de Camões”):

Como fica demonstrado por mim, com a ajuda de tanta gente boa, claro é que temos uma língua e uma língua brasileira, e já como tal batizada pelo nosso sábio Visconde de Cayru , quando se viu na necessidade de fazer sentir a sua distinção, por causa dos vocábulos que são peculiares a cada um dos dous povos do velho e novo mundo. (SILVA,1855:102).

Continuaremos tentando encontrar aproximações e desvios de sentido, nestes textos do século XIX, sobre a natureza da língua do Brasil e sua ligação com uma construção do nacional, sabendo que nos confrontamos com um jogo de espelhos, por vezes , intrincado e contraditório.

129

Em 1888, Sílvio Romero afirma ser incontestável que a língua portuguesa tem passado por inúmeras alterações e tem recebido alguns acréscimos no Brasil, mas reconhece a dificuldade de se precisar como esses fenômenos têm ocorrido, devido ao escasso material de que se dispunha sobre o assunto, naquele momento.

Segundo sua visão:¹⁰⁹

Nossa literatura é ainda muito pobre sobre o assunto, e quando começamos, há alguns anos a tomar notas para este capítulo, tudo o que encontramos publicado reduzia-se ao se-

109 ROMERO, Sílvio. Transformações da língua portuguesa na América. In: Estudos sobre a poesia popular do Brasil. Rio de Janeiro: Laemmert, 1888, p. 308-339. Apud PINTO, Edith P. O português do Brasil: textos críticos e teóricos. São Paulo: Editora da USP, 1978, v. 1 1820/1920, p.288

guinte: poucas palavras de Varnhagen na introdução do *Florilégio da Poesia Brasileira* (1850), reproduzidas depois no *Curso de Literatura* do Dr. Melo Morais pai (1855); a *Coleção de vocábulos e frases da Província do Rio Grande do Sul*, por A. A. Pereira Coruja, na *Revista do Instituto Histórico* (1852); ligeiríssimas notas de Celso Magalhães nos artigos sobre a poesia popular brasileira, no *Trabalho* (1873); algumas ponderações na *Região e raças selvagens do Brasil*, pelo Dr. Couto de Magalhães (1874), reproduzidas no *Selvagem* (1876) e mais tarde no *Parnaso português moderno* de Teófilo Braga (1877) e no *Lirismo Brasileiro* de J. Antônio de Freitas no mesmo ano; as observações de José de Alencar nos artigos *o Nosso Cancioneiro* (1874) e em notas à 2ª edição de *Iracema* na mesma data, ao que nos parece, e finalmente um ou dois trechos nos *Ensaio de Ciência* de Batista Caetano (1876). Nos últimos dois anos, porém, este ponto há despertado a atenção e apareceram trabalhos que mais ou menos diretamente ferem o assunto. Tais são: duas brochuras sobre o Idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil por um anônimo; vários artigos dos Srs. Macedo Soares, Batista Caetano, Beaurepaire Rohan, Pacheco Júnior, Manuel de Melo e outros na *Revista Brasileira*.

É com este material e mais algumas notas esparsas dos autores citados, bem como algumas observações pessoais, que Silvio Romero pretende discutir o assunto da língua portuguesa do Brasil, alertando, desde logo, para o “vício de encarar esta questão por uma face subjetiva e partidária de censuras ou defesas incabidas.” (ROMERO, apud PINTO, 1978: 290).

Justifica-se, argumentando:¹¹⁰

110 ROMERO, Sílvio. Transformações da língua portuguesa na América. In: *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1888, p. 308-339. Apud PINTO, Edith P. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. São Paulo: Editora da USP, 1978, v. 1 1820/1920, p.290

É assim que Alencar inflamava-se e dizia ser o genuíno português o falado no Brasil; é assim que o autor das duas brochuras que citamos declara também que nós conservamos a pureza da língua deturpada em Portugal; que, por outro lado, a alguns portugueses proclamam que os brasileiros escrevem horrores contra a gramática, no que são acompanhados pela imensa coorte de todos aqueles que se julgam puristas, só porque vivem a arrotar que o são! ... A questão não é de ouro de lei ou de ouro francês: não somos alquimistas, não procuramos a pedra filosofal, nem discutimos sobre a quadratura do círculo! A questão é de fatos a coligir e a comprovar: é um problema de crítica, de linguística e etnografia e não de chicana, queremos dizer de retórica mesquinha... Não há uma língua mais correta que outra: porque não há uma língua típica, e no seu próprio desenvolvimento um mesmo idioma pode ser mais ou menos opulento; porém nunca mais correto. Não se trata, pois, de elogiar ou vituperar a linguagem de Portugal ou a do Brasil. De resto um povo fala e traja como quer e os pedantes da língua se parecem com os pilantras da moda. 131

Para dar um encaminhamento a seu raciocínio, Silvio Romero faz várias perguntas sobre a língua portuguesa do Brasil, desejando conduzir o assunto para os seguintes enfoques: saber se o “português-brasileiro”, que ele também chama de “lusó-america-no” é um dialeto; se existem dialetos nas diversas províncias; se no Brasil produziram-se alterações lexicológicas; se podemos identificar termos de origem tupi e de origem africana; se existem termos formados mais recentemente pelo mestiço; se houve modificações fonéticas e sintáticas.

Com o objetivo de esclarecer as questões que levanta, Silvio Romero tem o cuidado de alertar para os limites que o atual estado das pesquisas de seu tempo impõe, e que, portanto, suas soluções serão aceitáveis si et in quantum.

A questão do dialeto ¹¹¹

O vocábulo dialeto é tomado em três acepções bem distintas: como sinônimo impróprio de língua e idioma em geral; como forma inferior de uma língua e como uma subdivisão de um idioma, correspondendo a uma subdivisão de um povo.

No primeiro caso, é evidente que se não pode dizer que possuímos um dialeto brasileiro distinto do dialeto português: porquanto a língua é uma só no Brasil e em Portugal: temos um dialeto comum. No segundo caso, o termo é tomado em sentido impróprio, que não está na mente de todos, quando falam num dialeto brasileiro, e não devemos aceitar semelhante interpretação, que não assenta ao nosso falar, que não é uma deturpação.

Na última hipótese, que é a verdadeira, se não temos já um dialeto completamente acentuado, marchamos para tê-lo. Os brasileiros constituem uma subdivisão, bem distinta, na família lusitana ; são uma nacionalidade nova, a que juntaram-se outros elementos que não existiam na velha metrópole, e vão formando um povo que se não pode mais confundir com o povo português.

132

Com base nas teorias linguísticas de sua época, Silvio Romero discute a situação da língua portuguesa do Brasil (também chamada de dialeto luso-americano), justificando plenamente sua concepção de que o português no Brasil constitui uma subdivisão de um idioma, correspondente à subdivisão de um povo. Assim, dialeto, neste sentido, caracteriza-se como uma (diríamos hoje) variante da mesma língua portuguesa : “é evidente que se não pode dizer que possuímos um dialeto brasileiro distinto do dialeto

111 ROMERO, Sílvio. Transformações da língua portuguesa na América. In: Estudos sobre a poesia popular do Brasil. Rio de Janeiro: Laemmert, 1888, p. 308-339. Apud PINTO, Edith P. O português do Brasil: textos críticos e teóricos. São Paulo: Editora da USP, 1978, v. 1 1820/1920, p.291

português: porquanto a língua é uma só no Brasil e em Portugal: temos um dialeto comum.”(PINTO,1978:291). Aqui, emprega-se o termo como sinônimo de língua. Talvez seja lícito percebermos, no pensamento de Silvio Romero, uma semente, ainda que bastante nebulosa, da concepção que os estudiosos do idioma no século XX desenvolvem como lusofonia. Há, em suas observações, a nítida ideia de que a língua portuguesa no Brasil adquiriu aspectos muito peculiares que a distinguem da europeia, sem contudo caracterizar-se uma nova língua. A seguinte passagem parece confirmar nossa afirmativa: “os brasileiros constituem uma subdivisão, bem distinta, na família lusitana ; são uma nacionalidade nova, a que juntaram-se outros elementos que não existiam na velha metrópole (...)” (PINTO,1978:291). Falar-se em “família lusitana” implica a percepção de uma herança cultural comum que, todavia, não impede as transformações da língua, ocorridas sob outras determinações geográficas e sócio-históricas.

133

Não nos esqueçamos de levar em consideração os limites da pesquisa linguística em 1888 (data do texto de Romero), tornando o emprego dos termos – “dialeto”, “dialeto luso-brasileiro”, “português-brasileiro” – pouco precisos e, portanto, de certa forma contraditórios. Observemos o seguinte trecho:¹¹²

À língua portuguesa na América juntaram-se elementos tais, aos colonizadores uniram-se raças tão outras, tão distintas, que os nossos brasileirismos podem ser considerados, por assim dizer, os protoplasmas de um futuro dialeto, porque eles tendem a acentuar-se e multiplicar-se cada vez mais, ao ponto de modificarem a fisionomia geral da língua. Se, pois, é um exagero afirmar em absoluto que o luso-brasileiro é desde já um dialeto determinado, não o é menos negar que temos os elementos dessa transformação necessária e indispensável, quando não para outra cousa, ao menos para coibir a monomania de

ridículo purismo de que se acham afetados certos pretensiosos do Rio de Janeiro.

A asserção de que o português da América acabará por constituir-se em um “futuro dialeto” marca a imprecisão a que nos referimos, já que, no mesmo artigo, afirmava-se a unidade de língua relativamente a Portugal e ao Brasil: “ a língua é uma só no Brasil e em Portugal: temos um dialeto comum.”

134 Na verdade, o que parece ressaltar em Silvio Romero é sua concepção de que o português europeu e o brasileiro são uma única língua, com as características peculiares da cultura em que se inserem, podendo gerar cada qual grandes diferenças em seus mecanismos de expressão, sem que com isso passem a constituir línguas diferentes, como o que sucede com o português e o espanhol, por exemplo. Neste aspecto, notamos uma diferença em relação ao pensamento de José de Alencar, muito mais ambíguo em termos de caracterização do português do Brasil. Reafirmamos nossa ideia de que em Alencar não se deve procurar o rigor de conceitos linguísticos, mas o artesão da imaginação nacional. Destacamos sua perspectiva do abasileiramento do “instrumento das ideias”, isto é, a idealização da língua como meio de constituição de nova forma de observar, descrever e viver uma outra visão de mundo, sempre como a necessária afirmação política da nacionalidade brasileira, em contraposição a Portugal. Alencar buscou, sobretudo, a independência estética e linguística do escritor brasileiro – talvez, principalmente, a sua própria liberdade estilística, já que tomou a si a responsabilidade pela construção do nosso imaginário nacional, através de seus romances de fundação, e da representação de uma identidade linguística para o Brasil recém-independente.

Percebe-se, também, apesar dos anos que separam os textos de Alencar dos de Silvio Romero, um intertexto ativo, qual seja, o da luta de intelectuais e escritores brasileiros contra o que

se convencionou chamar de purismo linguístico, representação da subserviência dos brasileiros à norma portuguesa. Neste ponto, destacamos uma formação discursiva característica desta segunda metade do século XIX : o entrelaçamento da questão linguística com a ideia de nação livre a ser construída pelos brasileiros, presente, mesmo que com sutilezas de diferenciação, nos textos de Alencar, Joaquim Norberto, Silvio Romero José Veríssimo, Machado de Assis, Gonçalves Dias, permitindo-nos vislumbrar os traço de um diálogo que, ao longo de décadas, construiu o imaginário de nossa identidade linguística e literária.

Silvio Romero, além da discussão sobre o conceito e a consequente denominação da língua portuguesa do Brasil, se faz algumas perguntas de caráter bastante objetivo, a que procura responder ao longo de seu texto. Vejamos as questões propostas:¹¹³

O português-brasileiro, o luso-americano, é já um dialeto ? temos dialetos nas diversas províncias? se produzimos na língua alterações lexicológicas, que termos nos vieram do tupi? quais os dos idiomas africanos ? quais os de formação mais recente e produzidos pelo mestiço? Além de modificações lexicológicas, não as haverá fonéticas? não as haverá sintáticas ?

135

O estudo de Silvio Romero, após a discussão sobre o estatuto de português-brasileiro (o luso-americano, o luso-brasileiro), concentra-se nos demais aspectos que foram arrolados. Afirma a impossibilidade de fornecer uma lista completa (embora apresente alguns exemplos) com todos os substantivos indígenas incorporados ao português nas áreas da flora, da fauna, dos minerais, dos acidentes geográficos, bem como dos vários termos referentes a usos, costumes e instrumentos da cultura indígena que se prolongam na vida brasileira. Faz alusão a verbos formados de raízes

do tupi, indicando trabalho feito por Couto de Magalhães. Fornece uma lista de substantivos, tais como: tabatinga (barro branco), jacá (pequeno cesto), jirau (armação de varas), samburá (cestinho), pipoca (milho estalado) etc. etc. Procedeu de igual modo, fornecendo uma lista de nomes de origem africana: batuque(dança), cafuné (estalo doce na cabeça), senzala (casa de negro), mandinga (feitiçaria) etc. etc. Na mesma linha de trabalho, apresenta uma coleção de palavras de formação mestiça (algumas de raiz africana, outras de raiz tupi), outras de origem castelhana e, ainda outras, de origem portuguesa, desviadas de seu sentido primitivo. Por este brevíssimo exemplo de listas de palavras, verificamos o acerto da observação, já referida, de Eni Orlandi sobre a prática de silenciamento da influência da língua tupi sobre o português, reduzindo a produtividade linguística desse contato a meras listas de palavras.

136 Sílvia Romero procede a um levantamento de questões fonéticas, destacando as alterações sofridas pelo português no solo brasileiro, a partir do trabalho do “Sr. Paranhos sobre a pronúncia da língua portuguesa falada na Europa e a falada na América.” A divulgação desta pesquisa sobre a fonética tem o mérito de apresentar uma descrição das características da fala brasileira em contraste com a portuguesa. Não existe, no estudo em questão, interesse de se justificarem os usos brasileiros com base no português europeu de nenhuma diacronia. Faz-se mesmo, de acordo com os instrumentos de análise da época, uma descrição da pronúncia e das realizações fonéticas que se vão tornando comuns no português do Brasil. Vejamos alguns poucos exemplos:¹¹⁴

É no Brasil desconhecido o chamado e pequeno de valor de apóstrofo e que reduz alguns monossílabos portugueses a uma consoante, que vem compor com alguma que se segue um som esquisito como d'd , n'n , t't, s's. No Brasil me, te, se, lhe

114 ROMERO, Sílvia. Op.cit. p. 300-302.

etc., ou se pronunciam assim, dando ao e o som de i ; em Portugal soam como: m', t', lh'. A pronúncia deste apóstrofo produz insuportáveis consoantes compostas, como em pr'tensão, pr'stação.

.....
 No falar do Brasil o está para o em Portugal, quase como o nosso e está para o homônimo de lá. Se os portugueses excluem ô fechado da sílaba não prosodicamente acentuada, nós outros excluímos dela, o aberto, fechando-o, se passa de um vocábulo para seu derivado.

Assim de modo, dolo, mole, passa para môdal, dôlôso, môleirão. Se já é fechado no vocábulo, conserva-se assim mesmo no derivado, e não é trocado por u como na fala de Portugal: assim, de fôrça, tôrpe, côr, formamos fôrçoso, tôrpeza, côrado, e não furçoso, turpeza, curado.

Merece ressaltar, destas observações de caráter fonético, a afirmação das realizações dos vocábulos no Brasil, em simetria com os usos em Portugal, sem terem sido apresentadas como brasileirismos, termo que retém o sema de infração, de desvio, ou deturpação de um padrão considerado superior.

137

Passa, em seguida, a aspectos da morfologia e da sintaxe, especificando que ainda não existem observações amplas sobre o assunto.

Cita, no entanto, Alencar em seus pós-escritos e Manuel de Melo que aborda a questão também do ponto de vista da língua espanhola:¹¹⁵

Os espanhóis em comum com os portugueses reclamam a respeito da correção de linguagem uma espécie de privilégio exclusivo que eu não sei se se lhes deve conceder. Porque não hão de frações de uma raça que vivem debaixo de um regime

115 ROMERO, Silvio. Op.cit. p. 305, citando MELO, Manuel de.

diferente, de um céu diferente, com uma organização diversa, modificar gradualmente a sua língua, até tornarem-na algum tanto distinta da de seus maiores, uma vez que respeitem as regras essenciais da gramática e da etimologia ? Que importa a estas regras que certos pronomes sejam propostos ou antepostos aos verbos ? que a negativa seja duplicada para dar força à frase ? que o z e o ç sejam pronunciados como s ou ceceados ? Esta última diferença a que os castelhanos chamam vício, existe em Venezuela assim como em outras repúblicas da América do Sul; e eu confesso que me agrada mais ao ouvido o espanhol americano sem o ceceio, do que o espanhol europeu.

138 Como exemplos de fatos de sintaxe e de morfologia, existem, nos textos de Sílvio Romero, entre outras, referências a estudos de Paranhos e Silva, Capistrano de Abreu, Batista Caetano, o que nos mostra a efervescência do tema, compondo o que chamaríamos hoje de uma formação discursiva, isto é, conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades, definidos por sua relação com dada formação ideológica. No caso, a explicitação das regras (gramaticais e pragmáticas) de funcionamento do português do Brasil como afirmação de independência, em relação ao padrão de Portugal.

Voltemos ao texto em que Silvio Romero, comentando as diferenças sintáticas existentes entre o português de Portugal e o “lusobrasileiro”, abona uma exposição de Paranhos da Silva :¹¹⁶13

1º - Os possessivos meu, teu, seu etc. que no lusobrasileiro costumam preceder o objeto possuído, no idioma de Portugal são quase sempre substituídos pelo emprego do possuidor com a forma de dativo, sendo a coisa possuída precedida pelo artigo definido. Assim, enquanto nós dizemos ler meu livro, ir à tua casa, dizem em Portugal : ler-me o livro, ir-te à casa.

116 ROMERO, op.cit. p. 307-308

2º - Os pronomes me, te, se etc. são hoje no idioma falado em Portugal constantemente colocados depois dos verbos, enquanto que no Brasil colocam-se às vezes depois, mas quase sempre antes deles.

Estes exemplos de descrição do português do Brasil, escolhidos apenas como amostras, no meio de tantos outros, indicam, pelo interesse que despertavam, de forma inequívoca a forte relação entre a língua e a constituição de nossa nacionalidade, no século da independência política de Portugal.

Sílvio Romero procura colocar-se sob uma perspectiva objetiva em termos linguísticos, tentando libertar-se de um cunho subjetivo-nacionalista: “a língua não é hoje em Portugal a mesmíssima de 1500; não o é também no Brasil.” (PINTO, 1978: 316). Dessa forma, tenta estabelecer uma simetria de valor de uso do português no Brasil e em Portugal. Em outro momento, coerente com o pensamento que vem desenvolvendo, afirma:

139

Não sei porque as questões linguísticas são às vezes discutidas com a paixão das questões religiosas e políticas. É assim que de parte a parte, portugueses e brasileiros se têm maltratado, estudando este assunto. Entretanto, os fatos são simples e não reclamam doestos. A língua portuguesa, cuja origem, fosse qual fosse, não vem aqui a propósito indagar, era falada por um pequeno povo da Europa. No século XVI, descoberto o Brasil, passou ela com os colonos a este solo. A corrente bifurcou-se, portanto.

.....
Acresce que, não sendo as modificações feitas de acordo entre os dois países, o que seria por natureza impossível, o português do Brasil difere hoje muito do de Portugal. É isto um fato orgânico do desenvolvimento linguístico e não há aí motivo para mágoas ou zombarias. (PINTO, 1978: 315-316)

Sílvio Romero defende a ideia de um português diferenciado a que denomina de luso-americano – “o luso-americano não constitui ainda um dialeto acentuado do português europeu; mas contém elementos que o hão de tornar cada vez mais distinto deste” (PINTO, 1978: 316); percebe possíveis diferenças diatópicas do português no Brasil, especialmente ressaltando aspectos próprios da língua em São Paulo e no Pará e, também, comenta alterações de significados de algumas palavras portuguesas, no uso corrente do Brasil.

A vitalidade de todos estes textos e, evidentemente do assunto, indica tratar-se mais da preocupação com o estabelecimento da identidade nacional brasileira, a partir de seu vínculo com uma língua e uma literatura, do que mera disputa conceitual no campo da linguagem entre José Aguilar, filólogos, gramáticos ou eruditos.

140 José Veríssimo, em 1886, no capítulo Linguagem de seu livro *Cenas da vida amazônica*¹¹⁷, comentando a forte influência dos nativos do Brasil (e depois dos africanos) sobre os portugueses, assim se expressou:

É justamente este fenômeno que faz a nossa originalidade, se a temos, livrando-nos de ser uma simples colônia europeia, apenas politicamente emancipada, para formarmos com os elementos de lá recebidos e de cá aceitos, um povo que não é nem português, nem brasilo-guarani, nem tão pouco africano, pois que não é possível esquecer este importante fator na constituição da nossa nacionalidade. Demais, essa fusão aqui de todas as raças deu-nos, ou antes dar-nos-á no seu resultado total, uma homogeneidade que falta sem dúvida à grande república norte-americana, o que nos assegura um movimento social mais lento, é verdade, porém mais firme.

117 Apud PINTO, Edith P. O português do Brasil: textos críticos e teóricos. São Paulo: Editora da USP, 1978, v. 1 1820/1920, p.241

Este pequeno trecho pode confirmar-nos alguns pontos que vimos discutindo ao longo de nossa reflexão: apesar das restrições impostas pelo conceito de raça predominante no século XIX, alguns de nossos escritores e intelectuais buscaram apontar de modo positivo a miscigenação ocorrida no Brasil. Desde José de Alencar já se fala em “amálgama” de raças; no entanto, o discurso continua, por suas frestas, deixando vir à tona através da polifonia da linguagem (todo discurso está atravessado pelo discurso do outro) o não dito, que se enuncia : “ um povo que não é nem português, nem brasilo-guarani, nem tão pouco africano, pois que não é possível esquecer este importante fator na constituição da nossa nacionalidade.” [O grifo é nosso]. Realmente, é preciso explicar (sintaticamente através de oração explicativa), quase uma justificativa: apenas porque é impossível esquecer a presença africana na constituição da nacionalidade brasileira; senão, talvez isso nem devesse ser mencionado. A vontade de apagamento desta realidade, ou seja, o complexo instaurado pelas teorias raciais implicou, no século XIX, inúmeras contradições em nossos escritores românticos, notadamente em José de Alencar, bem como influenciou de forma decisiva os escritores realistas e naturalistas. Assim também, a não visibilidade de nosso povo implica, ainda hoje, sob novas condições sócio-históricas, a falta de uma política linguística de ensino que atenda às necessidades de estender, a todos os brasileiros, a língua portuguesa como língua de cultura e, não apenas como uma língua natural.

141

José Veríssimo, partícipe do cenário de afirmação do português do Brasil e da nova pátria emancipada, assim se refere a este assunto:

Em todo o Brasil o grande fato da evolução das línguas, atestado pela linguística, encontra plena comprovação na face que vai tomando a língua portuguesa. Nem podia, é certo, dei-

xar de ser assim, atenta a cooperação de novos elementos étnicos, novos costumes e necessidades. No mesmo Portugal, onde até agora os espíritos eram avessos à forma que está tomando aqui o português, forma que escarneciam e satirizavam, alguns escritores emancipados dos prejuízos nacionais e educados nos métodos da ciência moderna, conhecem e explicam esse fato naturalíssimo, compreendendo que as línguas estão sujeitas às evoluções fatais e tanto mais características quanto mais diferentes são os meios para que são transplantadas e onde servem de veículo ao novo pensamento de novas gentes.

142 Como pudemos ver, seu raciocínio e suas afirmações coincidem, em grande parte, com o ideário da época. Credita-se a transformação do português no Brasil à ação combinada de diferentes fatores étnicos, etnológicos e climáticos – enfim, ao povo que está construindo uma nova nação. Esse tem sido, portanto, o discurso que possibilita, pela linguagem, a construção de uma ideia nacional para o Brasil.

A concepção desta nova pátria excede os limites de tempo e espaço e, numa prospecção quase ufanista, afirma:¹¹⁸

Não julgo errado pensar que esta evolução não ficará somente aqui, porém se passará ao próprio Portugal. Assim como é atualmente enorme a superioridade material do Brasil sobre a antiga metrópole, tempo virá em que essa proeminência passará à ordem moral também, porque a nossa nacionalidade crescendo em número crescerá igualmente em importância política e civilização, e então não é impossível que a língua falada por cinquenta ou cem milhões de homens atue fortemente sobre a

118 VERÍSSIMO, José. Linguagem .In: Cenas da vida amazônica. Lisboa: Tavares Cardoso, 1886, Primeiro livro, cap. I, p. 27-38. Apud PINTO, Edith P. O português do Brasil: textos críticos e teóricos. São Paulo: Editora da USP, 1978, v. 1 1820/1920, p.244

língua falada por cinco, dez ou mesmo quinze milhões, pois que nada autoriza a acreditar em um maior aumento de população portuguesa.

Podemos perceber pontos de contato entre José Veríssimo e Alencar no que diz respeito à liberdade do escritor e à emancipação temática e de estilo da literatura brasileira, como reflexo da nova cultura que a constitui. Desse modo, o trabalho dos escritores aparece também valorizado, no sentido de que seria um fator de estabilização de um determinado padrão ‘culto’, capaz de diluir, segundo Veríssimo, “as invasões descabidas da língua popular”, tanto quanto

para Alencar a tarefa do escritor não é reduplicar a “mera rotina ou usança confiada à ignorância do vulgo”, mas trabalhar esteticamente a língua. São os bons escritores que “talham e pulem o grosseiro dialeto do vulgo, como o escultor cinzela o rudo troço de mármore e dele extrai o fino lavor”.¹¹⁹¹⁶

143

José Veríssimo desenvolve, com grande senso crítico, um conceito semelhante ao que, contemporaneamente, denominamos “norma culta”, tanto para a fala, como para a escrita:

Nada obsta, porém, que haja um tipo, um padrão geral, da boa linguagem portuguesa, obrigatório para todos os que se prezam de cultos, e principalmente para aqueles que a escrevem. (PINTO, 1978:411).

Prosseguindo em sua reflexão sobre a delicada relação entre o uso da língua portuguesa e os falantes brasileiros, assim se expressa:

Que devemos escrever como falam os cultos é uma regra que ninguém desconhecerá; mas nenhum homem culto, sob

pena de ser ridículo, fala com termos respigados nos dicionários e nos escritores que ninguém mais lê, senão com o exclusivo fim de catar neles vocábulos em desuso. (PINTO,1978:411).

José Veríssimo, demonstrando um despojamento da argumentação emocional, baseada no nacionalismo apenas contestatório, define uma posição de equilíbrio em face à situação da língua e da literatura no Brasil:

Portanto, a regra suprema, deduzida do estudo de fatos linguísticos e literários, é que a grande arte de escrever consiste, neste particular, em exprimir as nossas ideias segundo o caráter da língua no momento e com o vocabulário do uso não só popular mas erudito. (PINTO, 1978: 413).

144 Nesse aspecto, vale buscarmos uma aproximação desses conceitos de José Veríssimo com as ideias de Machado de Assis¹²⁰, expostas, em texto de 1873, numa visão menos emocional que a de alguns dos escritores e eruditos seus contemporâneos, sobre a função e a importância da literatura, em virtude da recente independência política do Brasil. Desta forma, reconhece, nos escritores nacionais, a presença de um “instinto de nacionalidade” que, paulatinamente, constituirá uma literatura verdadeiramente brasileira:

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro.

.....
Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosa-

120 ASSIS, Machado de. Instinto de nacionalidade. In: Crítica, Rio de Janeiro: Garnier, 1910, p.7,8

dores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem sete de Setembro nem campo de Ypiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo.

No mesmo texto (op.cit.:13-14), Machado de Assis, apresentando uma concepção objetiva do entrelaçamento entre a literatura e a nacionalidade, chama a atenção para o fato de que:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.

145

Em seu discurso, podemos perceber a valorização da vida americana no imaginário nacional brasileiro, mas já sem a obsessiva determinação do estabelecimento de um confronto com a literatura (leia-se também com língua) de Portugal; há, pois, um maduro entendimento de que o escritor brasileiro seja um homem enraizado no seu tempo e no seu espaço e que, desta perspectiva, deverá tratar os assuntos do Homem.

Em referência à língua portuguesa, Machado de Assis segue a mesma linha ideológica dos que defendem a unidade do português, destacando o uso culto e a figura do escritor como um depurador da linguagem (ASSIS,1910: 26):

Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de

afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade.

Mas se isto é um fato incontestável, e se é verdadeiro o princípio que dele se deduz, não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma. A influência popular tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande parte de influência a este respeito, depurando-lhe a razão.

Machado termina seu texto, conclamando a que se leiam os clássicos, não para servilmente imitá-los, mas quase como um
146 exercício de linguagem, uma espécie de espelho para forças latentes na língua, sempre capazes de gerar, da tradição, o novo. Também aqui captamos uma das formações discursivas de grande influência e prestígio no ensino de língua e literatura em nosso país: a valorização da leitura de autores consagrados pela crítica, como modelos de linguagem.

Vejamos o texto de Machado (op.cit.p.26-27):

Feitas as exceções devidas não se leem muito os clássicos no Brasil. Entre as exceções poderia eu citar até alguns escritores cuja opinião é diversa da minha neste ponto, mas que sabem perfeitamente os clássicos. Em geral, porém, não se leem, o que é um mal. Escrever como Azurara ou Fernão Mendes seria hoje um anacronismo insuportável. Cada tempo tem o seu estilo. Mas estudar-lhes as formas mais apuradas da linguagem, desentranhar deles mil riquezas, que, a força de velhas se fazem novas, - não me parece que se deva desprezar. Nem tudo

tinham os antigos, nem tudo têm os modernos; com os haveres de uns e outros é que enriquece o pecúlio comum.

O discurso, como efeito de sentido construído, de que a nação brasileira deverá ter seu perfil esboçado, principalmente, através da obra de seus escritores, confere à literatura e à língua lugares privilegiados, na interlocução que nossos literatos e eruditos efetivaram no oitocentos. Parece-nos, no entanto, que o grande empenho daquele momento foi conquistar para a literatura brasileira a liberdade de estilo e de temas, que configurariam a nova nação frente a Portugal, sem, contudo, desvinculá-la de uma herança cultural lusa. Mesmo as divergências de uso linguístico caracterizam-se, nessa formação discursiva, como “novas formas de dizer” e, não, como se poderia supor, uma língua distinta da portuguesa. Percebemos, embora a imprecisão destas vozes do século XIX, o fortalecimento de uma questão que se tornou recorrente em termos de discussão sociolinguística, no Brasil: a valorização do homem cultivado, que se utiliza da língua escrita, portanto, de uma língua de cultura, em detrimento daquele que se utiliza apenas da língua falada no país, - muito distante dos padrões ideais de escrita. Assim, também a identidade do brasileiro é deslocada para uma região fora do debate dos problemas sociais; esta região é aquela em que se constrói uma imagem do brasileiro distante da realidade que o circunda. (DIAS,1966). A literatura e a língua são chamadas a desempenhar o papel de divisor de águas entre o culto e o popular; mais do que isso, constituem uma forma elitizada de olhar o Brasil e de não conferir visibilidade a seu povo e a suas dificuldades de desenvolvimento sociocultural.

147

As palavras de José Veríssimo¹²¹ confirmam essa for-

121 VERÍSSIMO, José. Linguagem .In: Cenas da vida amazônica. Lisboa: Tavares Cardoso, 1886, Primeiro livro, cap. I, p. 27-38. Apud PINTO, Edith P. O português do Brasil: textos críticos e teóricos. São Paulo: Editora da USP, 1978, v. 1 1820/1920, p.245

mação ideológica:

A literatura – tome-se este termo na mais lata significação – a literatura nacional também contribuirá para assentar aqui a forma literária da feição nova (mas não diversa, entenda-se), que o português no Brasil reveste e servirá assim de barreira às invasões descabidas da língua popular. Os escritores brasileiros, emancipados duma vez da antiga e funesta imitação portuguesa, começam já, dirigidos alguns por bons métodos de crítica, a abandonar o culto pueril do purismo afetado daqueles que do outro lado do Atlântico, escondiam a pobreza do pensamento sob as roupagens folhudas de uma retórica imbecil – na boa aceção portuguesa desta palavra – para melhor inspirados deixarem-se influir pelo meio social cujos filhos são.

.....

148

Falar desde já numa língua brasileira, com uma prosódia ou uma sintaxe suas, é ir muito adiante dos fatos positivos que cada um pode verificar a todo momento. A tarefa dos que estudam esta ordem de fenômenos, não é avançar proposições indemonstráveis, nem formular hipóteses gratuitas, embora lisonjeiras a um patriotismo ridículo, mas verificar os fatos, estudar as diferentes influências que sobre eles atuam, classificá-los, averiguar as variações que sofrem, explicar o seu como para deduzir por fim as leis que os regem, tudo com o maior escrúpulo e com a máxima indiferença possível, sem cuidar absolutamente dos resultados.

A conclamação à “máxima indiferença possível, sem cuidar absolutamente dos resultados” reforça a ilusão de objetividade da linguagem e de que o sujeito e o sentido estariam livres das injunções ideológicas do grupo social. Veríssimo, no seu propósito de enfatizar que as profundas modificações da língua portuguesa no

Brasil não autorizam a ideia de que “ a nossa língua não é a mesma de Portugal” , se vale da autoridade de Whitney¹²² (importante linguista da época), para justificar a unidade do português:

malgrado todas essas variedades, a língua é uma : é uma porque se bem que os que a falam possam não se compreender em certos casos, outros há mais familiares e de interesse comum, sobre os quais podem trocar os seus pensamentos. Como o objeto direto da linguagem é a comunicação do pensamento, a possibilidade desta comunicação faz a unidade de uma língua.

José Veríssimo, no texto “Heresias linguísticas e literárias”, continua expandindo seus conceitos em relação à língua, literatura e nacionalidade numa linha de raciocínio que vem produzindo grande efeito na interdiscursividade ¹²³ de nossa tradição de estudos linguísticos e de ensino de língua. Para finalizar esta leitura de suas ideias e, sem deixar dúvidas sobre seu pensamento, este trecho é bastante significativo¹²⁴:

149

Não desconheço, antes verifico e proclamo, a importância da língua de um povo, que é o mesmo órgão do seu pensamento e do seu sentimento, seu meio de expressão oral e escrita. Num povo que se pretende culto e civilizado, como nós, esse meio, esse órgão, servindo ao conjunto de suas manifestações intelectuais que se chama literatura, cresce ainda de importância e não se admite que possa estar à mercê do falar vulgar dos

122 Whitney, *La vie du langage* , p. 130, Paris, 1880, citado por VERÍSSIMO, op.cit.p.246

123 Interdiscursividade: relação de um discurso com outros discursos.

124 VERÍSSIMO, op. cit.,p.256-257.

ignaros e iletrados, ou ainda ao bel-prazer dos sabidos e literatos.

Se um povo não compreende e não aceita espontaneamente esta verdade, se prática ou teoricamente põe em dúvida a importância da vernaculidade da sua própria língua, é que lhe falta alguma coisa do sentimento inato e inconsciente da sua nacionalidade, o qual é uma das suas razões de ser e da sua força. Não é extraordinário que povos novos, de deficiente e escasso sentimento nacional, não tenham pela sua língua, mais emprestada que própria, aquele amor e acatamento que só dá a consciência de ser ela própria uma obra sua.

150 Esta passagem reforça a ideia de que se vai, progressivamente, construindo um fosso de separação entre uma cultura “erudita” e uma “popular”; este movimento também pode caracterizar um processo de rejeição ao povo que, efetivamente, nos constitui como nação – e “ não se admite que possa [a literatura] estar à mercê do falar vulgar dos ignaros e iletrados, ou ainda ao bel-prazer dos sabidos e literatos”. O tom irônico coloca num mesmo patamar os “ignaros e iletrados”, bem como os “sabidos” e os “literatos”, ficando muito evidente uma crítica aos escritores que, em nome da liberdade de estilo, ou de uma nova realidade a ser expressa, insurgiam-se contra a rigidez dos moldes portugueses, dando-se a liberdade de buscar construir sua realidade com outros padrões linguísticos. Observemos a modalidade autoritária de uma fala que, assumindo o lugar de porta-voz do povo civilizado, proclama a importância da língua de um povo, como reflexo de seu pensamento e de seu sentimento; mas, no caso, pensamento e sentimento não do povo real, senão de um povo imaginado – “ que se pretende culto e civilizado como nós” – será que esse “nós” tem como referência o real povo brasileiro ? Será que o povo brasileiro não “se expressava”? A resposta só pode ser negativa, principalmente, se considerarmos a advertência seguinte de que , se o povo não entende isso [a impor-

tância da vernaculidade] espontaneamente, é que lhe falta o sentimento da nacionalidade. Então, só faltou a conclusão: o povo não é legítimo, porque negando a vernaculidade de sua (?) língua , nega sua própria brasilidade.

Estes textos, mesmo que produzidos em outro cenário social, são importantes indicações de como vem sendo sedimentada, em nossa cultura, uma visão de mundo acerca da representação de povo, língua, literatura, civilização – e , principalmente, de quem tem o direito à cidadania civilizada, de quem tem o direito à interlocução no quadro social. Porque a contraparte da questão – como garantir esse direito e como promover socialmente este direito – não parece ter provocado a mesma inquietação.

Ainda, significativamente, incluindo a abrangência do tema tão intensamente discutido ao longo do século XIX, restam-nos algumas observações sobre textos de Silva Ramos (1918) e Laudelino Freire (1920), que se encontram envolvidos pelo assunto, devido ao recrudescimento do interesse em torno da língua, nos anos 20 de nosso século.

151

Laudelino Freire coloca-se como um defensor do purismo e da tradição vernácula, participando de uma campanha em favor da língua. Suas posições teóricas , no entanto, não implicavam uma independência para a variante brasileira :

Fácil, porém, será contrapor às palavras do emérito dialetologista, [Leite de Vasconcelos] as do nosso sábio filólogo João Ribeiro que, depois de tratar o assunto, com maior e melhor desenvolvimento, conclui por afirmar que as modificações da língua no Brasil nunca constituíram verdadeiro dialeto. Vai mais longe Alfredo Gomes, sabedor igualmente acatado: “Não há verdadeiramente dialeto brasileiro... Há, pelo contrário, tendência assinalada da parte dos que são instruídos, para uniformizar sintaticamente as duas línguas ... A tentativa de aproximação fraseológica, cada vez maior, não sofre peias opostas por

premeditado ódio entre as duas nações.”

Laudelino Freire no intuito de minimizar as diferenças, já marcantes, entre o português europeu e o americano, argumenta que o vocabulário é o mesmo, embora mais rico no Brasil pelo tupi-guarani e mais “alguns termos africanos”; que as diferenças de sintaxe não existem ou são tão pequenas que não chegam a particularizar a língua:

“Poderíamos salientar aquele emprego de pronome sujeito pelo objeto, no vi ele, e a maneira muito nossa de colocar na frase as variações pronominais. Mas nem esses mesmos fatos linguísticos são exclusivamente nossos. Todos os clássicos, como nós, ora usaram a próclise no lugar da ênclise, ora essa no lugar daquela. (PINTO,1978: 477).

152

Mesmo em relação às distinções fonéticas e prosódicas que, tradicionalmente, eram reconhecidas como diferenças insofismáveis, procura uma explicação de difícil aceitação, mesmo para sua época: “tais diferenças apenas se limitam, por mera influência climatológica e desatenção à lei do menor esforço, a fazermos soar as vogais com maior vigor e em acentuarmos sílabas subordinadas que em geral o português omite.”

Concorda com Carlos Pereira que o falar brasileiro e o lusitano sejam codialetos do português quinhentista, isto porque tal afirmativa garante, de certa forma, a permanência das influências da língua quinhentista, no português do Brasil, enfatizando, então, que codialeto representa a língua em que escreveram Gonçalves Dias, Francisco Lisboa, Machado de Assis e Rui Barbosa em sua famosa Réplica tomada por modelo, como “síntese daquela orientação, como a melhor das gramáticas e o repositório mais completo

das opulências da graça, da beleza e índole nativa do bom falar, do bom dizer e do bom escrever.” (PINTO,1978:485).

Já dentre os considerados vanguardistas, podemos citar Silva Ramos que considera que a língua “não é um ser independente, que se pode desagregar de todos os outros aspectos da atividade social a que está intimamente ligada”, logo, é natural supormos em sua ideia a compreensão das diferenças entre o português de Portugal e o do Brasil, já que a língua “é uma resultante necessária da vida coletiva nas suas infinitas modalidades.” (PINTO, 1978:449).

Em carta a Mário Barreto (1919), propõe uma solução nova para sua época, reivindicando, para o problema da colocação pronominal, uma solução fonética, quando , com um humor crítico, confessa-lhe que “também eu não sei como se colocam os pronomes, pela razão muito natural que não sou eu quem os coloca, eles é que se colocam a si mesmos, e onde caem, aí ficam.” No mesmo texto, propõe sua solução de caráter linguístico para a questão pronominal que, se para nós hoje, trata-se apenas de uma curiosidade histórica, na época era assunto de relevância e de disputas gramaticais:

153

A discrepância que se nota neste particular entre o falar de aquém e o de além-mar é ocasionada única e exclusivamente pela modulação e cadência da frase que nunca será a mesma em Portugal e no Brasil.

No discurso que pronunciou no Colégio Pedro II, como parainfo da turma de 1918, sugere que a tarefa dos gramáticos será ir legitimando, pouco a pouco, as diferenciações que a língua portuguesa vai estabilizando no Brasil, exemplificando com as modificações na sintaxe de regência e de colocação pronominal. Prenuncia, pois, questões de variação e mudança conceitualmente definidas em nossos dias, e ainda observa muito justamente:

Por mim, falece-me autoridade para sancionar tais regências, nem acredito que qualquer dos meus colegas se abalance a tanto. E, contudo, o que nenhum de nós teria coragem de fazer, não de consegui-lo os anos que se vão dobrando lentamente. (PINTO, 1978: 446).

154 Voltemos ao início deste capítulo, quando perguntávamos pelos interesses que estavam em jogo no século XIX, pelos sentidos em elaboração e o porquê da necessidade de se problematizar a língua do Brasil. Encontramos alguns encaminhamentos de respostas, nem sempre satisfatórios. Talvez possamos, mais adequadamente, falar em inferências que os textos nos propiciaram. Pelos discursos arrolados, podemos começar a vislumbrar o forte entrelaçamento dos sentidos na representação de ideias como nacionalismo, herança europeia, herança indígena, herança africana e formação da nacionalidade brasileira. Percebemos, nos textos, quase uma simulação efetuada pela linguagem, na tentativa de tornar transparente uma realidade construída, discursivamente, pela ideologia. Expliquemo-nos: o nacionalismo manifesta-se como necessidade de ruptura com Portugal, mas contraditoriamente, não pode abarcar a preferência marcante por tudo quanto é próprio da nação a que o povo pertence, porque muito do que é próprio ao Brasil, precisa ser apagado, esquecido. Constrói-se um simulacro de nacionalismo. Circundando a questão, como um componente complicador, emerge a herança europeia, plena de simbolismo – branca, cristã, civilizada –, pois configura um ideal enraizado no complexo de inferioridade dos povos colonizados. Ousamos dizer tratar-se, mesmo, de um recalque ainda a ser trabalhado coletivamente. Por outro lado, enfrentar a herança indígena, com suas tradições místicas, com sua visão “mágica” do mundo, tão contrária à racionalidade ocidental, torna-se um “fardo cultural” de difícil assimilação, por intelectuais, sempre em busca de aceitação pelos

padrões científicos europeus. Os próprios termos referentes à cultura indígena trazem a marca do (pré)conceito civilizado: mística, mágica, exótica, bárbara, enfim, eufemismos para o diferente inaceitável.

Mais problemática talvez seja a assimilação da herança africana, porque proveniente de povos escravizados e considerados inferiores pela autoridade da ciência da época. Como aceitar no sangue, na alma e na língua uma ascendência estigmatizada? Era de se esperar, segundo a circulação das ideias produzidas pelas condições de desenvolvimento da ciência, dos estudos linguísticos, etnográficos e literários, que também a explicação para a formação da nacionalidade brasileira sofresse, portanto, os imperativos da mentalidade predominante.

E, naquele momento, problematizar a questão linguística com Portugal evitava um confronto maior com a própria essência de nossa constituição e apaziguava os espíritos, através da sensação de que se lutava, para impor e legitimar a nação brasileira. Passou-se a desfraldar como bandeira de luta a total independência de Portugal, através da emancipação de valores prestigiados na época: a língua e a literatura como representação transparente da natureza e dos costumes do povo de uma nação.

155

E assim, na ambivalência de amor e repúdio à língua portuguesa, questões fundamentais da nacionalidade foram desviadas, e a prevalência dada à retórica em torno da língua ajudou a retirar, do cenário de discussão, o povo do Brasil.

Capítulo 6: Os sentidos da língua do Brasil: a “nova feição da frase”

Ao longo de nosso trabalho – A literatura e a construção da identidade linguístico-cultural brasileira no século XIX – procuramos evidenciar e discutir as ideias sobre a relação língua, literatura e nacionalidade com que nossos literatos e eruditos construíram uma representação do Brasil.

Nossa proposta foi desvendar, através dos intrincados caminhos da produção de sentidos, como a implantação da língua portuguesa influenciou a construção de nossa nacionalidade.

No século XIX, como já observamos, as questões de identidade nacional foram preocupação constante dos homens de letras – literatos e eruditos – que tomaram a si a tarefa de construir discursivamente a nação. Metaforicamente, incumbiram-se de apresentar o espelho em que os brasileiros pudessem ver refletida uma imagem do nacional, reconhecendo-se, simultaneamente, como integrantes desta realidade refletida.

157

A nacionalidade era, portanto, tema dos estudos literários. A função da literatura, no Brasil recém-independente, foi configurar essa representação do nacional, através de uma busca do que fosse especificamente brasileiro.

Em nossa terra, esse ideal de individualização, comum também à estética romântica europeia, viu-se forçado a enfrentar situações contraditórias e embaraçosas, em virtude do processo doloroso da colonização que, evidentemente, nos legou uma língua.

A língua herdada deveria, então, ser capaz de produzir uma literatura que traduzisse e caracterizasse a nação, através de sua paisagem física e da valorização dos costumes e feitos do homem da terra.

Assim, está posto um dos impasses com que se defrontaram nossos literatos – a natureza da língua do Brasil. Língua portuguesa

? Língua brasileira? Dialeto luso-americano ? Português-europeu ? Enfim, tais inquietações terminológicas circularam pelo campo discursivo do que se denomina nacionalismo linguístico-cultural. As concepções do nacionalismo linguístico-cultural defrontaram-se, por sua vez, com as teorias raciais em voga, com os conceitos de civilização e barbárie (longamente introjetados, na antiga colônia), com os complexos que a colonização imprimiu na mentalidade brasileira, com a mestiçagem e com o desejo compartilhado de consolidação de uma identidade para o Brasil, através da emancipação de sua literatura.

158 Valendo-nos de alguns conceitos da Análise do Discurso, podemos dizer que a cena enunciativa da formação discursiva, em que se insere o nacionalismo linguístico-cultural, constrói o lugar de um enunciador que ultrapassa mesmo um determinado autor, pois coincide com a ideia predominante de função da literatura. Literatura cuja meta era a emancipação de temas e dos limites, impostos pelos padrões europeus da língua portuguesa, aos que desejavam, como brasileiros, dar “nova feição à frase”.

Procuramos, portanto, ao longo da leitura dos textos que nos serviram de corpus, sintetizar a evolução do pensamento crítico de nossos intelectuais, sobre a relação da língua do Brasil com a nacionalidade.

De imediato, sobressai dos textos analisados a ideia de que, no Brasil, desenvolveu-se um português diferenciado, em consequência da realidade da natureza e do homem americano, em face da Europa. Também foi percebida a diferenciação que o português apresentava nas diversas regiões brasileiras: Gonçalves Dias foi um dos primeiros a chamar a atenção para este fato:

Acontece também que em distâncias tão consideráveis como são as do Brasil, o teor da vida muda: e os homens que adotam esta ou aquela maneira de viver formaram uma lingua-

gem própria sua, mas expressiva e variada. (DIAS,1959:825-826)

E, na defesa de uma literatura em essência brasileira, fora da tutela portuguesa, Gonçalves Dias continua sua argumentação:

os vaqueiros, os mineiros, os pescadores, os homens da navegação fluvial estão neste caso. Pois o romance brasileiro não há de poder desenhar nenhum destes tipos, porque lhe faltam os termos próprios no português clássico? (DIAS,1959:825-826).

O debate em torno da língua, em suas recorrências, acabou por delinear algumas diretrizes comuns, presentes nas duas formações discursivas mais relevantes sobre o assunto: a que defende a permanência da denominação de língua portuguesa (embora diferenciada no Brasil) e, a que sustenta o nome de língua brasileira. 159

Pudemos inferir, deste debate, um conjunto de ideias comuns, que vai nortear as posições em concorrência: a) defesa de uma modalidade brasileira de língua; b) necessidade de leitura dos clássicos; c) respeito à gramática normativa ; d) defesa dos neologismos. Como se conclui, há muitos pontos de convergência, o que talvez implique uma acomodação dos sentidos que, alguns anos mais tarde, levaria o gramático Carlos Eduardo Pereira (1907) a, assim, se pronunciar em sua Gramática histórica :

Segundo a sua trajetória dialetal, o português, no Brasil, vai-se distanciando do de Portugal, como se vê, não só no léxico, mas ainda nos vários domínios da gramática. Sendo a língua o expoente moral de uma raça, a afirmação característica de uma nacionalidade, é natural que essas diferenciações lexicológicas e gramaticais se vão refletindo nas produções literárias. Apesar, porém, dessas evoluções divergentes, a língua portuguesa

continuará a ser o vínculo moral entre os dois povos irmãos. No desenvolvimento de sua missão histórica, ela continuará, em Portugal, fluente e enérgica, e no Brasil, clara e eufônica. São índoles diversas em um destino comum. (Eduardo Carlos Pereira, apud PINTO:1978:407)

No “vínculo moral”, nas “índoles diversas em um destino comum” talvez seja lícito identificarmos as sementes do que hoje, em outro quadro teórico e político, chama-se lusofonia.

160 Um dos grandes problemas de nossos escritores da época, responsável por muitas contradições, foi a percepção imprecisa de que a existência de normas brasileiras não entrariam em conflito com o sistema da língua portuguesa. Porém., não conseguiram justificar isto teoricamente, porque também não puderam colocar o problema desta maneira. Acreditava-se que a língua portuguesa, aclimatada a outra realidade física e humana, receberia novos influxos, seria enriquecida de novos termos, incorporaria outras maneiras de dizer. Mas não souberam equacionar as diferenciações de uma mesma língua, com a ideologia do nacionalismo. Sem uma base ideias suficiente para a solução do problema, permaneceram na tentativa, improficua, de resolver a situação pela escolha de um nome (justificado emocional e subjetivamente) a ser aplicado à língua que se falava no Brasil.

Vemos o esforço para a abonação daquilo que se percebia intuitivamente – o português diferenciado do Brasil:

Os operários da transformação de nossas línguas são esses representantes de tantas raças, desde a saxônia até a africana, que fazem neste solo exuberante amálgama do sangue, das tradições e da língua. (José de Alencar, apud PINTO, 1978: 76)

Nem seria coroável já hoje desconhecer essa séria alteração da língua portuguesa no Brasil, sob a ação combinada,

embora inconsciente, de diferentes fatores étnicos, climatéricos, etnológicos etc. (José Veríssimo, apud PINTO,1978:243)

Um dos aspectos também fortemente aglutinadores das opiniões é a justificação dos neologismos, largamente efetuada por nossos literatos:

Desde a primeira ocupação que os povoadores do Brasil, e após eles seus descendentes, estão criando por todo este vasto império um vocabulário novo, à proporção das necessidades de sua vida americana, tão outra da vida europeia. (José de Alencar, apud PINTO,1978:123).

O neologismo corresponderia à ideia de uma realidade mais rica e de uma “grande” civilização em processo de desenvolvimento.

A conclamação à leitura dos clássicos e dos bons autores, pela insistência com que se repetia, talvez tenha causado um efeito de evidência, de uma real necessidade, que se enraizou em nossa tradição de ensino:

161

Que se estudem muito e muito os clássicos, porque é miserável não saber usar das riquezas que herdamos. (G. Dias, apud PINTO,1978:38);

(...) sou de opinião que o Governo do Brasil, seguindo os princípios da nossa Constituição, tão liberal em matérias de ensino, devia mandar reimprimir e vender pelo custo da impressão os bons escritores portugueses – pô-los ao alcance de todos, espalhá-los por todos os cantos do Império(...) (G. Dias, apud PINTO,1978:34)

Feitas as exceções devidas não se leem muito os clás-

sicos no Brasil. Entre as exceções poderia eu citar até alguns escritores cuja opinião é diversa da minha neste ponto, mas que sabem perfeitamente os clássicos. Em geral, porém, não se leem, o que é um mal. (Machado de Assis, apud PINTO, 1978:187)

Longe de nós consignar a ideia de que no Brasil não se deve, e muito, estudar os clássicos portugueses e a gramática. Pelo contrário, reputamos essa necessidade urgentíssima, ao vermos que os nossos melhores escritores, - os que mais agradam no Brasil, foram os que mais os folhearam. (Varnahgen, apud PINTO, 1978:20)

Neste momento de considerações finais, convém retomar alguns pontos interessantes do pensamento de José de Alencar, que se opõem a de seus contemporâneos: a) a insistência em romper com o passado linguístico-literário português (como modelo),
162 procurando o respeito pelo uso de sua época, abonado com seus próprios exemplos; b) o silêncio sobre o caráter arcaizante do português do Brasil, um dos argumentos fundamentais usados pelos que pregavam maior legitimidade à fala brasileira; c) o argumento de que a língua do Brasil deveria ser mais aperfeiçoada do que o português europeu, pois, expressaria a força da nova civilização americana d) a distinção, embora apenas levemente intuída, entre a língua falada e a literária; e) a consciência da missão de escritor como artista da palavra, valorizando, expressivamente, o trabalho estético com a língua.

Nessa retomada de aspectos, vale insistir que os trabalhos sobre a língua do Brasil processaram-se, em grande número, sob a forma de polêmicas em que sobraram argumentos de ordem subjetiva, atendendo ora a interesses pessoais, ora aos ideais do nacionalismo corrente. São raras as exceções em que a emoção cede à reflexão. Pensamos tê-las exemplificado ao longo do capítulo 5.

Edith P. Pinto chama a atenção para o fato de que, nos textos, não se “pode acompanhar com facilidade uma trajetória até as fontes da influência ou filiação a esta ou àquela teoria ideias”. Não nos detivemos nesta perspectiva de analisar, cuidadosamente, a orientação ideias em que se apoiaram nossos literatos, fizemos apenas brevíssima alusão ao assunto, no caso de José de Alencar. Desejamos, em breve, dar continuidade a nossa pesquisa, procurando identificar os autores e as teorias que mais influenciaram nossos intelectuais, no entanto, já pudemos estabelecer a hipótese de que esta influência, se houve, foi em pequena escala, mostrando-nos, pelas citações, que havia uma leitura dos gramáticos e filólogos estrangeiros e nacionais, a que quase nunca correspondeu uma assimilação completa de pontos de vista.

Outra característica desse universo de discursos é a sensação de que se dirigem sempre, ou quase sempre, a dois interlocutores: aos brasileiros e aos portugueses. No entanto, justamente o tom polêmico cultivado produz a nítida sensação de que o interlocutor real é o português. Isto reforça a ideia de que a história é determinante da orientação discursiva dos textos: o momento impunha a necessidade do confronto explícito com Portugal, que personificava o obstáculo à luta pela emancipação do Brasil, mesmo que não estivessem realmente claros os limites do desejo dessa emancipação.

163

Esses textos do século XIX trazem, na esfera do silêncio, própria às palavras, mas pleno de significados, aquilo que Celso Cunha chamou de “drama dilacerante” em que se debatiam essas elites no século passado, “com duas pátrias inconciliáveis – a do berço e a do espírito –”, com todos os complexos e frustrações provocados pelo humilhante “sentimento de bastardia.” (CUNHA, 1971:11). O sentimento de “desenraizamento” (inconformação, inferioridade) encontra-se perfeitamente consubstanciado neste pensamento de Joaquim Nabuco:

Estamos assim condenados à mais terrível das instabilidades, e é isto o que explica o fato de tantos sul-americanos preferirem viver na Europa... (...) A instabilidade a que me refiro, provém de que na América falta à paisagem, à vida, ao horizonte, à arquitetura, a tudo que nos cerca, o fundo histórico, a perspectiva humana; e que na Europa nos falta a pátria, isto é, a fôrma em que cada um de nós foi vazado ao nascer. De um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país. (NABUCO, apud CUNHA, 1971:12-13)

164 Faltaram, acima de tudo, as condições de maturidade para a compreensão de uma realidade, assustadoramente, diversa daquela conformada (e confirmada) pelos padrões hegemônicos europeus, com que se gerenciava o mundo; faltou ainda afirmar, na essência, o direito à originalidade e à legitimidade de novas formas de existência e de interpretação da vida. Provavelmente tenha sido menos doloroso levar a questão para as disputas linguístico-cultural e literárias que, como programa de emancipação do poder político do Brasil, produzia a sensação apaziguadora de que se levava a efeito uma ação concreta de afirmação da nacionalidade brasileira, no cenário do mundo.

A luta pela liberdade ideias representou, naquele momento, a consolidação de nossa independência política de Portugal, o que jamais implicou a nossa vontade de independência frente aos valores da civilização branca, europeia, cristã. Enfatizava-se a forte noção de que o Brasil tinha direito a usar a língua portuguesa, acrescida de novas formas de dizer, e que o escritor, embora conclamado a ler os clássicos portugueses, deveria ter sua expressão ideias, sua sintaxe e seu vocabulário libertos dos cânones portugueses, de acordo com o “instinto de nacionalidade” brasileira, que deveria cultivar.

Destacamos que os textos do século XIX , ao discutiram as questões de língua, vincularam-nas ao ideal de uma literatura de nítida aspiração nacional. Essa vontade de caracterizar a nação por sua literatura foi definida e intensificada a partir da Independência e, segundo Antônio Cândido (1971:14), precedeu o movimento romântico.

Naquele momento, problematizar a questão ideias e literária com Portugal evitava um confronto com as contradições provocadas pelo sentimento de “bastardia”, e que um olhar crítico sobre a própria essência de nossa constituição étnica e cultural não conseguiria suportar.

Ao mesmo tempo, as questões nacionais fundamentais, como a organização político-social, a escravidão, a educação, a economia foram desviadas e, a prevalência dada à retórica em torno da língua acabou por retirar, do cenário de discussão, o povo do Brasil.

165

Assim, esses textos, no reflexo espelhado de suas palavras, nos permitem entender que além , muito além daquela serra em que nasceu Iracema, naquela terra, em que não descende o coarde do forte, e que não se chora em presença da morte, o povo, ainda invisível, continua sua peregrinação junto a Ceci e Peri, sobre a palmeira, que os leva, pela torrente impetuosa, rumo ao futuro.

Por enquanto, a frase – “Não vamos, voltamos à Europa”- mesmo que reinterpretada, pelos parâmetros da nova globalização, ainda faz sucesso na terra das palmeiras (onde, um dia, cantou o sabiá).

Referências Bibliográficas

ACHAR, Pierre [et al.]; tradução e introdução José Horta Nunes. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ALENCAR, J. de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1965.

_____. *Iracema*. Edição do Centenário. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) *História da vida privada. Império: a corte e a modernidade nacional*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997, v.2.

ALMEIDA, Rita Heloísa. O *diretório dos índios; um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília, Editora da UNB, 1997. 167

ANDERSON, Benedict. *Memória e esquecimento*. In: ROUANET, Maria Helena (org.) *Cadernos da Pós/Letras*, Rio de Janeiro: UERJ/IL, 1997.

ASSIS, Machado. *Obra completa*. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1971

_____. *Critica*. Collecção dos autores celebres da Litteratura Brasileira. Rio de Janeiro: Livraria Garnier.

_____. *Páginas recolhidas*. Rio de Janeiro: Garnier, s/d

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: HUCITEC, 1995.

BENVENISTE, Émile. Problemas de lingüística geral. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1976.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. Campinas,SP: UNICAMP, 1993.

BRAIT, Beth. (Org.) Bakhtin, dialogismo e construção do sentido. Campinas, SP :Editora da UNICAMP, 1997.

168 BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira .São Paulo: Cultrix, 1985.
_____. Literatura brasileira. São Paulo: Editora Cultrix LTDA, 1985.

CANDIDO, Antônio. Formação da literatura brasileira. (Momentos decisivos) 2º volume . São Paulo: Livraria Martins Editora, 4ed., 1971.

CASHMORE, Ellis. Dicionário de relações étnicas e raciais. São Paulo: Summus, 2000.

CAVALIERE, Ricardo Stavoletta. Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira. Niterói: EdUFF, 2000.

COUTINHO, Afrânio. A tradição afortunada.(O espírito de nacionalidade na crítica brasileira). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968;

São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

CUNHA, Celso. Língua portuguesa e realidade brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

_____. Língua, Nação, Alienação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. A questão da norma culta brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Coleção Diagrama, nº 10, 1985.

DIAS, Luiz Francisco. Os sentidos do idioma nacional. Campinas, SP: Pontes, 1996.

DUCROT, Oswald. O dizer e o dito. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimaráes. Campinas, SP: Pontes, 1987. 169

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do livro brasileiro, 1972.

GODOI, Gileade Pereira. Calar e dizer: injunções relativas às línguas geral e portuguesa no século XVII. Tese de Mestrado, Niterói: UFF, 1998.

GONÇALVES DIAS. Poesia completa e prosa escolhida. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar LTDA., 1959.

GUIMARÃES, Eduardo. ORLANDI, Eni Puccinelli. (orgs.) Língua e cidadania. O português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996. HALL, Stuart. A identidade cultural após a modernidade. Rio de Janeiro:

DP&A, 2000.

HENRIQUES, Ana Lúcia de Souza. A representação do nacional em *The heart of Midlothian*, de Walter Scott, e *Iracema*, de José de Alencar. Tese de Doutorado, Niterói: UFF, 1998.

HERDER, J.G. Une autre philosophie de l'histoire / Auch eine Philosophie der Geschichte. Paris: Aubier, 1964. [1774].

HOBSBAWM, E. Nações e nacionalismo desde 1780. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*; prefácio de Antonio Cândido. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

170

JOBIM, José Luís & HENRIQUES, Ana Lúcia de Souza. A literatura e a identidade nacional lingüística: José de Alencar e Walter Scott. in: *Cadernos pedagógicos e culturais*. Niterói, Centro Educacional de Niterói, v.4, jul./dez.1995; v.5 jan./dez.1996. p.111-133.

JOBIM, José Luís. A poética do fundamento. *Ensaio de teoria e história da literatura*. RJ: Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1996.

_____. (org.) *Literatura e identidades*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

_____. (org.) *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro, Ed.UERJ, 1999.

MACIEL, Maximino. Gramática descritiva. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia., 1914; Paris: Aillaud, Alves & Cia. 1914. 2^o milheiro, 5^a ed.

MANGUENEAU, Domini-
que. Novas tendências em análise do discurso.
Campinas, SP:Editora da UNICAMP, 1989.

MARIANI, Bethânia Sampaio Cor-
rêa. As academias do século XVIII: um
certo discurso sobre a história e sobre a linguagem do Brasil. In:
Guimarães, Eduardo e Orlandi, Eni Puccinelli. Língua e cidadania; o
português no Brasil. São Paulo, Campinas: Pontes, 1995:95-101.

_____. As tensões jurídico-religiosas do século XVIII e o
imaginário língua. In: Anais do Congresso Nacional da Associação
Brasileira de Lingüística – ABRALIN. Maceió, Universidade Federal de
Alagoas, 1997.

_____. L'institutionalisation de la langue, de la mémoire et de la
citoyenneté au Brésil durant le XVIII siècle: le rôle des académies
littéraires et de la politique du Marquis de Pombal. In: Languages –
l'hyperlangue brésilienne. Numéro 130. Paris: Larousse, juin 1998: 84-97.

171

_____. Acitação na produção textual. *O Diretório dos Índios*. In:
PEREIRA, Maria Teresa G. (org.) Língua e linguagem em questão. Rio
de Janeiro: EdUERJ, 1997: 241-260.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Ensaios para uma sócio-his-
tória do português brasileiro. São Paulo, Parábola, 2004.

MARTINS, Wilson. Histó-
ria da inteligência brasileira; 1877-1896. São
Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. v.2 p.393, v. 4.
MELO, Gladstone Chaves de. Alencar e a “Língua Brasileira”. Rio de
Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, 3ªed.

MENDONÇA, Marcos Carneiro. A amazônia na era pombalina.
Correspondência inédita do governador e capitão-general do estado do

grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Tomos I, II e III. IHGB.

_____. O marquês de Pombal e o Brasil. São Paulo: Nacional, 1960.

MENEZES, Raimundo. José de Alencar - literato e político. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

NOVAES, Adauto. (org.) Tempo e história. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

ORLANDI, Eni. Interpretação. A autoria, a leitura e os efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

172

_____. Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 1993.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: SP, Editora da UNICAMP, 1988.

PINTO, Edith Pimentel. O português do Brasil. Textos críticos e teóricos. v.1 1820/1920. Fontes para a teoria e a história. v.2 1920/1945- Fontes para a teoria e a história. São Paulo: EDUSP, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1978.

PIZARRO, Ana (org.) América Latina. Palavra, Literatura e Cultura. SP: Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

PROENÇA, M. Cavalcanti

ti. José de Alencar na literatura brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

RENAN, Ernest. Qu'est-ce qu'une nation? Paris: Pierre Bordas et fils, [19--?]. [1882]

RIBEIRO, Joaquim. Origem da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Record. Exemplar nº 570.

SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas. São Paulo: Livraria Duas Cidades Ltda., 1992.

SILVA, José Pereira da. Língua e inquisição no Brasil de Pombal. Rio de Janeiro: editora da UEJ, s/d.

173

SAID, Edward W. Cultura e imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. A língua brasileira. O Guanabara; revista mensal artística, científica e literária publicada por uma associação de literatos e dirigida por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, Manuel de Araújo Porto Alegre, Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Empresa Tip. Dous de Dezembro, de Paula Brito, 3: 99-104, 1855

SODRÉ, Nelson Werneck. História da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969.

SOUZA, Laura de Mello (org.) História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa.v.1, São Paulo:

Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Roberto Acízelo
lo Quelha de. O império da eloquência. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFF, 1999.

SÜSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 319p.